



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**



**LUCAS PAES DO AMARAL**

**INFÂNCIAS INVISÍVEIS NA CIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM JABOATÃO DOS  
GUARARAPES-PE**

**RECIFE – PE**

**2024**

LUCAS PAES DO AMARAL

**INFÂNCIAS INVISÍVEIS NA CIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM JABOATÃO DOS  
GUARARAPES-PE**

Dissertação para ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da profa. Dra. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti e coorientação do prof. Dr. José Almir do Nascimento.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti  
**Coorientador:** Prof. Dr. José Almir do Nascimento

RECIFE – PE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Amaral, Lucas Paes do.

Infâncias invisíveis na cidade: trajetórias de luta pelo direito à moradia em Jaboatão dos Guararapes-PE / Lucas Paes do Amaral. - Recife, 2024.

149f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2024.

Orientadora: Ana Cláudia Rocha Cavalcanti.

Coorientador: José Almir do Nascimento.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Infâncias; 2. Jaboatão dos Guararapes; 3. Moradia; 4. Identidade; 5. História de Vida; 6. Políticas habitacionais. I. Cavalcanti, Ana Cláudia Rocha. II. Nascimento, José Almir do. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LUCAS PAES DO AMARAL

INFÂNCIAS INVISÍVEIS NA CIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM JABOATÃO DOS  
GUARARAPES-PE

Dissertação para ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti  
**Coorientador:** Prof. Dr. José Almir do Nascimento

Aprovada em: 01/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Profa. Dra. Ana Maria Barros (Membro interno)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Profa. Dra. Delma Josefa da Silva (Membro externo)  
Universidade de Pernambuco (UPE)

RECIFE – 2024

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida, não apenas durante esses anos como universitário, mas em todos os momentos, sendo o maior mestre. Sua luz me indicou o caminho para o sucesso, transformando minhas tristezas em alegrias e sempre me fortalecendo.

Agradeço aos meus pais, Helena Paes de Araújo e Rubens Antônio Muniz do Amaral, pelo carinho, atenção e apoio que me deram ao longo de toda a minha vida. Estendo meus agradecimentos também a todos os amigos do curso, que compartilharam comigo os inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo. Sou grato aos meus professores e orientadores, Ana Cláudia Rocha Cavalcanti e José Almir do Nascimento, pelo apoio técnico durante todo o desenvolvimento do projeto e por me incentivarem a refletir e questionar sobre o tema da minha pesquisa.

Agradeço ainda a todos os professores que me proporcionaram não apenas conhecimento racional, mas também manifestaram o caráter e a afetividade da educação no processo de formação profissional. A dedicação deles foi além de me ensinar; eles me fizeram aprender. A palavra "mestre" jamais fará justiça a esses professores dedicados, que, sem nomear, terão para sempre minha gratidão.

Por fim, agradeço ao corpo docente, à direção, à administração e aos funcionários da Escola de Conselho de Pernambuco (ECEPE) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bem como aos militantes e participantes dos movimentos sociais, como o Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho (MLTT), que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho. Eles me abriram uma janela pela qual hoje vislumbro novos horizontes, pautados pela confiança no mérito e na ética.

*O lugar onde nascemos é o ponto de partida de toda a nossa jornada.*

Marcus Garvey

## RESUMO

A dissertação de mestrado explora as interseções entre as histórias singulares das infâncias que habitam as cidades, com foco na realidade específica de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. O objetivo central é problematizar a relação entre a cidade e as experiências de crianças e adolescentes que viveram nas ruas, buscando compreender os significados socioculturais do espaço urbano presentes em suas trajetórias de vida e lutas pelo direito à moradia. Utilizando a metodologia de História de Vida, a pesquisa se baseia em narrativas orais para explorar as experiências humanas e culturais que moldam a identidade dos participantes. Localmente, indivíduos que viveram ou vivem nas ocupações de Jaboatão dos Guararapes têm aprendido a compreender novas perspectivas comunitárias, destacando a importância de compreender o contexto em que estão inseridos. Diante disso, o estudo realizou a coleta de memórias individuais e coletivas, particularmente das pessoas que viveram nas ruas da cidade durante a infância e/ou adolescência, visando entender sua relação com o direito à moradia e a construção da identidade histórico-cultural da região. Os objetivos específicos incluem caracterizar a cidade como um direito social, identificar os sentimentos de pertencimento à cidade como patrimônio coletivo e analisar a percepção dos sujeitos protagonistas durante sua infância e/ou adolescência. O método adotado é a História de Vida, utilizando entrevistas semiestruturadas com três participantes selecionados com base em sua vivência em acampamentos pelo direito à moradia em Jaboatão dos Guararapes. As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo conduzidas com sensibilidade para permitir uma compreensão profunda das experiências dos entrevistados. A análise dos dados revela a importância do direito à moradia, destacando a negligência das políticas habitacionais na cidade e apontando para a necessidade de mudanças substanciais. O estudo contribui para uma compreensão mais ampla da realidade local e destaca áreas críticas que requerem atenção e engajamento em políticas públicas futuras. Em última análise, o trabalho convida à reflexão contínua sobre as complexidades da vida urbana e a busca por soluções para garantir uma existência digna para todos os habitantes de Jaboatão dos Guararapes.

**Palavras-chave:** Infâncias. Jaboatão dos Guararapes. Moradia. Identidade. História de Vida. Políticas habitacionais.

## ABSTRACT

The master's dissertation explores the intersections between the unique histories of childhoods that inhabit the cities, focusing on the specific reality of Jaboatão dos Guararapes, in Pernambuco. The main objective is to problematize the relationship between the city and the experiences of children and adolescents. Who lived on the streets, seeking to understand the sociocultural meanings of the urban space present in their life trajectories and struggles for the right to housing. Using the Life History methodology, the research draws on oral narratives to explore the human and cultural experiences that shape participants' identity. Locally, individuals who have lived or live in the occupations of Jaboatão dos Guararapes have learned to understand new community perspectives, highlighting the importance of understanding the context in which they are inserted. In view of this, the study collected individual and collective memories, particularly of people who lived on the streets of the city during childhood and/or adolescence, aiming to understand their relationship with the right to housing and the construction of the historical-cultural identity of the region. The specific objectives include characterizing the city as a social right, identifying the feelings of belonging to the city as a collective heritage and analyzing the perception of the protagonist's subjects during their childhood and/or adolescence. The method adopted is Life Story, using semi-structured interviews with three participants selected based on their experience in encampments for the right to housing in Jaboatão dos Guararapes. The interviews were recorded and transcribed, and were conducted with sensitivity to allow a deep understanding of the interviewees' experiences. The analysis of the data reveals the importance of the right to housing, highlighting the neglect of housing policies in the city and pointing to the need for substantial changes. The study contributes to a broader understanding of the local reality and highlights critical areas that require attention and engagement in future public policies. Ultimately, the work invites continuous reflection on the complexities of urban life and the search for solutions to ensure a dignified existence for all the inhabitants of Jaboatão dos Guararapes.

**Keywords:** Childhoods. Jaboatão dos Guararapes. Housing. Identity. Life History. Housing policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico I:</b> Evolução populacional do Brasil: 1872-2010	36
<b>Imagem 1:</b> Placa de divisa entre município de Jaboatão dos Guararapes, PE e Recife, PE.	43
<b>Imagem 2:</b> Localização do Município do Jaboatão dos Guararapes, em relação à América do Sul, ao Brasil, ao Nordeste, a Pernambuco e à RMR	44
<b>Imagem 3:</b> Indústrias Brasileiras Portela S. A., Jaboatão dos Guararapes, PE - 1973	45
<b>Imagem 4:</b> Mapas de localização do município de Jaboatão dos Guararapes, destacando os limites de bairros.	46
<b>Imagem 5:</b> Umas das periferias de Jaboatão dos Guararapes	48
<b>Imagem 6:</b> Festa da Nossa Senhora dos Prazeres ou muito conhecida como Festa da Pitomba	48
<b>Imagem 7:</b> Bairro de Candeias de Jaboatão dos Guararapes	49
<b>Imagem 8:</b> Comunidade do bairro de Marcos Freire em Jaboatão dos Guararapes	51
<b>Imagem 9:</b> Conjunto habitacional em Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes	52
<b>Imagem 10:</b> Parte da comunidade Jardim Monte Verde em que houve deslizamento de terra	58
<b>Imagem 11:</b> Lagoa Olho D'água	58
<b>Imagem 12:</b> Um dos locais próximos à Lagoa Olho D'Água	59
<b>Imagem 13:</b> Uma das partes - local próximo à Lagoa Olho D'água	60
<b>Imagem 14:</b> Localização da Lagoa Olho D'água e Delimitação de sua microbacia hidrográfica	62
<b>Imagem 15:</b> Distribuição Geográfica das Regionais por bairros. Jaboatão dos Guararapes, 2009	64
<b>Imagem 16:</b> Planejamento Estratégico do processo de participação da população no Plano Diretor da cidade de Jaboatão dos Guararapes	65
<b>Imagem 17:</b> Envolvimento dos projetos e suas extensões até chegar em Jaboatão dos Guararapes	67
<b>Imagem 18:</b> Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes, PE	80
<b>Imagem 19:</b> Residencial Mércia de Albuquerque I, em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes. A conquista resultante da ocupação que abrigava a família de Marighella	88
<b>Imagem 20:</b> Parquinho do Residencial Mércia de Albuquerque I, em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes	88
<b>Imagem 21:</b> Localização de Cajueiro Seco em Jaboatão dos Guararapes, PE	97
<b>Imagem 22:</b> Local atual da ocupação e onde morou Selma em Jaboatão dos Guararapes, PE	98
<b>Imagem 23:</b> Avenida Barreto de Menezes em Jaboatão dos Guararapes, PE	102
<b>Imagem 24:</b> Ocupação Jardim Monte Verde onde Selma morava	107
<b>Imagem 25:</b> Região periférica do curado que fica perto das BRs	112
<b>Imagem 26:</b> Portal de entrada para o município de Jaboatão dos Guararapes, PE	113
<b>Imagem 27:</b> Mapa dos Domínios Geomorfológicos de Jaboatão dos Guararapes, PE	115
<b>Imagem 28:</b> Imagem da BR vista do bairro do Curado	116
<b>Imagem 29:</b> Prédio onde antigamente funcionava a SUDENE, onde o pai de Frida trabalhava	117
<b>Imagem 30:</b> Mapa da localização do bairro de Marcos Freire de Jaboatão dos Guararapes, PE. Esse local foi onde Frida participou da ocupação	130

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
2	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	19
2.1	OS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS	20
2.2	PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE DADOS	23
3	<b>A CIDADE COMO UM DIREITO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	27
3.1	BREVE PERCEPÇÃO CONCEITUAL SOBRE DIREITOS HUMANOS	27
3.2	O DIREITO À CIDADE: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS	31
3.3	A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DOS DIREITOS E A CIDADE COMO DIREITO	34
3.3.1	<b>O direito à cidade como direito da criança e do adolescente</b>	39
4	<b>UM OLHAR SOBRE JABOATÃO DOS GUARARAPES</b>	43
4.1	JABOATÃO DOS GUARARAPES DOS NOSSOS PERSONAGENS	43
4.1.1	<b>Pluralidades e singularidades de Jaboaão dos Guararapes</b>	47
4.2	O DIREITO À CIDADE PRESCRITO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES	63
4.3	AS INFÂNCIAS JABOATONENSES E OS DESAFIOS DE ASSEGURAR OS DIREITOS À CIDADE	70
5	<b>TECENDO TRAJETÓRIAS, VIDAS E SOBREVIVÊNCIAS</b>	77
5.1	MARIGUELLA, SELMA E FRIDA: IDENTIDADES E CONTEXTOS	77
5.2	MARIGHELLA	79
5.3	SELMA	95
5.4	FRIDA	110
5.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS URBANOS EM JABOATÃO DOS GUARARAPES	122
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	128
	<b>REFERÊNCIAS</b>	132
	<b>APÊNDICE</b>	143
	APÊNDICE 1 - Tabela de levantamento das produções	143
	APÊNDICE 2 - Roteiro da entrevista	144
	<b>ANEXO</b>	146
	ANEXO 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido	146

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser muito difícil precisar a origem das cidades na história, elas existem desde a Antiguidade. Registros historiográficos mostram que os primeiros povoados foram formados por aldeias isoladas ao longo das margens da planície aluvial dos rios Tigres e Eufrates, por volta de 3500 a.C. (Mumford, 2004). Essas aldeias evoluíram com o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, com a fixação dos seres humanos em um território onde poderiam explorar a terra (Abiko *et al.*, 1995).

Nestas primeiras aldeias, a formação humana foi sendo configurada por diversos fatores. Construídas às margens dos rios, cujas águas ajudavam a saciar a sede e eram utilizadas para os afazeres domésticos, serviram para moldar as relações políticas e construir certas características de cidadania. Isto é, a convivência de pessoas não vinculadas ao pequeno clã foi moldando as vivências de diferentes sujeitos e culturas num ambiente coletivo, criando, assim, ideais políticos e códigos de relacionamentos (Benévolo, 1991). De tal modo, surgiram as primeiras concepções de *direitos* e amadurecendo as concepções sobre a moradia como algo necessário para a proteção e descanso dos seres humanos.

A cidade tem uma dimensão enorme sobre o processo histórico da humanidade. “É, antes de mais nada, um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia” (Rolnik, 1995, p. 13), e, ao pensá-la assim, “não paramos de lembrar que construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva (Rolnik, 1995, p. 19). Faz-nos entender desse processo, que os seres humanos e suas vivências (de trabalho, das relações sociais, momentos de lazer) vão sendo moldados no estabelecimento com o outro, porque “a consciência coletiva ou comum” como “o conjunto de crenças e sentimentos comuns ao comum dos membros de uma determinada sociedade (que) forma um sistema determinado com vida própria” (Durkheim, 2005, p. 46).

Mas, cada cidade ergue diversos ambientes que vão formando uma construção civilizatória, que é próprio de cada sociedade e suas pluralidades, formando assim processos históricos, mesmo que tudo esteja interligado. Possuem peculiaridades, histórias e identidades, assim como as infâncias que as habitam. Em alguns momentos, essas particularidades se cruzam e misturam-se em histórias compartilhadas, unindo seus personagens com as mudanças promovidas e/ou provocadas umas nas outras.

Então, a cidade não é só território, é, também, uma arena política onde as lutas pela sobrevivência, por direito e por justiça ocorrem. Para entendermos como se opera, a linguagem artística tem dado importantes contribuições, seja pela forma lúdica de abordar as múltiplas faces de um contexto, seja pela subjetividade criativa e crítica que ela nos permite construir consciências sobre o mundo que nos cerca. Em vista disso, Chico Science (1994) nos apresenta a cidade na seguinte melodia:

E a cidade se apresenta centro das ambições  
 Para mendigos ou ricos e outras armações  
 Coletivos, automóveis, motos e metrô  
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs  
 A cidade não pára, a cidade só cresce  
 O de cima sobe e o de baixo desce

A música nos chama a atenção para as desigualdades sociais, e para os contrastes da população que mora nesta cidade, o que acabam criando costumes e estereótipos, culturas e personalidades, dando sentidos e significados aos patrimônios comunitários ou privados, construindo histórias e memórias das tradições, em que se percebe pertencimentos e/ou afastamentos da própria cidade.

Então, em conformidade ao que estabelece Rolnik (1995) que corrobora as expressões de Science (1994), usaremos como conceito principal ao nos referimos a categoria cidade, um *espaço coletivo onde se dão inúmeras lutas por justiça e por direitos*. Nestes termos, torna-se relevante, ainda, uma percepção sobre este espaço como um direito, sobre o qual seja possível um desenvolvimento estrutural, cognitivo, de pertencimento e interrelações entre as infâncias que nele (com)vivem – inclusive para os invisíveis da cidade.

Neste significado, tratamos a cidade como direito, pois ela:

[...] é uma construção coletiva de todas e todos. Uma cidade boa para se viver é aquela que garanta a sua população o direito de estar numa moradia adequada, ventilada e iluminada. Com rede de água, esgoto, luz, internet e transporte fácil. Que tenha uma praça, uma escola e trabalho perto, seguros e acessíveis. Chamamos isso de Direito à Cidade. (FNRU, 2023, n.p.)

Portanto, nas cidades, algumas crianças brincam nas ruas, sobem ladeiras, contemplam monumentos, prédios e igrejas; outras são exploradas no mundo do trabalho adulto; ainda há aquelas que vivem experiências significativas de aprendizagem nas ruas, com ou sem suas famílias. As experiências vividas auxiliam no desenvolvimento social e empírico de cada sujeito, presentificando-as nas narrativas de suas trajetórias e justificando as lutas sociais que

passaram a assumir. Isto é, não é uma construção homogênea, os espaços da cidade e essas infâncias são plurais em seus pontos de vista e de vida.

Ora, no centro das nossas ambições estão as trajetórias de luta pelo direito à moradia de pessoas que moraram nas ruas quando eram crianças e/ou adolescentes na cidade de Jaboatão dos Guararapes, que apesar de pertencerem ao mesmo grupo social, elas são plurais porque cada uma carrega uma trajetória que lhe dá identidade e individualidade. Por isso, nós atentemos que a infância “não se prende a um só significado. Ao longo do tempo, diferentes conceitos de infância vêm sendo construídos. Ainda assim, dentro de cada perspectiva abordada, poderemos encontrar várias “infâncias” (Barbosa; Santos, 2017, p. 247).

Jaboatão dos Guararapes, um dos municípios mais importantes da Região Metropolitana do Recife (RMR), tem uma história que remonta ao final do século XVI. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município era de aproximadamente 706.867 habitantes em 2020 (Brasil, 2023). No entanto, esse número caiu para cerca de 644.037 habitantes em 2022, com uma densidade demográfica de 2.489,28 habitantes por quilômetro quadrado. Esse cenário populacional, somado ao *déficit* habitacional significativo de 5,876 milhões de moradias registrado em 2019 (Lis, 2021), reflete os desafios que Jaboatão enfrenta para garantir moradia e qualidade de vida à sua população.

Após a tragédia em Jardim Monte Verde, a Prefeitura do Recife intensificou os investimentos em áreas de risco, como periferias e morros. Esse esforço trouxe resultados significativos, uma vez que não foram registrados desastres graves em 2023 e 2024. Em paralelo, o Governo do Estado lançou uma campanha de obras de contenção de encostas, com início em 2024, buscando prevenir novos deslizamentos e tragédias nas áreas vulneráveis.

Enquanto isso, Jaboatão dos Guararapes continua enfrentando desafios estruturais tanto em sua gestão quanto em questões populacionais. Muitas famílias acabam migrando para outras cidades em busca de melhores condições de vida, expondo problemas de gestão e comprometimento com as necessidades locais. Essas dificuldades refletem na capacidade do município de promover um desenvolvimento sustentável e seguro para seus habitantes.

É crucial que essa situação seja analisada e discutida, pois revela a diferença de atuação entre as gestões estadual e municipal no enfrentamento de questões urbanas e sociais. Uma análise profunda sobre essas disparidades pode também esclarecer como as gestões da capital e do estado constroem capital político no território, enquanto Jaboatão lida com os impactos das limitações em sua administração.

Portanto, como expressa a canção de Science (1994), é uma cidade de muitos contrastes, dentre os quais, o coeficiente habitacional e a desigualdade social, que se tornam visíveis em decorrência dos desastres ambientais. Ano passado [2022], por exemplo, Jaboatão dos Guararapes foi o município que mais teve mortes relacionadas à chuva: 49% das mortes por este fenômeno em toda a RMR, que é composta por quatorze municípios.

De acordo com Maria Lígia Barros (2022, n.p.):

Ano após ano, a população enfrenta as consequências das inundações e deslizamentos na cidade, onde há 37.309 moradores vivendo em 11.166 domicílios em áreas de risco geológico, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) de 2021. De acordo com a prefeitura, existem pelo menos cerca de 17,5 mil pontos de risco, fora os novos que surgiram com as últimas chuvas. A máxima "tragédia anunciada" não exaure sua aplicação.

Desse modo, há outras necessidades básicas, como de esgotamento sanitário, que nas áreas urbanas do município, levando a 68% das residências fazerem uso de *fossa rudimentar*<sup>1</sup> (Brasil, 2019). Igualmente, o modelo e as relações capitalistas têm produzido histórica desigualdade de renda, além de uma pressão imobiliária, acabando por transformar o direito num produto de rentabilidade para um seletivo grupo de empresários. Sobre isso, afirma Silva (2018, p. 291):

Esses aspectos têm repercutido diretamente no território urbano, segregado, tornando-o contraditório, transformando uma grande massa de famílias em meras espectadoras, excluídas das definições que ocorrem em gabinetes estatais e corporativos, logo, os direitos sociais conquistados passaram a ser sinônimo de produtos e mercadorias, através dos serviços privados.

Essa crítica pode ser verificada, inclusive no filme *Aquarius* (Mendonça, 2016) – ambientado em Recife. A RMR tem um *déficit* de 130.142 moradias. Mas, as péssimas condições de moradia não se resumem à esta Região de Desenvolvimento (RD), “na verdade, Pernambuco é líder no Nordeste e terceiro estado do Brasil onde existem mais famílias vivendo sob a ameaça de serem expulsas da casa onde moram”, conforme dados da articulação Campanha Despejo Zero (2022). Ainda conforme os dados desta articulação, 97.391 crianças vivem em comunidades ameaçadas de despejo em todo o Brasil.

Porque há um grande problema na sua formação, registram-se movimentos sociais que lutam por moradia e por acesso ao usufruto da cidade e de seus bens materiais e simbólicos, promovendo manifestações e ocupações que são povoados por crianças e adolescentes e por

---

<sup>1</sup> Estrutura que “consiste basicamente em cavar um buraco no solo, para onde são direcionados os dejetos sem tratamento. Não conta com nenhum tipo de tratamento do efluente; O efluente não tratado infiltra no solo, contaminando o solo e o lençol freático.” (ECOCASA, 2016).

quem já foi infantil. Em tal situação, este grupo etário vive em ocupações, e por sua vez, inserem-se (ou constituem-se) nos vários movimentos sociais, tendo em vista que seu alcance é um dos fatores preponderantes para o alcance pleno da dignidade da pessoa humana.

Estes sujeitos são poucos considerados como protagonistas da história de suas comunidades, muito em parte por causa de um modelo centrado na figura do adulto (Oliveira, 2019), como se o grupo etário infantoadolescente nada tivesse a dizer ou não fossem capazes de protagonizar importantes (re)direcionamentos das trajetórias das comunidades onde vivem.

Mas, após realizar consultas em fontes e locais confiáveis, tais como jornais respeitados, *sites* de notícias de credibilidade, órgãos governamentais competentes, Entidades Culturais e Históricas dedicadas à preservação da memória local, a página oficial da Prefeitura Municipal, a rica base de conhecimento da Biblioteca Local, as Associações de Moradores ativas na comunidade, as ONGs locais engajadas em questões sociais e pesquisas acadêmicas de relevância, constatei que ainda persiste um *déficit* de informações e fontes de informações detalhadas sobre a situação específica em Jaboatão dos Guararapes em relação à vida de crianças e adolescentes.

Essa lacuna de informações fundamentais sobre a realidade desses jovens no município pode representar um desafio significativo para o desenvolvimento de políticas e programas adequados para atender às suas necessidades e garantir seu bem-estar. Portanto, é crucial que sejam empreendidos esforços para preencher essa lacuna e promover uma compreensão mais completa e precisa da situação das crianças e adolescentes em Jaboatão dos Guararapes. Por isso, problematizamos a falta de conteúdos que se destinem à compreensão sobre a vida de crianças e adolescentes no município de Jaboatão dos Guararapes, de modo especial, quando pautado o debate sobre a pluralidade da construção da cidade, sobretudo aqueles em situação de rua. O silêncio das pesquisas nos revela importante campo de investigação a desbravar e nos provoca este desafio.

O olhar para as infâncias sem moradia surgiu por meio de duas experiências significativas. A primeira delas aconteceu durante meu estágio no Laboratório de História das Infâncias (LAHIN), que preserva documentos importantes sobre a história das infâncias em Pernambuco e me permitiu enxergar as peculiaridades desses sujeitos de uma forma diferente. A segunda experiência foi decorrente de minha participação e engajamento nos movimentos sociais por moradia, onde pude perceber a presença do adultocentrismo na sociedade e como isso impede a inclusão de crianças e adolescentes no corpo político para a construção de uma cidade mais plural e inclusiva.

O LAHIN, vinculado à Escola de Conselhos de Pernambuco (ECEPE), é um programa de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco que se dedica a promover os direitos humanos das crianças e adolescentes. Por meio de atividades administrativas e de articulação com os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o LAHIN mobiliza esforços para garantir que as demandas das infâncias sejam colocadas como prioridade absoluta do Estado e da Sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde os direitos das crianças e adolescentes sejam reconhecidos e protegidos. Na ECEPE, desenvolvo atividades administrativas e de articulação com os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, mobilizando esforços na garantia de ações que estabeleçam a pauta das infâncias como prioridade absoluta do Estado e da Sociedade.

Além disso, estou na coordenação do Movimento de Luta por Terra, Trabalho e Teto (MLTT). Essa experiência prática tem sido fundamental para aprofundar meu entendimento sobre os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas, especialmente no contexto urbano.

A luta por moradia sempre esteve presente em minha vida. Mesmo vindo de uma família muito pobre, meu sonho era ter minha própria casa. Ao ingressar nos movimentos sociais (MS) de luta por moradia, percebi que essa questão vai além do meu interesse pessoal, mas uma questão de direitos humanos, de natureza social. A necessidade de compor os MS por moradia está relacionada à própria condição socioeconômica, ao qual destaco que na infância vivíamos em uma casa pequena na comunidade de Cajueiro Seco, em Jaboatão dos Guararapes, em que dias de chuva, a água invadia as casas, e lembro-me da minha mãe esforçando-se para tirar a água de dentro de casa, enquanto nos orientava a nos proteger. Essas experiências foram marcantes e evidenciaram as dificuldades que muitas famílias enfrentam diariamente. Com muito esforço, meus pais conseguiram um lugar melhor para morar, mas a jornada foi árdua, especialmente para minha mãe, que trabalhava como doméstica, e meu pai, como serviço gerais, ambos saindo cedo para o trabalho e deixando eu e meu irmão mais velho na creche.

Essas memórias moldaram minha visão de mundo e me motivaram a buscar mudanças não apenas para minha vida, mas para a vida de muitos outros. Mesmo após conquistar minha casa própria em 2021, permaneci engajado no movimento, consciente de que muitas pessoas precisam de apoio para transformar suas realidades. E foi frente a essas realidades que se imiscuem que fiz escolha de cursar um mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direitos

Humanos, pois aqui reflete meu compromisso em ampliar minha compreensão sobre questões sociais e contribuir para a defesa e promoção dos direitos fundamentais.

Por conseguinte, a escolha dessa temática envolve a infância e a cidade que é uma forma de abranger a realidade exposta no contexto atual das cidades e suas diversidades sociais e históricas e de minha trajetória acadêmica e de *práxis* social que converge para um compromisso contínuo com os direitos humanos, integrando teoria e prática na busca por soluções justas e inclusivas para as comunidades que represento e defendo. As pessoas pretas, pobres, LGBTQIAPN+, periféricas e moradoras de rua que estão na cidade, mas, com o avanço da urbanização e alguns fatores de isolamento social, essas questões acabam recebendo menos atenção, daí a necessidade de ecoar as vozes desses sujeitos históricos que muitas vezes são negligenciados pela Academia, pela sociedade e/ou pela História.

Diante da delimitação temática, nos guiaremos por perguntas que merecem uma investigação aprofundada: durante o processo de reivindicação por moradia, essas crianças tiveram voz ativa? O que é a cidade para eles? Como sujeitos de direitos que viveram ou ainda vivem nas ruas de Jaboatão dos Guararapes, eles construíram uma ideia de pertencimento à cidade? Quais lembranças foram deixadas por eles durante a luta por moradia quando eram crianças e/ou adolescentes em Jaboatão dos Guararapes? Que sentidos e significados são atribuídos à ideia de cidade como patrimônio coletivo pelos sujeitos que lutaram e/ou lutam pelo direito à moradia? Como se manifesta a identificação política dos sujeitos que foram meninos e meninas de rua na cidade de Jaboatão?

Motivados a encontrar respostas a estes questionamentos, nossa pesquisa tem como objetivo geral: *compreender, através de trajetórias de vida, a percepção do direito à cidade de pessoas que moraram nas ruas de Jaboatão dos Guararapes-PE quando crianças e/ou adolescentes*. Já os objetivos específicos postulados, que auxiliarão atender ao que propomos são: (i) caracterizar a cidade como um direito social; (ii) identificar os sentimentos e a ideia de pertencimento à cidade como patrimônio coletivo; (iii) analisar a (auto)percepção de sujeitos-protagonistas durante a sua infância e/ou adolescência.

Em busca do alcance desses objetivos, pautamo-nos por uma metodologia de natureza qualitativa que permita um levantamento de dados capaz de descobrir como esses sujeitos veem a si mesmos e seu papel na disputa pela cidade. Ora, são muitas crianças e adolescentes que vivem nas ocupações em Jaboatão dos Guararapes, como aprendizes de uma cidadania historicamente negada (Carvalho, 2018), que chega de modo escalonado – em derradeiro para as pessoas que estão nas margens sociais (Carvalho, 1998).

Por esta razão, optamos por utilizar o método de História de Vida que nos permite melhor compreender as experiências e as experimentações sociais a partir da perspectiva do indivíduo que as viveu. Interessa “o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator” (Glat, 1989, p. 29). Foram sujeitos do nosso campo de investigação 03 pessoas cujas vidas estão vinculadas à luta por moradia quando crianças e/ou adolescentes e que estavam/moravam em algum assentamento na cidade de Jaboatão dos Guararapes, PE.

Esperamos que o presente estudo estimule debates sobre as infâncias invisibilizadas na cidade. Certamente, (re)descobrir suas trajetórias de vida poderá apontar-nos caminhos para a abordagem e as ações junto às políticas públicas e às ações de incidência política junto ao Estado e às periferias da sociedade. É relevante, porque tem a capacidade de desvelar como adultos que foram crianças e/ou adolescentes e que estavam ligadas à luta por moradia se tornam protagonistas e sujeitos históricos na arena política, pautando-se pela luta pelo direito à cidade. Com isso, buscamos construir pensamentos em que as infâncias não só estão presentes nas instituições educacionais, mas também nos parques, praças, ruas, casas, bairros e nas lutas sociais que compõem o município e são importantes para sua constituição cidadina.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Fazendo-se uso das narrativas orais, pesquisador e pesquisados encontram-se nas expressões das experiências humanas, construtoras da própria identidade cultural. Mas, é o narrador que se faz personagem e autor da (sua) história, no próprio ato de narrar. Suas memórias são utilizadas como uma forma de entender a (própria) história vivida pelo sujeito.

Esta nova história [a história oral], que não é tão nova assim, passa a se ocupar não apenas do que as pessoas pensam, mas como as pessoas pensam, ou seja, como interpretam o mundo conferindo-lhe significados, infundindo-lhe emoção; enfim, ela estuda a maneira como as pessoas comuns entendem o mundo, como organizam a realidade e como se comportam diante da vida (Barroso; Barroso, 2016, p. 153).

Apesar de só mais recentemente ter recebido a devida atenção, a história oral foi a primeira forma de sistematização de fatos ou dados, remontando aos gregos Heródoto, Tucídides e Políbio como expoentes dessa metodologia. Nessa pesquisa, abordamos a memória de um tempo em que nossos participantes eram crianças ou adolescentes, destacamos a valorização das memórias individuais e coletivas dos sujeitos que estão na maturidade.

Pensando assim, este trabalho procura compreender o direito à moradia, utilizando-se das narrativas de quem as viveu, percebendo-os como sujeitos ativos da própria história. Além disso, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, optamos por como enfoque metodológico a *História de Vida*, assim vislumbrar como os participantes foram capazes de organizar suas vidas em um determinado contexto e como estes reagiram aos acontecimentos relativos à esfera particular e social. Esse método permite, portanto, levantar e descrever um conjunto de acontecimentos que fundamentam a vida de uma pessoa e/ou grupo para compreendê-la na construção das identidades e enfrentamentos aos modelos socialmente determinados.

O método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador (Santos; Santos, 2008, p. 715).

Sendo a História de Vida uma metodologia qualitativa, a relação pesquisador-sujeito, embora perpassada por relações de poder, pretende ser dialógica e de construção de conhecimento, trazendo o universo individual de cada pessoa, o modo como ela entende o mundo a sua volta, para entender os processos de (re)construção das relações da infância com a cidade no município enquanto coletividade, ou seja, construindo pontes de referências

sociais e metodológicos para que novas ideias, contextos e Histórias possam ser compreendidos, estudados e analisados.

Nestes termos, o método em tela coloca em primeiro plano a história individual, e a partir dela entender o coletivo. É a história ou o relato da vida, que orienta o estudo, tal como a pessoa vivenciou, sem a necessidade de o pesquisador confirmar a “autenticidade dos fatos”, pois o que vale é o ponto de vista de quem está narrando. Levando em consideração que as narrativas não vão remontar o passado tal qual como aconteceu, pois a memória faz uma reconstrução do passado a partir do presente de modo seletivo.

História de Vida como metodologia tem como preocupação o vínculo pesquisador-sujeito, chamado interacionismo simbólico, aspecto proposto pela Escola de Chicago, que propõe “ceder o lugar do saber ao agente social, postulando que o conhecimento deve ser construído a partir das interpretações, significações, daquele em que está inserido no fenômeno social a ser estudado” (Silva *et al.*, 2007, p. 30).

Assim, a execução da metodologia da pesquisa foi empreendida do modo como trataremos a seguir.

## 2.1 OS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Tomamos como partida para a construção teórica desta dissertação, um levantamento de pesquisas realizadas sobre o nosso objeto de investigação que são as trajetórias de lutas de pessoas pelo direito à moradia que moraram nas ruas quando crianças e/ou adolescentes na cidade de Jaboatão dos Guararapes–PE. Essa preocupação teve como fundamento a ideia de que a pesquisa precisa ser subsidiada pela leitura atenta da realidade de vivências, permitindo-lhe atribuir uma investigação academicamente válida. Assim, também procedemos um levantamento do estado da arte sobre nosso objeto de interesse, o qual descrevemos a seguir.

Primeiramente, iniciamos com um levantamento das dissertações e teses mais recentes no Catálogo de Teses e dissertações da CAPES, o que nos permitiu verificar que um total de 06 trabalhos foram realizados (Ver Apêndice 1). Após a leitura das pesquisas encontradas, pudemos reafirmar a centralidade de nossa dissertação, pela originalidade temática – já que nenhum dos trabalhos focalizou a temática a qual, objeto e objetivos em tela. Destacamos que embora alguns dos trabalhos tivessem a preocupação em ouvir as crianças, não trazem a vocalização das infâncias sobre o direito à cidade. Sobre essa percepção, entendemos que os

apropriar a construir outros sentidos e significados de ocupação desse território, assim como conduzir as suas vidas e as militâncias na vida adulta.

Entretanto, como a pesquisa científica encontra consistência a partir das fontes que dão fundamentos teóricos que nos permitem compreender os dados empíricos, este estudo utilizou de outros instrumentos de coleta de dados, tal como um levantamento bibliográfico e documental que pavimentam nossa compreensão sobre a cidade, sobre os direitos humanos e sobre a ação política sobre ela, o qual construímos nossos argumentos teóricos. *Pari passu*, coletamos informações através de pesquisa documental, focando nas normas dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990; 2016) e na percepção da cidade como direito (Brasil, 1988; Jaboatão dos Guararapes, 2008).

Severino (2007, p. 122) destaca a importância de um bom levantamento documental e explica que este procedimento consiste no estudo de documentos no sentido mais amplo, sendo eles impressos ou não. Isto permitiu delimitar no conjunto dos direitos das infâncias aos direitos à cidade e vice-versa. Igualmente, este movimento vai permitir perceber como foi se construindo as concepções e os avanços legislativos potencializadores do protagonismo e da participação infantoadolescente nas cidades.

Estabelecido o levantamento referencial bibliográfico e documental, identificamos os sentimentos e a ideia de pertencimento à cidade como patrimônio coletivo. Para isso, conforme se estabelece no próprio método de pesquisa escolhido, foi necessário nos debruçarmos sobre as histórias de personagens que protagonizaram nos movimentos por moradia. Tomamos como critério de seleção dos entrevistados aqueles sujeitos cujas infâncias foram vividas em acampamentos nos diversos territórios do município de Jaboatão dos Guararapes, PE. Encontramos os participantes a partir da vivência no Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho. Fazendo parte orgânica desta luta, pudemos conhecer vários dos sujeitos e suas trajetórias à medida que nos reunimos para reivindicações, além disso os entrevistados puderam indicar outras pessoas aptas a responder as entrevistas, cujas trajetórias respondiam aos nossos objetivos.

Realizamos entrevistas semiestruturadas, em profundidade, que é, por essência, uma das principais ferramentas do método história de vida, por meio de um ou mais encontros denominados nos quais realiza-se “entrevistas prolongadas, nas quais a interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua” (Paulilo, 1999, p. 143). Esses encontros permitem vir à tona os elementos essenciais para nossa compreensão do objeto, além de permitir gerar uma relação de confiança e integralidade com aquilo que estava sendo

vivenciado. Além disso, esse tipo de entrevista tem a flexibilidade como característica sendo realizadas perguntas-chave e o entrevistado discorre durante o tempo que achar necessário.

Outro aspecto importante para escolha do entrevistado dar-se em razão que o seu uso

[...] é uma das opções mais frequentes e apresenta inúmeros caminhos e cuidados, devendo ser reconhecido como um método de qualidade para a coleta de dados. Entretanto, abordar mais de um recurso permite novos caminhos, reforçando aspectos qualitativos da pesquisa sem perder a fidedignidade. [...] Todo pesquisador deve sempre considerar o valor de inovar, de procurar e adequar novas estratégias de pesquisa de campo, não se atendo a textos escritos na busca por respostas. Dependendo do tipo de método utilizado na coleta haverá meios de reflexão diferentes. (Belei *et al.*, 2008, p. 195).

Os encontros para a realização das entrevistas ocorreram após um contato prévio com os entrevistados, com datas marcadas através de ligação telefônica e ampla conversação para explicação das finalidades da pesquisa. Foi solicitada a autorização destes sujeitos para que fossem gravadas por equipamento eletrônico, mediante esclarecimento das finalidades da pesquisa, objetivos, seus riscos e benefícios. Posteriormente, uma reunião presencial foi agendada para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a compreensão e consentimento mútuo. Importante destacar que todas as chamadas foram gravadas, visando arquivar as informações e facilitar a transcrição posterior.

O planejamento da pesquisa estipulou um número de amostras fixadas em 3 participantes, mantendo-se ao longo do desenvolvimento do estudo. A escolha de utilizar 3 amostras no estudo foi baseada em critérios rigorosos de planejamento da pesquisa, com o objetivo de garantir uma análise aprofundada e representativa. O número de 3 participantes foi definido para captar de maneira mais intensa e detalhada as diversas perspectivas de vida abordadas no estudo.

Essa seleção cuidadosa permitiu que as narrativas fossem transcritas com precisão e sensibilidade, facilitando o diálogo com temas cruciais e relevantes que necessitam ser debatidos no texto. Não houve qualquer modificação no tamanho amostral originalmente proposto, por serem robustas e substanciais, evidenciando a solidez no delineamento do conjunto amostral. Essa constância na quantidade de amostras não apenas reforça a consistência na condução da pesquisa, mas também sinaliza que a escolha inicial se mostrou adequada e eficaz para atender aos objetivos propostos, destacando-se pela eficiência na implementação das ações planejadas. Ademais, a execução transcorreu sem enfrentar desafios significativos.

A primeira entrevista ocorreu em 06 de janeiro de 2024, com duração de 112 minutos; a segunda teve duração de 87 minutos e foi concedida no dia 29 de janeiro de 2024; já a

terceira, no dia 22 de fevereiro de 2024, com duração de 31 minutos. Entanto a primeira foi registrada por meio do *Google meet*, para que tivéssemos mais fidedignidade sobre o material gravado e as expressões faciais e emocionais dos entrevistados, a segunda entrevista ocorreu presencialmente na ocupação Leão do Norte, gravada com um dispositivo móvel também preservando o conteúdo da interação. A terceira, por fim, também foi conduzida por gravador do telefone móvel. Em todos os casos, os horários respeitaram a disponibilidade dos entrevistados.

Destacamos que a abordagem durante as entrevistas foi cuidadosamente conduzida, priorizando o conforto dos entrevistados e visando enriquecer o entendimento sobre suas experiências, ampliando as perspectivas inicialmente traçadas e explorando os diversos fluxos de conhecimento e saberes que emergem desses relatos. Contudo, a atenção foi redirecionada para a implementação de conhecimento acerca das trajetórias de vidas representadas nessas entrevistas e qual substrato sobre a luta pela afirmação dos direitos humanos elas foram capazes de trazer.

Ainda assim, a riqueza dessas amostras, além de fornecer uma visão significativa sobre o tema em questão, sinaliza a possibilidade de aprofundar as discussões e explorar novos matizes que poderão enriquecer não apenas a pesquisa atual, mas também servir como ponto de partida para investigações subsequentes. Nesse sentido, os dados coletados oferecem uma base sólida para a análise e discussão, abrindo portas para a compreensão mais profunda dessas realidades muitas vezes negligenciadas.

As entrevistas constituíram uma etapa essencial no processo, oferecendo suporte tanto para a escrita em si quanto para a interação com diferentes perspectivas. As conversas forneceram *insights* valiosos, contribuindo significativamente para a evolução dos temas em sintonia com a temática e os assuntos discutidos.

A etapa de transcrição, de igual importância, foi realizada cuidadosamente pelo pesquisador. Todos os registros foram transcritos e salvos, observando rigorosamente questões éticas e obediência aos princípios da dignidade e dos direitos humanos.

## 2.2 PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE DADOS

Para a sistematização das trajetórias de vida narradas pelos nossos entrevistados, utilizamo-nos do método de *análise de conteúdo* (Bardin, 1977), permitindo que descrevêssemos o conjunto de relações e interações que caracterizam a experiência de vida nas ruas, que constituem os percursos das *histórias de vida* dos participantes. Essa técnica se

caracteriza pelo cumprimento de três etapas, sendo a primeira: a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira, é o tratamento dos resultados obtidos. Essas etapas são fundamentais para compreender e interpretar os dados coletados de maneira sistemática e significativa.

Na pesquisa que focaliza a análise de conteúdo, a percepção das categorias que emergem das entrevistas e/ou dos documentos estudados desempenha um papel crucial na compreensão e interpretação dos dados coletados. Ao identificar e explorar tais categorias, os pesquisadores guiam-se e examinam os padrões, temas e relações subjacentes aos fenômenos estudados.

Por exemplo, as categorias do conteúdo utilizadas para formular as perguntas e nortes da entrevista, que foram: durante o processo de reivindicação por moradia, essas crianças tiveram voz ativa? O que é a cidade para eles? Como sujeitos de direitos que viveram ou ainda vivem nas ruas de Jabotão dos Guararapes, eles construíram uma ideia de pertencimento à cidade? Quais lembranças foram deixadas por eles durante a luta por moradia quando eram crianças e/ou adolescentes em Jabotão dos Guararapes? Que sentidos e significados são atribuídos à ideia de cidade como patrimônio coletivo pelos sujeitos que lutaram e/ou lutam pelo direito à moradia? Como se manifesta a identificação política dos sujeitos que foram meninos e meninas de rua na cidade de Jabotão?

Ao investigar a experiência de pessoas que foram crianças e/ou adolescentes que viveram nas ruas em Jabotão dos Guararapes e sua luta por moradia, as categorias do conteúdo podem incluir a voz ativa das crianças no processo de reivindicação, suas percepções sobre a cidade, as lembranças deixadas durante a luta por moradia, os significados atribuídos à ideia de cidade como patrimônio coletivo e a identificação política desses sujeitos. Através da análise cuidadosa dessas categorias, a pesquisa trouxe *insights* profundos sobre as experiências e perspectivas dos participantes, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e significativa do fenômeno em estudo.

Os dados são a essência da pesquisa, entretanto, a análise dessas informações é um ponto crucial para o desenvolvimento e entendimento de toda a formatação da pesquisa, onde consiste que o pesquisador identifique as respostas para o problema que é apontado pelo próprio pesquisador, ou seja, é através desse sentido que ele vai identificar as respostas que tanto almeja. Sendo assim, o pesquisador necessita de mecanismos para filtrar e analisar as informações que foram coletadas, e sobretudo, “um quadro descritivo e interpretativo” que pode auxiliar nessa construção do conhecimento e ampliar os pontos que devem ou não ser ampliados. É importante perceber o quanto o delineamento da pesquisa qualitativa não diz

exatamente com precisão os resultados que serão apontados. Sendo assim, na etapa da análise de dados que podem ocorrer uma modificação na pergunta central e nas informações que se deseja demonstrar durante o processo de composição e delineamento do material.

E para fundamentar a interpretação da pesquisa qualitativa, a revisão bibliográfica ajuda tanto na análise como no ampliamiento do conhecimento que foi coletado, ou seja, a leitura ajuda a entender o conteúdo e formular questões que podem adentrar na pesquisa (Puglisi; Franco, 2005). Mas é válido salientar que é importante o pesquisador já ir desenvolvendo antes, durante e depois a pesquisa, para que assim se aprofunde o debate sobre o assunto, possibilitando o empoderamento e entendimento do conteúdo (Deslauriers; Kèrisiti, 2014, p. 140-144). É interessante falar que a revisão bibliográfica na pesquisa qualitativa não pode se limitar a determinado assunto, é necessário correlacionar a outros conhecimentos que possibilitam a ampliação do debate, possibilitando, assim, discussões do macro para o micro ou vice-versa, fazendo que a pesquisa se aprofunde em conexões diversas.

A teoria produzida através das análises de dados é processo importante, pois é através desse mecanismo que outros conhecimentos serão explorados e outras concepções teóricas, metodológicas, científicas e etc, podem ser construídos, favorecendo ao mundo científico que continuamente recebe novas informações e pesquisa para que as ideias circulem e virem debates. Podendo assim, ter suas informações atreladas a outros pesquisadores e fontes, podendo linkar com conhecimentos existentes ou até melhorando os já existentes. Onde pesquisa qualitativa dá liberdade para o pesquisador criar espaço de debates e diálogos, fazendo com que novos argumentos e percepções sociais possam surgir.

Assim, a experiência possibilita dois sentidos, sendo o primeiro, a experiência de imediato (experience-nearconcepts) que é quando o pesquisador pode compreender facilmente o que os outros utilizam; a segunda experiência é a mais distante (experience-distanceconcepts) que é quando um conceito que os diferentes especialista (pesquisador, psicanalista, etnográfico e etc) empregam um sentido científico, filosófico ou até prático, ou seja, o primeiro envolve situações particulares que podem ter dificuldade de ser compreendido fora do contexto, já o segunda, pode ser aplicado em diversas situações, mas não consegue explicar uma pesquisa concreta (Deslauriers; Kèrisiti, 2014, p. 140-144).

É crucial destacar a inter-relação entre senso comum e conhecimento científico, pois ambos ajudam a formar um entendimento mais abrangente. A pesquisa revelou conceitos e perspectivas antes desconhecidos (Puglisi; Franco, 2005). O pesquisador constroi conceitos integrando conhecimento empírico e científico, o que enriquece o debate e promove uma compreensão mais profunda.

A construção da pesquisa é um processo trabalhoso, mas essencial para que gerações, pessoas e locais possam (re)conhecer a diversidade do mundo. Esse processo possibilita o reconhecimento social e ajuda a levantar questões sobre o passado, contribuindo para o presente e o futuro de todas as gerações.

A metodologia adotada proporcionou uma análise robusta das experiências de moradia infantil em Jaboatão dos Guararapes, revelando aspectos importantes da vivência dos indivíduos e a evolução de suas trajetórias. A combinação dos métodos qualitativos, como a história de vida e a análise documental, permitiu uma visão abrangente e enriquecedora do tema. A flexibilidade e adaptabilidade dos instrumentos de coleta, juntamente com a escolha criteriosa dos participantes, foram fundamentais para o sucesso da investigação e para a obtenção de dados significativos sobre viver nas ruas durante a infância.

Além disso, a coleta e análise dos dados reforçam a importância de uma abordagem metodológica cuidadosa e reflexiva na pesquisa sobre direitos e condições de vida. As entrevistas e a análise dos relatos demonstram a complexidade e profundidade das questões envolvidas, sublinhando a necessidade de continuar explorando as múltiplas facetas da luta pelo direito à moradia e pelo reconhecimento das trajetórias dos indivíduos afetados. A pesquisa contribui para o entendimento acadêmico e oferece *insights* valiosos para políticas públicas e práticas voltadas à melhoria das condições de vida e à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

### 3 A CIDADE COMO UM DIREITO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A presente pesquisa se insere no campo dos direitos da cidadania, tomando como ponto de partida o reconhecimento social, legal e cultural da cidade como um direito de todas as pessoas, de modo focal, da criança e do adolescente. Assim, buscamos, a partir de agora, uma fundamentação teórica que nos dê respaldo para esta argumentação, e com isso, traçar um diálogo multirreferenciado com autores que nos ajudem a percepção histórica e social da cidade do Jaboatão dos Guararapes.

Partiremos de uma breve reflexão sobre os direitos humanos em suas acepções modernas, dando destaque à constituição das infâncias como sujeitos de direitos para, por fim, nos dedicarmos à concepção do direito à cidade, em sua natureza social.

#### 3.1 BREVE PERCEPÇÃO CONCEITUAL SOBRE DIREITOS HUMANOS

Do ponto de vista conceitual, os direitos humanos são “normas mínimas necessárias para levar uma vida digna, e trata-se de algo que é inerente à própria condição humana, sem ligação com quaisquer particularismos de grupos ou indivíduos” (Nascimento, 2020, p. 249). Em vista de seu alcance, têm como características a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a exigibilidade por meio jurídico, conforme aborda Graciano (2005, p. 12-13 – *grifos da autora*):

**Universal** – Todas, absolutamente todas as pessoas que vivem no planeta Terra têm direito ao acesso a todos os direitos;

**Indivisível** – Todas, novamente, absolutamente todas as pessoas que vivem no planeta Terra têm direito a gozar do direito em sua totalidade, sem ser fracionado ou reduzido;

**Interdependente** - Todos os direitos estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância do que outro;

**Justiciável** – como o próprio nome já diz, são direitos (e não favores) e, por isto, podemos exigí-los na Justiça quando forem desrespeitados ou violados.

Portanto, a universalidade tem como intuito abranger a toda sociedade, criando assim mecanismo que possibilite o reconhecimento da pluralidade da humanidade, onde cada ser humano pode ser percebido de sua maneira de pensar ou agir, sendo respeitado por sua filosofia de vida. Já a indivisibilidade retrata sobre os direitos não serem pela metade, isto significa, que todos podem se beneficiar de todos os direitos humanos por completo sem distinção nenhuma. Quanto à interdependência, significa igualdade dos direitos para todos, pois todas as pessoas são importantes.

Por sua vez, a justiça garante que seus cidadãos possam acessar tais direitos, por meio do sistema de justiça quando este lhes faltar. Nestes termos, Cury (2002) afirma que o anúncio de um direito, de maneira inevitável, precisa tornar-se regras inscritas na legislação local ou supranacional, capaz de responsabilizar o Estado ou a Sociedade para sua garantia. É neste mesmo caminho que Norberto Bobbio (2004, p. 38) assim define:

A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por “existência” deve entender-se tanto o mero fato exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.

Contudo, respeitando-se as regras de aplicabilidade dos direitos humanos, a todas as pessoas lhes são assegurados legislativamente, judicialmente e executivamente, constituindo-se num mecanismo que possibilita a igualdade universal e auxilia a sobrevivência humana com dignidade. Assim dizendo, os direitos humanos possibilitam mudanças em todas as sociedades, em vista da qualidade de vida das pessoas, entretanto, ainda há dificuldades para serem executadas (Assis, 2007, p.75) graças aos seus aspectos culturais, religiosos e econômicos.

Em vista disso, Cury (2002) chama a atenção para o fato de sua efetivação incluir uma dimensão de luta, haja vista que nem o que foi pronunciado e nem a sua efetivação ocorreu por “graça celestial”. Como retrata Nascimento (2020, p. 249), os direitos humanos são criações humanas para responder a contextos históricos localizados.

A invenção dos direitos humanos deu-se num processo histórico e gradativo. A sua conformação como direitos universais é fruto das mudanças ocorridas ao longo do tempo em relação à estrutura da sociedade, a ideia de Humanidade, além das diversas lutas e revoluções. [...] A efetivação de qualquer direito humano transcorre um percurso que se inicia com a compreensão de sua pertinência à universalidade – ao menos por algum grupo humano, seguindo de movimentos de incidência, ou lutas políticas e filosóficas, até sua inscrição como texto de lei.

Com base nesse extrato, é possível afirmar que os direitos humanos decorrem de uma construção processual e evolutiva, mas que ainda tem muita dificuldade em se estabelecer como legislação basilar, de modo a contemplar todos os países e, nestes, as suas diversas localidades – haja vista os retrocessos que têm acompanhado governos locais, como foi o caso do Brasil entre 2016 e 2022, sem deixar de considerar as culturas e a autodeterminação dos povos locais. Mas, a sua consolidação é um passo importante para a implementação de mudanças de ordem ideológica e de ordem social, podendo empoderar e mudar situações existenciais da sociedade.

Os direitos humanos emergiram da necessidade de proteger os seres humanos de sua própria espécie, em que rivalidades políticas, societárias, econômicas e entre diversas outras situações punham a vida em risco. Isto é, decorrem da percepção da necessidade de repactuar o “contrato social” quando as pessoas são submetidas a situações deploráveis: escravizadas, vendidas, desmembradas, torturadas, mortas e até comidas. As condições-limite, portanto, demonstram o quanto a luta pela afirmação da igualdade, da equidade e de mecanismos protetivos aos mais fracos, de modo universal, são exigências constantes para auxiliar o desenvolvimento dos povos, respeitando-se e suas pluralidades.

Assim, “são construídos e afirmados em momentos específicos, especialmente vinculados aos períodos revolucionários de profunda transformação social” (Santos *et al.*, 2023, p. 5), portanto, “quando os sujeitos sociais têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção” (Chauí, 1989, p. 20). Exatamente, por esta razão, que a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) tem sido considerada um marco inicial para a afirmação dos direitos humanos na contemporaneidade, em vista das atrocidades cometidas no seu desenvolvimento quando “mais de 60 milhões de pessoas morreram” (Silva, 2022, n.p.).

A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a *ser alcançada por todos os povos e nações*. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Entretanto, a percepção sobre os direitos *humanos universais* é bastante criticada por sua forma de construção. Boaventura de Sousa Santos (2013), por exemplo, é um dos autores que tem abordado uma contra-argumentação a respeito desta universalidade, que serviria como uma forma de exercício do poder bélico do Ocidente sobre as demais culturas. Conforme o autor, é necessário apostar em superar os entendimentos convencionais dos direitos humanos, e essa urgência de perceber as especificidades locais faz com que haja amplos debates que

[...] são constitutivas da presente turbulência e representam um desafio para uma resignificação emancipatória dos direitos humanos à luz das epistemologias do Sul. A primeira diz respeito à tensão entre o direito ao desenvolvimento e a incessante devastação ambiental do planeta. A segunda refere-se à tensão entre as aspirações coletivas de povos indígenas, afrodescendentes e camponeses e o individualismo que marca o cânone originário dos direitos humanos. A terceira refere-se à tensão que resulta da inadequação da linguagem de direitos, e em particular dos direitos humanos, para reconhecer a existência de sujeitos não humanos. (Santos, 2013, p. 42-43)

As tensões existenciais são manifestas na (re)construção do próprio sistema vida, sintetizado como ecossistema: a vida de diversos animais, temperaturas globais, a vida marinha e as preservações culturais-existenciais dos povos originários, por exemplo. De outro modo, o capitalismo que implementa a desconfiguração dos direitos humanos e configura a competitividade e soberania de umas pessoas sobre outras, como retrata Santos (2013, p. 43)

Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro). O direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm sido usados como garantes dessa continuidade. Nesse sentido, é decisivo distinguir entre o que são hoje os direitos humanos convencionais e a possibilidade, a que aponto neste texto, de os direitos humanos serem constituídos como parte de uma ecologia de dignidades pós-abissais.

Em vista disso, é importante anotar que a concepção de direitos humanos não ocorre de modo linear ou universal, sequer globalizante. As culturas e as formas de viver, situadas localmente, nos espaços periféricos das cidades e dos campos constroem um *ethos* que torna urgente o reconhecimento específico de necessidades reais próprias no âmbito dos direitos humanos, garantindo com isso a dignidade humana histórica e socialmente situadas em contextos distintos.

O reconhecimento do dinamismo essencial da noção de direitos humanos inevitavelmente exige a disposição de se considerar a necessidade de proclamar e reconhecer “novos” direitos humanos. O desafio é alcançar um equilíbrio adequado entre a necessidade de manter a integridade e a credibilidade da tradição dos direitos humanos e a necessidade de adotar uma abordagem dinâmica que de fato reflita as novas necessidades e perspectivas (Alston, 1984) e responda ao surgimento das novas ameaças à pessoa humana, sem enfraquecer a possibilidade da defesa de seus direitos. (Arifa, 2018, p. 167)

Os direitos humanos são uma construção mútua, de interações que não só visa um lado, mas adentra em diversos campos, dialogando com perspectivas em que o direito é sempre sua novidade, mantendo-se o compromisso de preservar os princípios que o fundamentam. Os novos anúncios possibilitam que a vida humana possa progredir, tanto nas possibilidades de crescimento de melhorias, como para que as próximas gerações possam ser beneficiadas, dando continuidade a este processo de (re)construção.

Por isso, a importância dos movimentos sociais por direitos e justiça, que forcem a saída do *status quo* criticado por Sousa Santos, já que consolidam a construção de interesses em favor das pessoas que sofrem opressões. Estes são importantes estruturas e construções que garantem à luta por sobrevivência humana, onde os direitos humanos são negados ou

ameaçados. Por suas pautas, ajudam na sobrevivência em um mundo onde a pluralidade social é uma construção importante para prevalecer mecanismos que contribuí para o desenvolvimento social, fortalecendo princípios de que a vida humana pode ter direito a ter direitos. Em vista disso, na pauta da luta por moradia no Brasil, diversos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho (MLTT), dentre diversos outros movimentos sociais reivindicam essa causa.

São os movimentos sociais que dão visibilidade a esse processo de luta e conquistas para que haja mudanças estruturais em determinadas localidades. Nesta empreitada que foi a luta empreendida no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) para que o Estado reconhecesse a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em nosso país, possibilitando que este grupo etário ascendesse à condição de cidadãos.

Portanto, movimentos sociais e direitos humanos se vinculam, e vamos ver essa discussão na seção quando iremos explorar a ideia da afirmação da infância como sujeito de direito. Para isso, consideraremos a constituição das constantes mobilizações sociais como um fator essencial na construção e na preservação dos direitos humanos e o protagonismo desse grupo para a sua afirmação. Essas mobilizações sociais não apenas contribuíram para mudanças estruturais sob a percepção sobre as infâncias, mas também continuam a desempenhar um papel vital na busca por um ambiente mais justo e igualitário em nossa sociedade. A seguir, trataremos de fundamentar a ideia de que a cidade é listada como direito humano, por sua acepção, como direito infantoadolescente.

### 3.2 O DIREITO À CIDADE: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS

Para que haja interações e harmonia entre a população, é essencial a inserção de normas, legislações e diversos outros parâmetros que compõem um processo de limitações e respeito mútuo dentro da sociedade. Essas diretrizes não apenas conectam os habitantes uns com os outros, mas também com a própria formação da cidade, proporcionando um profundo entendimento das raízes culturais e históricas que moldaram seu presente.

A cidade transcende sua mera aparência física de edifícios e ruas. Ela é um organismo vivo, pulsante, onde cada pedaço de calçada, cada esquina e cada praça são “testemunhas” de uma infinidade de histórias, memórias e interações humanas. Nesse intrincado emaranhado de experiências, constroi-se o tecido social de uma comunidade, moldando a base de sua identidade coletiva. Portanto, a cidade não tem dono, mas constitui-se num bem coletivo.

Essa compreensão, entretanto, não ocorre que haja tensões sobre o seu usufruto. Por assim dizer, o direito à cidade, conforme proposto por Harvey (2014, p.30), vai além de meramente reivindicar um espaço físico. Significa também pleitear algum tipo de poder sobre os processos de urbanização, sobre a forma como nossas cidades são concebidas e transformadas. Essa abordagem radical é fundamental para garantir que a cidade seja moldada de acordo com as necessidades e aspirações de seus habitantes, promovendo assim uma participação mais ampla e democrática na construção do espaço urbano.

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas sim um direito coletivo e concentrado. Ele engloba os trabalhadores e todos aqueles que contribuem para a reprodução da vida cotidiana na cidade. No entanto, o direito à cidade é complexo, especialmente devido às condições contemporâneas da urbanização, do capitalismo financeiro e à arrumação social que desestimula as populações a enfrentar pautas coletivas e lutar ativamente pelo direito coletivo.

Ora, Harvey (2014, p. 247) faz uma advertência sobre essa perspectiva.

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana [...]. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inúmerável. [...] Por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por esse direito. [...] É por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida.

Esses princípios não se limitam apenas a legislações ou normas, mas são ferramentas poderosas para compreender as complexidades da vida urbana contemporânea. Eles fornecem um contexto vital e axiológico para as atitudes e práticas no presente, dando sentido e moldando as nossas ações cotidianas para a formação e transformação da cidade.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2012, p. 74)

Para fomentar uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos tenham acesso equitativo aos recursos e oportunidades urbanas, carece-se da abertura de um espaço para um diálogo mais amplo e inclusivo sobre seu futuro. Nesse sentido, a abordagem da desigualdade social, por exemplo, está intrinsecamente ligada à luta pelo acesso à cidade. Afinal, como observado por Santos (2009, p. 23):

A exclusão, em sua semântica original, significa o não pertencimento a determinado grupo ou condição. A princípio, a exclusão de alguém de determinado grupo não é necessariamente problemática, dependendo de que grupo se esteja falando. Os estudos desenvolvidos pela Antropologia Social indicam que a construção de identidades sociais – ou seja, o processo de identificação e pertencimento de um indivíduo a um grupo social – se faz por inclusões e exclusões. Grupos religiosos, famílias, tribos, nações etc. usam critérios para classificar os “de fora”, os quais são essenciais para que se possa, também, especificar quem está “dentro”.

É crucial reconhecer que a pobreza urbana está enraizada em desigualdades estruturais que restringem o acesso dos mais vulneráveis aos benefícios urbanos. A concentração de renda e recursos nas áreas urbanas, aliada à falta de políticas adequadas de planejamento urbano, contribui para marginalizar certos grupos sociais em espaços urbanos de qualidade inferior.

Portanto, consideramos que não podem ser efetivados direitos humanos sem que estes estejam constituídos pelas políticas públicas voltadas em assegurar as condições mínimas de dignidade, ou seja, pela ação do Estado. Neste sentido, compreende-se, igualmente, a inação deste Estado como política. Neste aspecto, a efetivação do direito à cidade deve abordar essas premissas, corroborando com a necessidade da presença do Estado para diminuição dessas desigualdades, além da promoção de um desenvolvimento urbano mais equitativo e inclusivo. De outro modo, o Estado age sob pressão, como ressaltado por Harvey (2012, p. 74).

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais.

A promoção do direito à cidade também demanda o fortalecimento da participação cidadã na tomada de decisões urbanas. Os cidadãos devem ter uma voz ativa nos processos de planejamento e gestão urbana, assegurando que suas necessidades e interesses sejam considerados nas políticas e projetos urbanos (Santos, 2009). Isso implica em uma governança

urbana transparente, participativa e responsiva, que promova o empoderamento dos cidadãos e a construção de cidades mais democráticas e inclusivas.

Além disso, o acesso a serviços urbanos básicos, como moradia adequada, transporte público, saúde e educação é fundamental para combater a pobreza urbana. A garantia de moradia digna não apenas atende a uma necessidade básica, mas também promove a segurança e estabilidade socioeconômica do próprio Estado, além das famílias. Da mesma forma, o acesso ao transporte público eficiente e a serviços de saúde e educação de qualidade são fundamentais para a inclusão social e econômica dos habitantes urbanos mais vulneráveis, como enfatizado por Santos (2009).

Numa perspectiva que concilia os diversos aspectos abordados, e numa tentativa de conceituar o direito à cidade, corroboramos com o que afirmou Lefebvre (2008, p. 134),

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Por isso, sua implementação efetiva do direito à cidade requer a adoção de medidas concretas para combater à segregação espacial e promover a integração socioespacial das diferentes camadas da população urbana. Isso envolve a criação de políticas de habitação social, a implementação de programas de regularização fundiária e o investimento em infraestrutura urbana nas áreas mais carentes.

### 3.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DOS DIREITOS E A CIDADE COMO DIREITO

Até pouco tempo, crianças a partir dos sete anos eram consideradas adultos e estavam autorizadas a realizar trabalhos remunerados e assumir responsabilização sobre seus atos, como aqueles que já eram já crescidos. Elas eram vistas como responsáveis por garantir suas próprias necessidades, colaborando com o sustento de suas famílias. As crianças abaixo dessa idade eram cuidadas com maior atenção, uma vez que eram percebidas como incapazes e precisavam de certos cuidados para garantir a chegada na vida em que se podia ser explorada, que faziam com que esta tivesse que amadurecer mais rapidamente. Porém a inserção das crianças no mundo do trabalho adulto resultava em mortes prematuras, (Leite, 2006, p. 99). Mas, além das mortes causadas pelo trabalho exploratório, ocorria grande número de mortalidade devido a fatores culturais e ignorância frente a microbiologia, por exemplo.

Só na década de 1970, começaram a ocorrer mudanças significativas em diversos setores com o objetivo de diminuir e erradicar a violência que ainda afetava a vida de meninas e meninos, visando garantir a igualdade de direitos para todos. Internacionalmente, é instalada no âmbito das Organização das Nações Unidas, o Ano Internacional da Criança, que serviu para estimular os países na revisão de seus programas a fim de orientá-los para a promoção do bem-estar da infância. Apesar da crise institucional que já abalava as bases da ditadura civil-militar no país (1964-1985), o Brasil mantinha o peso da Lei de Segurança Nacional, orientando a legislação e a ação do Estado para o governo das crianças e adolescentes sob esta mesma lógica.

Em 1979, portanto, por pressão internacional e interna, o Brasil realizou uma reforma no antigo Código de Menores, que estava em vigor desde 1927 para adequar o país às novas perspectivas sociojurídicas desenhadas pelos organismos multilaterais, mas persistiram a lógica de reprimir e punir crianças e adolescentes tidos como delinquentes ou abandonados, mantendo estereótipos e distinções para essa infância. Assim, demonstram Frasseto, Costa e Cerqueira (2015, p. 27):

A responsabilidade pelas internações desses menores é centralizada na União (Governo Federal), através da FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), e os órgãos executores estaduais eram as FEBEMs (Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor), que tinham como objetivos: conter, vigiar e reeducar.

Na concepção estabelecida pelo Estado, houve uma distinção nítida entre “crianças” e “menores” (Leite, 2006, p. 97-98). Enquanto as crianças eram associadas aos filhos provenientes de famílias financeiramente abastadas, os menores eram compreendidos como os filhos de famílias pobres, enquadrados na categoria ampla da “situação irregular”. Essa distinção se reflete no segundo artigo do Código de Menores de 1979:

Art. 2º - Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:  
 I - Aprivado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:  
 a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;  
 b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-los;  
 II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;  
 III - em perigo moral devido a:  
 a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;  
 b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;  
 IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;  
 V - com desvio de conduta, em virtude de grave estado de inadaptação familiar ou comunitária;  
 VI - autor de infração penal. Parágrafo único - Entende-se por responsável aquele

que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial. (Brasil, 1979, n.p.)

A situação irregular se refere à condição em que crianças e adolescentes se encontram quando estão em situações de vulnerabilidade social ou falta de cuidados adequados por parte da família ou da sociedade. Crianças em situação irregular muitas vezes são privadas de direitos fundamentais, como educação, saúde, proteção e alimentação adequada. No texto, as crianças de rua estão em situação irregular, pois não recebem atendimento adequado por parte do Estado.

Destaca-se, entretanto, que as pessoas nesta fase de desenvolvimento não tinham voz ativa, tomando como perspectiva uma cidadania que levassem em consideração suas reais necessidades e interesses. Ao contrário, a *legislação menorista*<sup>2</sup> constituída no país, permitia que o Estado deliberasse intervir sobre a família, que abriu caminho para o avanço da política de internatos-prisão. Assim, baseado no princípio de destituição do *pátrio poder*<sup>3</sup>, justificou o recolhimento de crianças e adolescentes pobres e a condená-los ao internato até a maioridade. É importante destacar que não havia atendimento a meninas e meninos em situação de rua, e aquelas que moravam na rua e estavam em *situação irregular* para estas crianças de rua, a única solução oferecida eram os reformatórios.

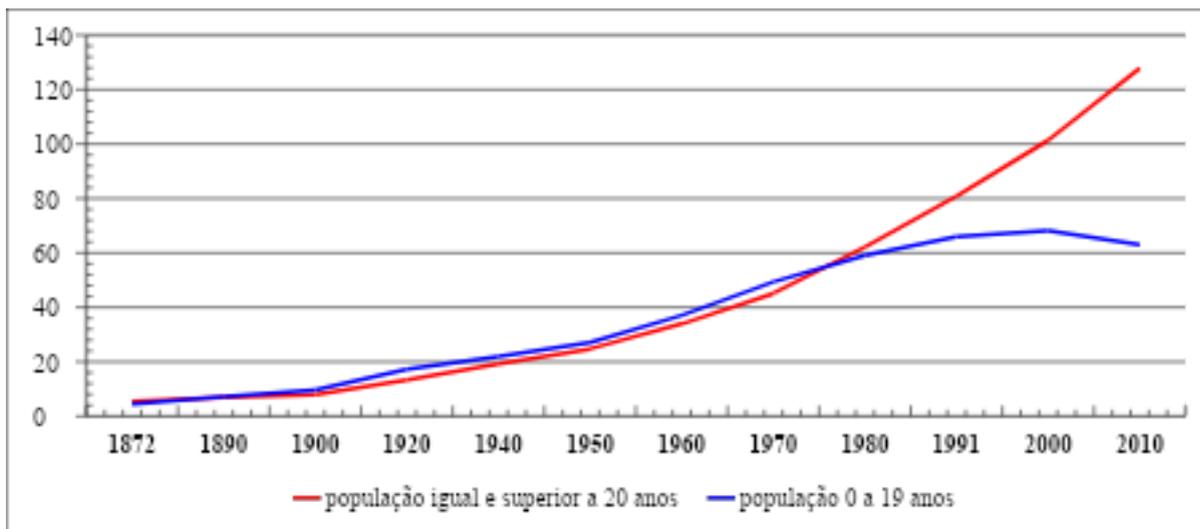
A situação, todavia, não era de tão simples solução, primeiro porque havia até a década de 1970 uma população infantoadolescente que se compunham como a maioria proporcional, como vemos no gráfico a seguir. Por outro lado, o empobrecimento da população e as frentes migratórias jogavam essa população na rua.

**Gráfico I:** Evolução populacional do Brasil: 1872-2010

---

<sup>2</sup> A legislação menorista refere-se a um conjunto de leis e políticas públicas historicamente aplicadas às crianças e adolescentes, tratando-os como indivíduos de direitos e capacidades menores. Essas leis permitiam que o Estado interviesse nas famílias e na vida dos menores, muitas vezes sem considerar suas necessidades e interesses reais. No contexto do texto, a legislação menorista permitiu que o Estado recolhesse crianças e adolescentes pobres para internatos-prisão, baseando-se no princípio de destituição do pátrio poder.

<sup>3</sup> O pátrio poder é o conjunto de direitos e deveres que os pais detêm em relação aos filhos menores de idade. Isso inclui responsabilidades de cuidado, proteção, educação e representação legal. Tradicionalmente, o pátrio poder confere aos pais autoridade legal sobre seus filhos, permitindo-lhes tomar decisões em seu nome. No contexto do texto, o princípio de destituição do pátrio poder justificou o recolhimento de crianças e adolescentes pobres para internatos até a maioridade, sem a devida consideração de suas necessidades e direitos.



Fonte: Nascimento (2020, p. 32)

A situação é demarcada por Miranda (2008, p. 99) na seguinte expressão:

No início do século XX, as ruas da cidade se apresentavam como um mundo onde meninos e homens realizavam, muitas vezes, as mesmas atividades profissionais ou dividiam o mesmo espaço para efetivar as mais diferentes práticas em nome da sobrevivência. Muitas dessas práticas eram consideradas ilícitas. Os documentos que retratam o mundo da infância nas ruas do Recife e nas prisões nos falam de histórias de meninos. Meninos que vendiam jornais nas ruas do Recife, e muitos deles eram atropelados pelos bondes durante o trabalho; meninos que carregaram frete; meninos que furtavam comida no Mercado de São José; meninos envolvidos em brigas de ferimento e até de morte. Meninos que se tornaram “menores” e que passaram a carregar a pecha de vagabundo, gatuno, vadio e delinquente. São esses meninos que protagonizam a nossa história.

O Estado, na busca por soluções para a problemática da infância abandonada e delinquente, acabou por isolar e oprimir essas crianças e adolescentes que já lutavam diariamente para sobreviver. Mas, a década de 1980 marcou o início de um novo cenário de lutas e reivindicações pelos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, especialmente protagonizadas pelos meninos que compunham o cenário de rua descrito.

Educadores, trabalhadores sociais, intelectuais, agentes de pastoral e líderes comunitários uniram-se em defesa e promoção desses direitos, principalmente daqueles que faziam da rua o seu principal espaço de convivência, moradia e sobrevivência (Jesus, 2021, p.1). Esse panorama reflete a agudização das problemáticas relacionadas ao cuidado e proteção da vida de crianças e adolescentes em décadas anteriores, as quais nunca foram adequadamente resolvidas, como demonstra Jesus (2021, p.3):

Desse modo, evidencia-se que o Brasil adentra a década de 1980, demonstrando um expressivo aumento no número de crianças e adolescentes totalmente expropriadas de qualquer direito para o seu crescimento pessoal e social, confirmando que as

estruturas e as formas utilizadas para o seu atendimento não resultaram em nenhum ganho. Observe-se que o Brasil já havia assumido formalmente, os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959.

As infâncias inseridas nesse contexto de calamidade, principalmente as crianças moradoras de rua, enfrentavam uma série de adversidades como fome, homicídios, crimes violentos, abusos, drogas, entre outras problemáticas.

Nesse período, portanto, o mais emblemático movimento social reivindicatório é o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, instituído em 1985, com sede em Brasília e contou com a participação de pessoas e instituições engajadas na luta pelos direitos das crianças e adolescentes. O MNMMR desenvolveu diversas ações, incluindo denúncias, protestos, passeatas e outras formas de mobilização que incentivaram a participação das próprias crianças e adolescentes como agentes protagonistas.

Após o fim da ditadura, em 1985, iniciou-se, no Brasil, um processo de revisão da Constituição Federal e esse movimento vai tomar um importante protagonismo na afirmação das cidadanias infantoadolescentes. Nesse período, entre 1985 e 1987, ocorreu um grande Movimento Nacional Pró-Constituinte, no qual diversos grupos se mobilizaram e articularam para ampliar e melhorar os direitos das crianças e adolescentes. Esse movimento teve como objetivo influenciar a Assembleia Nacional Constituinte na elaboração da Constituição de 1988, que foi um marco importante para a garantia dos direitos da infância e juventude no país.

O debate em torno dos direitos das infâncias no Brasil ganhou força no ano de 1986, quando o MNMMR organizou o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. O evento foi importante para dar visibilidade às demandas dessas crianças e adolescentes que muitas vezes não eram ouvidos. Nesse mesmo ano, em setembro, surgiu a campanha “Criança e Constituinte”, promovida pelo Ministério da Educação, que contou com a participação de diversas entidades com o objetivo de ampliar os direitos das crianças menores de 6 anos. Porém, os adolescentes também precisavam de atenção e, por isso, em 1987, foi decidida a inserção da emenda “Criança Prioridade Nacional” na nova Constituição Brasileira.

Em 1987, a emenda “Criança - Prioridade Nacional” foi apresentada ao Congresso com o apoio de 250 mil eleitores, constituindo uma das maiores mobilizações sociais pela criação de uma lei. Em seguida, em março de 1988, foi lançada a campanha “Prioridade Nacional”, que resultou na criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA), ou seja:

O Fórum DCA assume o papel de principal interlocutor da sociedade civil para a questão da criança e do adolescente junto ao Congresso Nacional e estabelece uma nova forma de fazer política, que tem como referência a ideia de entrelaçamento, estruturada horizontalmente, de modo a potencializar os processos de mobilização social e política, para garantir a inclusão da emenda “Criança Prioridade Nacional” na Constituição Federal. O Fórum DCA instaura e configura novas formas alternativas de fazer política. (Jesus, 2021, p. 11)

O processo de inserção dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal de 1988 foi resultado de um grande aparato legislativo e jurídico. Os artigos 227 e 228 da Constituição consagraram esses direitos. Consagraram-se, então, não mais uma distinção entre crianças e menores. De forma irrestritas, as crianças e adolescentes gozam dos mesmos direitos e compartilham deveres, conforme institui-se no texto original da Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão<sup>4</sup>.

No entanto, essa formalização exigiu uma ampla discussão entre diversos grupos, incluindo movimentos sociais, juízes, promotores, advogados, órgãos do Poder Executivo e entidades da sociedade civil. Entre agosto de 1989 e junho de 1990, foram realizadas diversas ações para alcançar a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo ações estratégicas para a adesão de programas de atendimento, fóruns e organizações não governamentais. Esse processo foi fundamental para que os direitos da infância e da adolescência fossem reconhecidos e garantidos no Brasil (Jesus, 2021, p. 12).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado pelo Congresso Nacional sob a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, como regulamentação da Constituição, efetivando numa declaração de direitos o anseio da sociedade para a proteção integral infantoadolescente, entrando em vigor em 12 de outubro de 1990, data em que se celebra, no Brasil, o Dia das Crianças (instituído pelo decreto 4.867, de 5 de novembro de 1924). Como destaca Costa (2006, p. 17), “a Constituição Federal acolhe os princípios e valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se o documento síntese do nosso projeto de sociedade.”

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o ECA proporcionaram uma nova forma de gestão pública democrática e participativa com o envolvimento da sociedade (Jesus, 2021,

---

<sup>4</sup>Em 227 esse artigo constitucional sofreu uma emenda nº 65, passando a inserir o segmento juventude no âmbito da prioridade absoluta.

p. 13). Esse avanço foi fundamental para que a sociedade pudesse participar ativamente na elaboração, controle e execução das políticas públicas, as quais ganharam impulso no final do século XX e início do XXI, entretanto, ainda há muitas resistências e outras ausências.

A seguir, ao tratarmos do direito à cidade, poderemos notar como alguns temas se ausentaram do debate que constitui o ECA. No nosso caso de interesse específico, o direito à propriedade e a liberdade de acumulação de capital pareceu prevalecer sobre a cidade como um direito social.

### **3.3.1 O direito à cidade como direito da criança e do adolescente**

Como ficou compreendido na seção anterior, o direito à cidade é a garantia de que todas as pessoas que habitam aquele território podem participar de processos de produção e fruição do espaço urbano. Por estes princípios, estabelece-se que ninguém pode ser excluído desse processo, especialmente, as minorias e os que vivem nas periferias das cidades. Assim, o direito à cidade emerge como um princípio essencial para a configuração de sociedades equitativas, indo além do mero acesso físico ao espaço urbano e abrangendo a garantia de uma vivência plena e digna para todos os cidadãos. Dentro desse contexto, é imperativo direcionar nossa atenção ao que toca às crianças e aos adolescentes nesse ambiente.

Neste aspecto, o direito à cidade postulado no universo do ECA está estruturado a partir daquilo que se proporcione a proteção integral, isto é, naquilo em que essa norma orienta e prescreve como deveres do Estado e da Sociedade, por meio da implantação das políticas públicas, por lei ou por outros meios, que lhes assegurem “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990), respeitando-se a construção de um panorama jurídico especial às crianças e adolescentes em sua peculiar condição de desenvolvimento.

Nesse sentido, é preciso não apenas garantir a existência de infraestruturas adequadas, mas também promover um ambiente urbano que favoreça o bem-estar e o desenvolvimento integral desses sujeitos. Isso implica em políticas que ofereçam espaços públicos seguros e inclusivos, acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, além de oportunidades para o lazer e a participação cidadã, ou seja, “o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Portanto, é muito importante que as pessoas se sintam parte do território e que estejam comprometidas com ele” (Venzon, 2022, p. 60).

O ECA não trata diretamente da cidade como um direito específico para a população infantoadolescente, entretanto, preconiza no conjunto da norma vários dispositivos que asseguram o exercício da vida na cidade como território integralizador entre cidadania e direitos. De modo especial, no capítulo II da Lei, que trata do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, esclarece em seu artigo 15 que “[...] a criança e o adolescente têm direito à liberdade”, no que se compreende em “art. 16 [...] ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários e [...] participar da vida política” (Brasil, 1990), tendo vista o seu processo de desenvolvimento como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, nos termos garantidos pela Constituição brasileira de 1988. Em vista disso, é fundamental que as cidades estejam preparadas para receber crianças e adolescentes, pois cada geração traz consigo novos desafios e problemas a serem enfrentados, renovando as demandas por direito e justiça e criando novos espaços por onde passam.

Ao envolver ativamente as crianças e adolescentes nas discussões sobre o planejamento e a gestão das cidades, é possível promover uma abordagem mais holística e inclusiva, que leve em consideração suas necessidades, interesses e perspectivas. Dessa forma, não apenas se fortalece a democracia participativa, mas também cria-se possibilidade para se construir uma cidade mais justa e sustentável para todos os seus habitantes.

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilos de vida desejamos levar, quais os valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos. (Harvey, 2012, p. 27).

A promoção do direito à cidade para as crianças e adolescentes não é apenas uma questão de justiça social, como destacado por Harvey (2012), mas também representa uma condição essencial para o desenvolvimento humano e a construção de comunidades verdadeiramente inclusivas e solidárias. Nesse sentido, potencializar a ideia de uma “cidade educadora” significa buscar a transformação do território a partir do seu reconhecimento e da atuação cidadã, de maneira transversal, democrática e ativa, como aponta Venzon (2022, p.69).

Isso implica não apenas na criação de infraestrutura física adequada, como parques, escolas e centros culturais acessíveis, mas também na promoção de políticas públicas e práticas que incentivem a participação ativa das crianças e adolescentes na vida urbana. Uma cidade verdadeiramente educadora é aquela que reconhece a importância da educação formal

e informal, da cultura, do lazer e do convívio social como elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento das novas gerações. Para essa faixa etária, vai além da mera presença física nos centros urbanos, trata-se da oportunidade de explorar, aprender e interagir de forma saudável com o ambiente ao redor. Com isso, estabelece-se como sendo um processo de

transversalidade e a intersetorialidade [...] cada vez mais evidente e necessária na contemporaneidade. A intersetorialidade das políticas públicas se correlaciona e pode complementar na sua execução, unindo recursos (financeiros e humanos), objetivos e práticas de interação social e comunitária, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral da população de um território. Nesse sentido, ações intersetoriais podem desenvolver novos significados e significâncias, com ênfase na interdisciplinaridade acerca dos modos contemporâneos de execução e transformação das políticas [...]. (Venzon, 2022, p.69)

Nesse sentido, é necessário explorar mais profundamente o papel das crianças e adolescentes no planejamento e na gestão dos espaços urbanos, proporcionando não apenas infraestrutura adequada, como parques, praças e escolas, mas também criando condições para que possam contribuir ativamente com suas ideias e necessidades específicas. Essa abordagem não só fortalece o senso de pertencimento e autonomia desses grupos, mas também promove uma cultura de participação cívica desde a infância, contribuindo para a consolidação do que está posto no ECA, além da construção de cidades mais justas, inclusivas e resilientes.

Assim, a participação desses grupos nas cidades é uma construção ideológica que requer comprometimento com a causa e interesses concretos para promover a evolução nos espaços urbanos. Isso possibilita que as crianças usufruam dos direitos garantidos pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas, o Direito à Cidade como direito da Criança e do Adolescente não se resume apenas a uma construção legislativa, mas envolve também uma diversidade de pensamentos e uma longa trajetória de luta, razão pela qual situa-se mesmo antes do conjunto anunciativo posto da legislação contemporânea, fato que justifica a intercessão com os participantes desta dissertação.

## 4 UM OLHAR SOBRE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Neste capítulo, vamos explorar a diversidade de Jaboatão dos Guararapes, cidade localizada em Pernambuco. Abordaremos sua rica pluralidade social, com destaque para a infância, um universo multifacetado onde as influências do passado se entrelaçam com as experiências das gerações atuais. Dividido em três seções, este capítulo não apenas organiza a análise, mas também oferece uma visão integrada e abrangente da cidade e de sua população infantojuvenil. Cada parte do texto dialoga entre si, revelando as complexidades e as nuances que moldam a identidade e a vida cotidiana desta comunidade vibrante e diversificada.

### 4.1 JABOATÃO DOS GUARARAPES DOS NOSSOS PERSONAGENS

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a história de Jaboatão dos Guararapes remonta a 4 de maio de 1593, quando o povoado foi fundado por Bento Luiz Figueira, terceiro proprietário do Engenho São João Batista. O nome da cidade tem origem na palavra indígena "Yapoatan", referindo-se a uma árvore comum na região usada para fabricar mastros e embarcações. A partir de 1989, a cidade passou a ser chamada de Jaboatão dos Guararapes em homenagem aos Montes Guararapes, local das históricas batalhas que marcaram a região. Essa rica história contribui para a identidade única de Jaboatão dos Guararapes e para a compreensão de suas raízes culturais. (IBGE, 2023).

**Imagem 1:** Placa de divisa entre município de Jaboatão dos Guararapes, PE e Recife, PE.

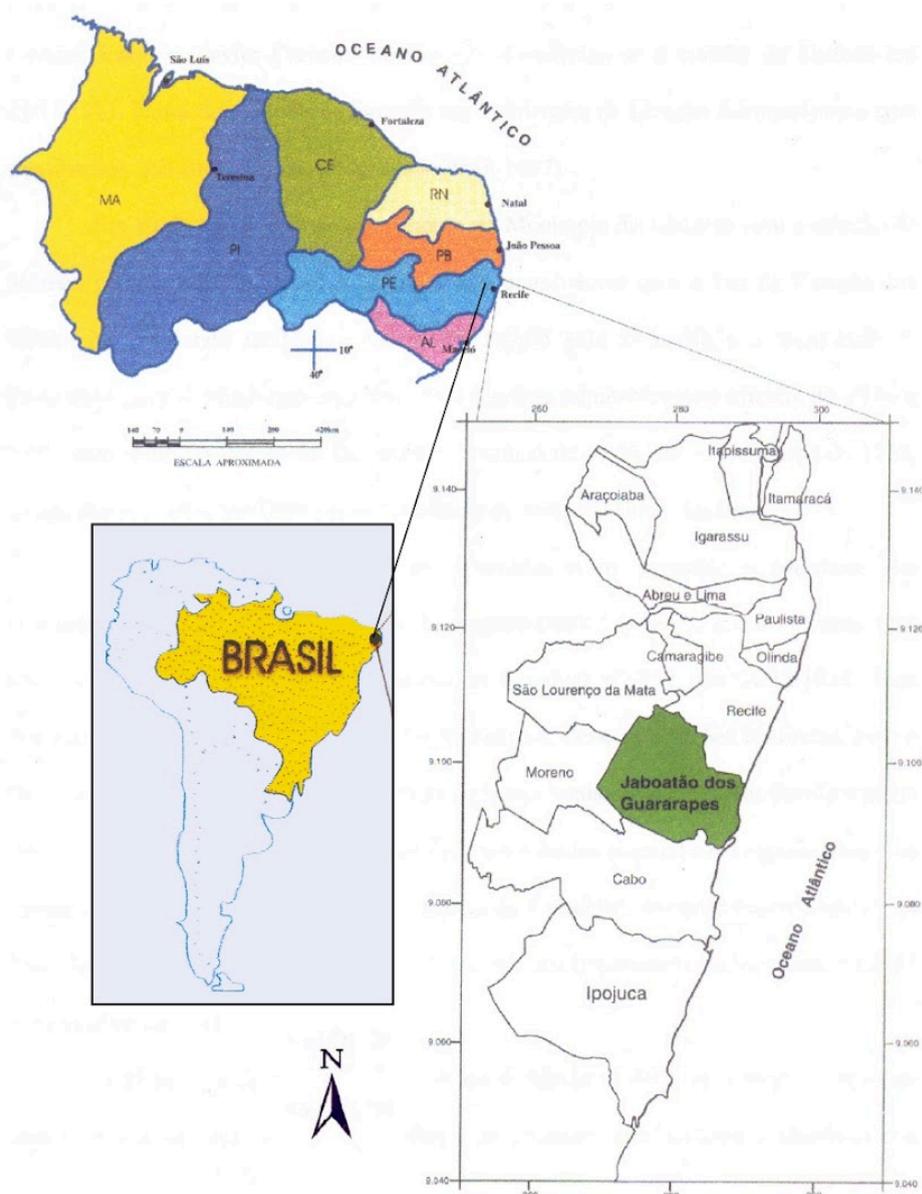


**Fonte:** Pernambuco em foco, 2023.

Localizado estrategicamente no estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil, Jaboatão dos Guararapes desempenha um papel central na região em termos econômicos,

culturais e sociais. Com uma história rica e diversificada, a cidade foi palco das Batalhas dos Guararapes no século XVII, durante a invasão holandesa. Esses conflitos não apenas foram fundamentais para a resistência contra a dominação colonial, mas também tiveram um impacto duradouro na formação da identidade brasileira. Jaboatão dos Guararapes continua a ser um guardião dessas memórias históricas, contribuindo ativamente para o desenvolvimento cultural e social da região nordeste do país.

**Imagem 2:**Localização do Município do Jaboatão dos Guararapes, em relação à América do Sul, ao Brasil, ao Nordeste, a Pernambuco e à RMR



Fonte: Valéria Maria Hirschle Galindo, 2002.

A cidade de Jaboatão dos Guararapes é rica em atrativos culturais e históricos, destacando-se por suas igrejas, como o Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, e sítios

históricos, como a Colina de Santana, que preservam vestígios da época colonial e das batalhas travadas no passado. Entre os notáveis marcos, destaca-se o famoso Convento de Santo Antônio, uma construção franciscana que remonta ao século XVII, enriquecendo a herança histórica da cidade. A imagem abaixo demonstra a pluralidade cidadina, ilustrando a riqueza cultural e histórica de Jaboatão dos Guararapes.

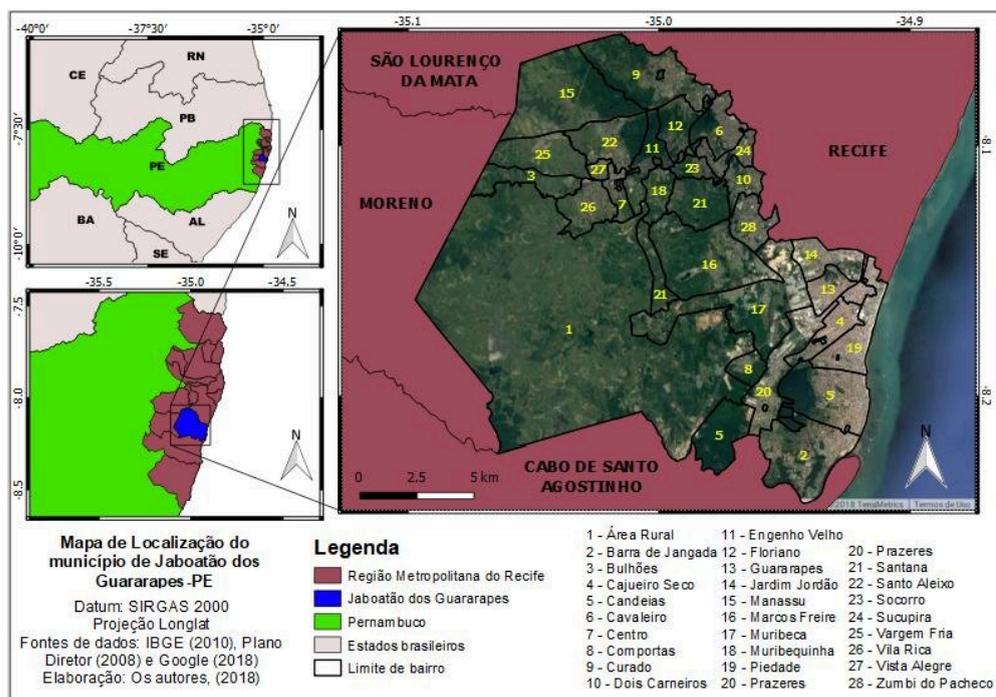
**Imagem 3:** Indústrias Brasileiras Portela S. A., Jaboatão dos Guararapes, PE - 1973



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

Atualmente, a dimensão territorial de Jaboatão dos Guararapes é dividida em 28 bairros, cada um com sua própria identidade e contribuição para a diversidade cultural da região. Bairros como Manassu, Socorro, Vargem Fria, Bulhões, Santo Aleixo, Vila Rica Floriano, Centro, Vista Alegre, Santana, Engenho Velho, Muribequinha, Cavaleiro, Dois Carneiros, Sucupira, Zumbi do Pacheco, Curado I, Curado II, Curado III, Curado IV, Marcos Freire, Muribeca, Jardim Jordão, Guararapes, Comportas, Prazeres, Cajueiro Seco, Piedade, Jardim Piedade, Candeias, Barra de Jangada, Guararapes e Jardim Jordão formam uma tapeçaria rica de vivências e tradições.

**Imagem 4:** Mapas de localização do município de Jaboatão dos Guararapes, destacando os limites de bairros.



**Fonte:** Mateus D'Almeida Lins Beltrão Dias e Cristiana Coutinho Duarte, 2023.

Sob uma perspectiva econômica, a cidade de Jaboatão dos Guararapes beneficia-se de uma localização estratégica próxima ao Recife, a capital de Pernambuco, contribuindo assim para a dinâmica econômica da região metropolitana. Destacando-se nos setores de comércio, serviços e indústria, a cidade ganha relevância no contexto estadual (Folha de Pernambuco, 2023.)

Contudo, como muitas áreas urbanas, enfrenta desafios sociais e em suas infraestruturas, tais como desigualdade, carência de moradia adequada, e acesso limitado à educação e saúde, demandando esforços contínuos das autoridades e da sociedade civil. Apesar desses obstáculos, a cidade testemunha iniciativas e esforços notáveis para superar as dificuldades. Projetos de revitalização urbana, programas sociais e ações comunitárias são implementados visando aprimorar a qualidade de vida e a infraestrutura urbana. Ao entrelaçar história, cultura e economia, desempenha um papel crucial no cenário de Pernambuco. Enfrentando desafios enquanto preserva sua herança histórica, a cidade visa moldar um futuro mais inclusivo e próspero para seus habitantes.

Destaca-se como um território de elevado valor, albergando uma riqueza multifacetada que abarca não somente aspectos culturais, mas também elementos econômicos, sociais e uma gama diversificada de situações. Contudo, não obstante esses atributos positivos, a região ainda enfrenta desafios consideráveis, o que é uma característica intrínseca a muitas metrópoles. Entre as problemáticas latentes, figuram questões como a carência de moradia, um sistema educacional fragilizado, a ausência de investimentos em variados setores e uma

série de outras circunstâncias que necessitam ser exploradas e abordadas para que uma transformação efetiva possa se concretizar.

Nesse sentido, o potencial dessa cidade permanece inquestionável, dada a diversidade de riquezas que permeiam sua realidade. No entanto, é crucial reconhecer que essas riquezas, além de conferirem vantagens, também atuam como reflexo de desafios a serem superados. A falta de moradia, por exemplo, impede que parte da população desfrute plenamente de todas as oportunidades disponíveis na região. Da mesma forma, a carência de um sistema educacional sólido impacta a capacidade dos habitantes de acessar conhecimento e se engajar de forma plena na sociedade. A escassez de investimentos em diversos setores, por sua vez, limita o potencial de crescimento e desenvolvimento sustentável da localidade.

#### **4.1.1 Pluralidades e singularidades de Jaboatão dos Guararapes**

As pluralidades e singularidades cidadinas de Jaboatão dos Guararapes refletem uma realidade multifacetada e complexa, característica de muitos centros urbanos brasileiros. Localizada na Região Metropolitana do Recife, Jaboatão dos Guararapes é marcada por uma diversidade de paisagens, comunidades e experiências que contribuem para sua identidade única.

Por um lado, a cidade abriga bairros residenciais planejados, áreas comerciais vibrantes e infraestrutura moderna, que refletem seu crescimento e desenvolvimento ao longo dos anos (Davidson, 2020). Nessas áreas, é possível encontrar uma variedade de serviços, instituições educacionais e oportunidades de emprego, criando um ambiente propício para o progresso e a prosperidade de seus moradores, ou seja,

Os “bairros” (districts) corresponderiam a porções ou partes da cidade, de tamanhos variados, que na estrutura da imagem cidadina são percebidos pelo seu imaginador como zonas temáticas, ou como conjuntos morfológicos dotados de suficiente clareza e coerência para aqueles que o concebem imaginativamente. Desse modo, os bairros são diferenciados uns dos outros na imaginação dos cidadãos, aparecendo como individualidades nessa partição mental, pois correspondem a uma coerência temática que abrange tanto aspectos morfológicos como atividades e significados específicos. As relações de um bairro com outros ou com a totalidade do contexto urbano podem ser diversificadas, indo dos bairros introvertidos que se voltam para dentro e que apresentam referências diluídas em relação à totalidade urbana que os envolvem, até os extremamente conectados com os elementos circundantes. Da mesma maneira, do ponto de vista físico um bairro pode se apresentar como independente ou compor um mosaico por justaposição a outros bairros associados. (Barros, 2011, p.114)

No entanto, Jabotão dos Guararapes também enfrenta desafios significativos, especialmente em suas áreas mais periféricas e carentes. Bairros como Monte dos Guararapes e Muribeca apresentam condições socioeconômicas precárias, com falta de infraestrutura básica, acesso limitado a serviços públicos e altos índices de desemprego e violência.

**Imagem 5:** Um das periferias de Jabotão dos Guararapes



**Fonte:** Peita, 2020.

Essas disparidades socioeconômicas e geográficas destacam a necessidade de políticas públicas e iniciativas comunitárias voltadas para a promoção da inclusão social e o desenvolvimento sustentável em toda a cidade, onde os espaços cotidianamente vividos (o pátio e o prédio da escola, o bairro e seus diferentes lugares, a urbanidade ou a ruralidade) são espaços plenos de perguntas a serem feitas, problemas a serem discutidos, de soluções a serem pensadas (Rego, 2007, p. 9). É fundamental que sejam adotadas abordagens holísticas e participativas, que levem em consideração as diferentes necessidades e aspirações das diversas comunidades que compõem Jabotão dos Guararapes.

**Imagem 6:** Festa da Nossa Senhora dos Prazeres ou muito conhecida como Festa da Pitomba



Fonte: Blog Mário Flávio, 2023.

Além disso, as pluralidades culturais e étnicas presentes na cidade contribuem para sua riqueza e diversidade. Jaboatão dos Guararapes é lar de uma variedade de manifestações culturais, festividades religiosas e tradições locais, que refletem a herança histórica e a identidade cultural da região. Sendo assim, “a cidade e a festa são elementos primordiais e permanentes da civilização, porque nelas os homens se encontram e alcançam os mais altos níveis de cooperação, criação, solidariedade e sociabilidade” (Fernandes, 2004, p. 55). Refletir sobre essas pluralidades e singularidades cidadinas de Jaboatão dos Guararapes são um reflexo da complexidade e diversidade do tecido social e urbano da cidade. A promoção da igualdade, da justiça social e do desenvolvimento inclusivo requer um compromisso coletivo de todos os setores da sociedade em prol de um futuro mais próspero e equitativo para todos os seus habitantes.

**Imagem 7:** Bairro de Candeias de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Diário de Pernambuco, 2023.

Os espaços públicos desempenham uma função essencial na formação da cidadania, proporcionando um ambiente propício para o diálogo e a interação entre os indivíduos. Além de servirem como locais de convívio social, esses espaços são palcos para a construção de saberes que vão além dos aspectos puramente sociais. Atividades como caminhadas, brincadeiras e conversas contribuem para o exercício do direito humano à liberdade e ao lazer, promovendo uma convivência mais harmoniosa e enriquecedora para todos, como retrata Barros (2011, p. 103)

A cidade é efetivamente um polo de atração, não apenas com relação aos já abordados aspectos das trocas econômicas e migratórias, mas também naquilo que faz da cidade um lugar das trocas culturais. Criadoras de moda, muitas cidades costumam difundir padrões de comportamentos e fomentar intercâmbios diversos. Constituem-se não raro em “pontos de encontro de civilizações” e por isso nem sempre pertencem apenas aos seus habitantes, tornando-se também um pouco possuídas pelos estrangeiros.

Em Jabotão dos Guararapes, embora existam diversas áreas de lazer, a falta de cuidado e manutenção adequados reflete questões profundas relacionadas à gestão e ao desenvolvimento local. Essa precariedade evidencia desafios não apenas na manutenção dos espaços de lazer, mas também na promoção da cultura e no estímulo ao desenvolvimento socioeconômico da região. A desigualdade social é um ponto sensível na formação da cidade, onde áreas planas e morros delineiam distinções socioeconômicas marcantes.

A investigação de diferentes espaços de uma cidade, com suas particularidades e contradições e, principalmente, com pessoas concretas vivendo nela, poderá contribuir para a construção e solidificação da consciência histórica, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos viveram e se organizaram no espaço. Essa reconstrução histórica permite aflorar o sentimento de pertença e de cidadania[...] (Jarek, 2007,p.183)

A cidade de Jabotão dos Guararapes é uma tapeçaria de diversas realidades e situações, onde a desigualdade social se destaca como um fator determinante na vida cotidiana dos habitantes. Enquanto alguns desfrutam de serviços básicos como saneamento, outros enfrentam dificuldades simplesmente para ter água nas torneiras. Essas disparidades sociais geram novos objetivos e interesses, dando origem a líderes locais e movimentos comunitários que buscam promover mudanças significativas na realidade local (Juliano; Malheiros; Marques, 2016, p. 791).

o líder comunitário avalia o tratamento conferido à sua comunidade, frente à inclusão em programas de universalização, acessibilidade a serviços de saúde e saneamento, hábitos de uso da água da comunidade, responsabilidade

socioambiental e inclusão nos programas sociais geridos pelo município como CADUNICO, Bolsa Família, assim como a percepção do impacto no orçamento familiar comparativamente ao preço de outros serviços públicos. (Juliano; Malheiros; Marques, 2016, p. 792)

Nesse contexto, surgem oportunidades para amplas discussões e ações que visam beneficiar toda a comunidade, aproveitando o conhecimento local e a diversidade de perspectivas para construir uma cidade mais inclusiva, justa e vibrante. Lembrando que o ator social, ou seja, os moradores acabam se apropriando desses interesses (Juliano; Malheiros e Marques, 2016, p. 792). Em Jabotão dos Guararapes, acentua-se a desigualdade social, levando as famílias mais carentes a se instalarem nos morros ou em localidades periféricas. A cidade fala através de suas imagens e revela realidades preocupantes, pois os mecanismos governamentais, sejam eles federais, estaduais ou municipais, muitas vezes negligenciam as vidas desses indivíduos desabrigados.

A população de rua, por exemplo, não está ali somente por falta de moradia, mas também devido à negligência constante das políticas públicas em suas vidas.

Isso resulta em situações muitas vezes irreversíveis, causando traumas, medos, angústias e anseios profundos na forma como sobrevivem em meio a tanta desigualdade desde o seu nascimento. Nessa perspectiva, fica evidente o quanto a cidade não apenas afeta sua população, mas também é fundamental para sua continuidade e formação. Essa formação vai além do assistencialismo; trata-se do reconhecimento do indivíduo como cidadão na sociedade, capaz de contribuir para as gerações futuras e promover melhorias no processo de formação social (Juliano; Malheiros; Marques, 2016, p. 793).

**Imagem 8:** Comunidade do bairro de Marcos Freire em Jabotão dos Guararapes



Fonte: Marcozero, 2022

Jaboatão dos Guararapes é um exemplo desse processo de construção descontínua, que requer ações constantes para garantir que a população se sinta segura e pertencente às localidades existentes, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos.

A relação entre o “eu” e o “tu” é essencial no processo de construção de identidade e entendimento do mundo, onde a diversidade de vivências pode representar contrastes aos quais os indivíduos se adaptam (Paresque *et al.*, 2009, p.67). Em comunidades como aquelas que residem nos morros de Jaboaão, há uma necessidade de construir formas de sobrevivência diante das problemáticas estruturais, exigindo dos moradores a busca por soluções habitacionais mesmo diante das adversidades (Paresque *et al.*, 2009, p.68). Um exemplo marcante, é o bairro de Marcos Freire, inicialmente designado para funcionários públicos e que, ao longo do tempo, recebeu apartamentos, embora tenha sido isolado em sua origem.

Assim como Marcos Freire, diversos outros bairros em Jaboaão experimentam crescimento e criam possibilidades de convivência e desenvolvimento. Nessas comunidades, surgem lutas pelos direitos humanos, especialmente os básicos, como transporte, saúde e educação, que buscam ampliar suas conquistas, embora essas vitórias não sejam sempre definitivas ou garantidas.

**Imagem 9:** Conjunto habitacional em Marcos Freire, Jaboaão dos Guararapes



Fonte: Centro Social, 2019

Os direitos individuais se tornam direitos coletivos quando são estendidos a todos os membros da sociedade, destacando-se a máxima de Emanuel Kant que ressalta que a luta de um indivíduo pode ser uma luta de todos. A vida em comunidade, por sua vez, facilita e, ao mesmo tempo, complica os interesses individuais na sociedade, evidenciando sua natureza coletiva. Estes bairros demonstram que a cultura de sobrevivência humana se adapta e evolui conforme o ambiente ao seu redor, criando diálogos que inspiram outros indivíduos e comunidades a agirem em prol de um viver mais digno e coletivo (Barros, 2011, p. 103).

Os acidentes decorrentes da configuração geográfica das localidades, como o ocorrido em Jardim Monte Verde, Jaboaão dos Guararapes, evidenciam problemáticas reconhecidas, porém, muitas vezes, não solucionadas ou com escassas medidas de melhoria. Como salientado por Heidegger em sua teoria do ser-no-mundo, o indivíduo é intrinsecamente parte de seu ambiente. Nesse sentido, as experiências individuais se entrelaçam com o espaço que habitam, adquirindo novas perspectivas, mas sem perder as tradições enraizadas, como exemplificado pela festa da pitomba no Monte dos Guararapes.

Esses elementos lúdicos não apenas conferem representatividade à localidade, mas também refletem mudanças sociais ao longo do tempo (Fernandes, 2004, p. 60). Mesmo diante das transformações, as lembranças e os contextos históricos desempenham um papel crucial na construção da identidade local, influenciando as gerações subsequentes e gerando novas interpretações sobre as tradições culturais (Fernandes, 2004, p. 58).

Assim como se educa para a guerra, também se educa para a transformação. A construção ideológica oferece possibilidades para uma humanidade mais inclusiva, promovendo mudanças significativas no contexto local e estimulando o desenvolvimento de novas ideologias. Essa dinâmica reflete o potencial de adaptação e evolução das comunidades, permitindo a construção de uma realidade mais justa e sustentável (Jarek, 2007, p. 183-187).

Em Jaboaão dos Guararapes, a dinâmica social reflete a diversidade e complexidade presentes em muitos centros urbanos brasileiros. A cidade, marcada por contrastes socioeconômicos e geográficos, apresenta desafios significativos em relação à inclusão e ao bem-estar de sua população (Juliano; Malheiros; Marques, 2016, p. 792).

Nas áreas mais afastadas e nas comunidades periféricas, como Jardim Monte Verde, os moradores frequentemente lidam com questões estruturais preocupantes, como deslizamentos de terra, que colocam em risco suas vidas e suas propriedades. Infelizmente, esses problemas muitas vezes são reconhecidos, mas as soluções práticas são limitadas, deixando as comunidades vulneráveis e sem recursos adequados para lidar com essas situações (Paresque *et al.*, 2009, p. 71).

Além disso, a desigualdade social em Jabotão dos Guararapes é evidente, com famílias carentes frequentemente vivendo em morros e áreas de difícil acesso, enquanto outras desfrutam de melhores condições de vida em áreas mais privilegiadas da cidade. Essa disparidade socioeconômica afeta diretamente o acesso a serviços básicos, como saneamento, transporte e educação, criando um ciclo de desvantagem para os menos favorecidos (Paresque *et al.*, 2009, p. 71).

Em meio a esses desafios, aspectos culturais e históricos emergem como elementos importantes na construção da identidade local. Eventos como a festa da pitomba, realizada no monte dos Guararapes, destacam a riqueza e a diversidade da cultura da região, proporcionando momentos de celebração e conexão comunitária. No entanto, enquanto as tradições culturais perduram, as mudanças sociais e econômicas continuam a moldar a vida das pessoas de maneiras complexas e, por vezes, desafiadoras (Barros, 2011, p. 109).

É crucial que as políticas públicas e as iniciativas locais estejam atentas às necessidades específicas dessas comunidades, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e recursos que lhes permitam prosperar (Paresque *et al.*, 2009, p. 72). Isso requer um esforço conjunto de diversos setores da sociedade, incluindo o governo, organizações não governamentais e a própria comunidade, trabalhando juntos para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social em Jabotão dos Guararapes.

A pluralidade de interesses e singularidades no contexto de Jabotão dos Guararapes reflete as complexidades e desafios enfrentados pela administração pública na tomada de decisões que impactam a vida dos cidadãos. A tomada de decisão em políticas públicas é um processo crucial que requer análise cuidadosa e consideração de uma variedade de fatores, tanto políticos quanto técnicos (Xun Wu, 2014, p. 79).

Em Jabotão dos Guararapes, como em muitas outras cidades, a tomada de decisões é influenciada por uma série de agentes públicos, incluindo líderes municipais, legisladores, burocratas e funcionários dos diversos órgãos governamentais (Xun Wu, 2014, p. 80). Esses agentes desempenham papéis essenciais na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente a vida dos cidadãos, desde questões relacionadas à infraestrutura urbana até programas sociais e de saúde pública (Xun Wu, 2014, p. 78).

A tomada de decisão em políticas públicas é um processo altamente político e técnico ao mesmo tempo. Envolve a análise de uma ampla gama de opções e considerações, incluindo questões econômicas, sociais, ambientais e culturais. Os gestores públicos precisam pesar esses diversos interesses e prioridades, muitas vezes lidando com restrições orçamentárias e políticas que podem limitar suas escolhas (Xun Wu, 2014, p. 79).

É importante reconhecer que a tomada de decisão em políticas públicas pode ser afetada por uma série de desafios e obstáculos. Isso inclui a influência de interesses políticos, ideológicos e econômicos, bem como a falta de informações confiáveis e recursos limitados. Além disso, as decisões políticas muitas vezes envolvem compromissos e negociações entre diferentes partes interessadas, o que pode tornar o processo ainda mais complexo (Xun Wu, 2014, p. 97).

Uma abordagem importante para lidar com esses desafios é promover a transparência e a participação pública no processo de tomada de decisão. Isso envolve o engajamento ativo dos cidadãos, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados na formulação e implementação de políticas públicas. A inclusão de múltiplas perspectivas e vozes na discussão pode ajudar a garantir que as decisões tomadas reflitam as necessidades e aspirações da comunidade como um todo.

Além disso, a utilização de ferramentas analíticas e estratégias pode ajudar os gestores públicos a avaliar e comparar diferentes opções de políticas. Isso pode incluir a realização de análises de custo-benefício, avaliações de impacto e modelagem de cenários para entender melhor as implicações de cada escolha. Essas ferramentas podem ajudar a informar decisões mais fundamentadas e orientadas por evidências.

A tomada de decisão em políticas públicas é um processo dinâmico e contínuo que requer o envolvimento de uma variedade de atores e a consideração cuidadosa de uma série de fatores. Em Jabotão dos Guararapes e em outras cidades, é essencial promover uma cultura de diálogo aberto, colaboração e responsabilidade compartilhada para enfrentar os desafios e construir um futuro mais justo e sustentável para todos os seus habitantes.

Os desafios enfrentados pelos gestores públicos na implementação de políticas públicas, destacando a importância dessa fase no processo e os aspectos críticos que envolvem a transformação das decisões em ações concretas. Xun Wu (2014, p.98 e 99) destaca que os gestores são avaliados principalmente por sua habilidade de efetivar ações, tornando a implementação uma etapa crucial.

Nesse contexto, a capacitação e o diálogo contínuo com os gestores emergem como elementos fundamentais. A atenção é direcionada para problemas típicos de implementação, destacando que as políticas públicas são construções em constante evolução, sujeitas a modificações e ajustes para atender aos interesses em constante transformação da sociedade (Kingdon, 1995, p. 38).

A influência de diferentes atores, tanto internos quanto externos, é ressaltada, evidenciando que a implementação não ocorre de forma isolada. Órgãos burocráticos,

grupos-alvo, e até mesmo divisões internas, contribuem para a complexidade desse processo. O autor destaca que a implementação é afetada por uma variedade de atores que, muitas vezes, não desempenharam papéis proeminentes nas fases anteriores do ciclo de políticas públicas (Costa, 2017, p. 1).

O jogo de interesses entre diferentes níveis de governo, bem como entre grupos-alvo, organizações privadas e sem fins lucrativos, é apontado como uma dinâmica significativa na implementação. Os desafios incluem a falta de compreensão dos atores envolvidos e a possível resistência a planos integrados não previstos desde o início.

A continuidade na implementação é considerada vital para evitar falhas, e a gestão eficiente é apontada como um fator-chave. A preparação dos coordenadores, entendendo as práticas e lidando com as vulnerabilidades, torna-se essencial para o sucesso a longo prazo. O autor também destaca a necessidade de atenção às ameaças internas que podem prejudicar uma instituição, bem como a importância de recursos e envolvimento da sociedade civil (Kingdon, 1995, p. 38).

Por fim, a participação dos gestores no processo de avaliação é destacada como crucial, com ênfase na antecipação e no planejamento da avaliação no âmago da política pública (Howlett, Ramesh; Perl, 2009). Os gestores públicos são incentivados a se envolver plenamente na avaliação, desde a coleta de dados até a utilização dos resultados, aproveitando sua longevidade, experiência e capacidade de influenciar em todo o ciclo de políticas públicas.

Entretanto, é crucial ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados por Jaboatão dos Guararapes, estes não representam barreiras intransponíveis. O reconhecimento dessas problemáticas não apenas evidencia a necessidade de intervenção, mas também estabelece um ponto de partida para a implementação de melhorias e soluções efetivas. Nesse contexto, é possível adotar estratégias abrangentes, que abordam questões como a promoção da habitação acessível, a reforma e fortalecimento da educação, e a canalização de investimentos para áreas-chave.

A diversidade regional da estrutura geográfica da cidade, como exemplificado pelo bairro de Barra de Jangada, reflete distintas realidades existenciais. Este bairro, situado na divisa entre Jaboatão dos Guararapes e o Cabo de Santo Agostinho, enfrenta considerável precariedade em sua infraestrutura. As inundações recorrentes, causadas pela falta de drenagem adequada ao redor da lagoa olha D'água, exemplificam a negligência em relação às necessidades fundamentais da população.

A situação se agrava com a presença de famílias sem alternativa de moradia, que buscam refúgio nas áreas afetadas. Este cenário ilustra claramente como a cidade falha em prover tanto a população quanto a infraestrutura local. A falta de serviços básicos, como energia, água e saneamento, ressalta a urgência de um desenvolvimento mais abrangente, considerando não apenas o centro da cidade, mas também as regiões periféricas.

É imperativo que a cidade promova um desenvolvimento inclusivo, abordando não apenas a expansão física, mas também a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. Isso implica na construção de uma infraestrutura sólida para as áreas periféricas, além de um compromisso contínuo com as necessidades básicas da população. Ao transformar esses desafios em oportunidades, Jaboatão dos Guararapes pode não apenas superar suas limitações, mas também se tornar um modelo inspirador de transformação e crescimento, beneficiando integralmente toda a sua população.

Esses problemas impactam significativamente a vida das pessoas que residem nessas regiões, evidenciando a importância da infraestrutura na resolução de questões que deixam lacunas na vida da população. Um exemplo claro é a influência direta na saúde, onde a falta de estrutura contribui para a ocorrência de doenças evitáveis, como câncer, diabetes, hipertensão, entre outras. A precariedade nesse aspecto destaca a necessidade urgente de melhorias na estrutura para prevenir a perda de vidas que poderiam ser preservadas com mudanças simples.

A percepção da importância de elementos básicos, como o saneamento básico, ressalta como esses aspectos impactam significativamente na vivência urbana, gerando construções importantes para o desenvolvimento. Essas melhorias não apenas proporcionam condições de vida mais saudáveis, mas também geram um ciclo virtuoso de interesses e demandas que perduram ao longo das gerações.

Esses recursos constroem uma trajetória que facilita a ação social, permitindo que as vidas e as gerações subsequentes se desenvolvam de maneira mais integral. A infraestrutura adequada não é apenas um meio para atender a necessidades imediatas, mas uma base sólida para o progresso social contínuo.

Em outras partes de Jaboatão, como Muribeca, Jardim Monte Verde (Imagem 10), Suassuna, e outras localidades, a presença de casas em morros é notavelmente frequente, como é o caso de Jardim Monte Verde, cuja estrutura se inclina em diversas proporções, criando moradias com riscos. Um exemplo trágico foi o deslizamento de terras que resultou na perda de vidas e deixou outras sem moradia. Isso demonstra a necessidade premente de construções adequadas, especialmente nas áreas montanhosas. Dada a falta de opções nas

idades, muitas famílias acabam optando por morar nas encostas, mesmo diante dos riscos, destacando a urgência de intervenções que garantam habitações seguras e adequadas.

**Imagem 10:** Parte da comunidade Jardim Monte Verde em que houve deslizamento de terra

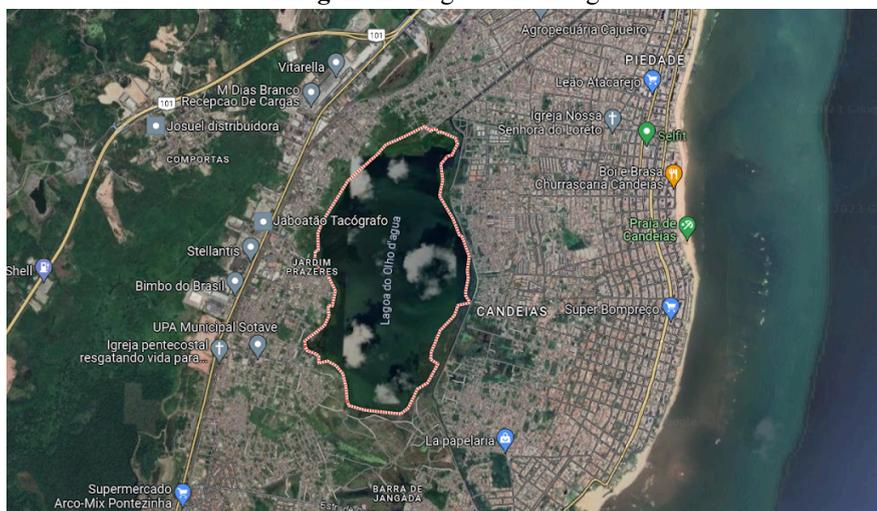


**Fonte:** CNN Recife, 2023.

Locais que poderiam e devem ser aprimorados incluem a lagoa Olho D'água, que permanece estagnada, mas que deveria ser transformada em uma lagoa limpa e bem organizada, atraindo novas energias e pessoas para a cidade. Essa melhoria não apenas impactaria a estrutura local, mas também a convivência e qualidade de vida de milhões de habitantes que enfrentam os desafios associados a esse espaço.

A lagoa Olho D'água, em sua condição atual, torna-se um problema durante períodos chuvosos, onde a água não encontra um curso adequado e acaba inundando inúmeras residências, prejudicando a cidade como um todo. Transformar esse espaço em um ambiente limpo e bem cuidado não só resolveria o problema das inundações, mas também proporcionaria um local agradável para a comunidade desfrutar.

**Imagem 11:** Lagoa Olho D'água



**Fonte:** Google Maps, 2023.

A ausência de manutenção e investimento neste local resulta não apenas em uma perda de potencial recreativo, mas também gera receios devido à falta de segurança. O espaço, que poderia ser uma área de lazer e diversão para os moradores, atualmente se transformou em um local temido, refletindo o descaso com o meio ambiente. A situação é exacerbada pelo despejo de esgoto no local, um indicativo claro da negligência ambiental.

Especialmente, a população que reside nas proximidades da lagoa ainda enfrenta as consequências da calamidade, com dificuldades relacionadas à moradia, saneamento básico, segurança, e diversas outras ações que foram planejadas, mas na prática não foram executadas. A comunidade de Jardim Prazeres, por exemplo, situada próxima à lagoa, sofre diretamente com a falta de tratamento adequado desse corpo d'água. A ausência de serviços de saúde e iluminação é particularmente marcante, e durante a noite, o que se observa são pontos de luz improvisados pela própria população, evidenciando o descaso, a negligência e a difícil realidade enfrentada por uma comunidade pobre e periférica que vive à margem da criminalidade e do abandono.

**Imagem 12:** Um dos locais próximo à Lagoa Olho D'Água



**Fonte:** Blog Lagoa Olho D'água, 2023.

A falta de investimento nessas localidades resulta em uma situação precária, onde as necessidades básicas da população são desconsideradas. Jardim Prazeres é um exemplo claro

de como a ausência de serviços essenciais impacta diretamente a vida das pessoas, limitando seu acesso à saúde, segurança e condições adequadas de moradia. A carência de infraestrutura básica reflete a urgência de perspectivas abrangentes que alcancem essas comunidades e implementem ações que abordam tanto os desafios ambientais quanto os sociais.

**Imagem 13:** Uma das partes - local próximo à Lagoa Olho D'água



**Fonte:** Diário de Pernambuco, 2023.

A criação de infraestruturas como parques, praças, áreas de lazer, moradias, comércios, pequenas empresas e mercados públicos pode ser impulsionada por investimentos substanciais que visam aprimorar o desenvolvimento social, cultural e habitacional. Esses investimentos têm o potencial de gerar uma transformação positiva em comunidades marginalizadas, melhorando significativamente sua qualidade de vida.

A atual situação vivenciada por Jaboatão dos Guararapes reflete diretamente a ausência de gestões que estabeleçam políticas públicas eficientes, eficazes e contínuas. A falta de uma abordagem consistente na formulação e implementação de políticas têm contribuído para o atual cenário, onde as ações não conseguem alcançar um crescimento sustentável. Essa realidade demonstra claramente a necessidade premente de um desenvolvimento que contemple a evolução da população.

A carência de políticas públicas bem elaboradas se traduz em impactos negativos na qualidade de vida dos cidadãos. A ausência de investimentos consistentes em áreas como infraestrutura, educação, saúde e desenvolvimento social evidencia uma lacuna na capacidade do governo em atender às demandas da população. Para que a cidade possa evoluir de

maneira significativa, é crucial que as gestões adotem estratégias contínuas e eficazes, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento.

A falta de políticas públicas abrangentes compromete não apenas o presente, mas também o futuro da população. A criação de iniciativas que promovam o crescimento sustentável, a inclusão social e o acesso a serviços essenciais é fundamental para que a população possa prosperar. Portanto, é essencial que Jaboatão dos Guararapes busque uma abordagem mais consistente na formulação e execução de políticas públicas, visando não apenas superar os desafios atuais, mas também construir um caminho para um futuro mais promissor e desenvolvido para todos os seus habitantes.

São exatamente essas ações que desempenham um papel fundamental no fortalecimento e crescimento social, moldando a realidade dos indivíduos e influenciando suas estratégias de sobrevivência. Um exemplo notável é a comunidade que reside nas proximidades da lagoa Olho d'Água, onde a prática da pesca é uma fonte essencial de sustento. Da mesma forma, os moradores de Barra de Jangada dependem do mar para subsistência. No entanto, a presença de esgoto a céu aberto tem representado um desafio significativo, complicando essa realidade.

Mesmo diante da poluição e das dificuldades impostas pelo esgoto, a atividade de pesca persiste como um ponto central para essas comunidades. É nesses ambientes que as pessoas encontram meios de subsistência, fornecem materiais de consumo e lazer para a população local e visitantes. A percepção dessa horizontalidade de perspectivas revela que, além da atividade econômica principal, existem outras dimensões importantes a serem consideradas.

Essas comunidades não apenas extraem seu sustento dessas atividades, mas também contribuem para o cenário de lazer, finanças, saúde e outros aspectos. Reconhecer essa diversidade de perspectivas e atividades abre espaço para debates mais abrangentes e destaca a necessidade de priorizar diferentes dimensões na formulação de políticas públicas. Ao entender a importância de atividades como a pesca para a subsistência e o bem-estar da comunidade, é possível direcionar esforços para promover práticas sustentáveis, mitigar problemas ambientais e melhorar as condições de vida dessas populações, promovendo assim um desenvolvimento mais holístico e equitativo.

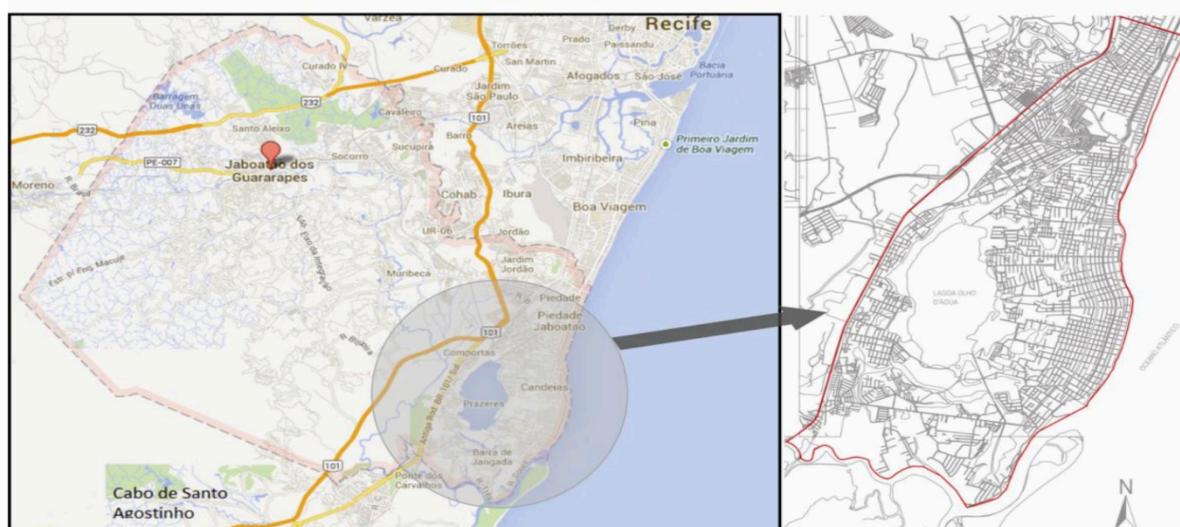
A Lagoa Olho D'água emerge como um retrato das disparidades sociais e ambientais presentes em nossa sociedade contemporânea. Localizada em uma área frequentemente esquecida pelas autoridades municipais, essa lagoa tornou-se um lar para muitos, especialmente pescadores e famílias de baixa renda. No entanto, em vez de receber atenção e

investimentos em qualificação e revitalização, a região é marcada pela ausência de infraestrutura básica e pela falta de apoio às comunidades que dependem da pesca como meio de subsistência. Além disso, é frequentemente transformado em um ponto de despejo de resíduos humanos e lixo, comprometendo sua biodiversidade e a qualidade de vida da população local, como observado por Tenório (2013, p. 24):

A paisagem da Lagoa Olho D'água é uma paisagem de águas, e pode representar os anseios dentro da construção cultural da nossa sociedade, de uma paisagem associada à beleza, à natureza e ao lazer, porém parece não estar representativamente no imaginário da população dentro dessa perspectiva. Na paisagem urbana ela se apresenta com problemas de despejo de esgoto e lixo e alta densidade habitacional na sua microbacia, com algumas comunidades situadas em suas margens sem regularização fundiária [...]. Dentro de uma relação direta com sua microbacia está o mar, também uma paisagem de águas, mas que diferente da Lagoa, está diretamente associada aos anseios da população enquanto uma paisagem para o lazer e de interesse estético. Então a análise sócio-ecológica da paisagem de Bertrand (1995) sugere a criação de cenários morfológicos e sociais, fechando a paisagem em um sistema de referência sócio-ecológico em que ela funcione, a partir de uma unidade de ação, de uma unidade de tempo e de uma unidade de lugar.

No último decênio, a situação não mudou, e a lagoa enfrenta sérios problemas relacionados ao despejo inadequado de esgoto e lixo, além de uma alta densidade populacional em suas margens, muitas vezes sem regularização fundiária. Essa situação contrasta com a visão idílica que muitos têm do mar, que é vista como uma paisagem propícia ao lazer e de interesse estético. Assim, uma análise socioecológica da paisagem, conforme proposta por Bertrand (1995), indica a necessidade de criar cenários morfológicos e sociais que integrem a lagoa em um sistema de referência socioecológico coeso, considerando uma unidade de ação, tempo e lugar para promover sua preservação e valorização.

**Imagem 14:** Localização da Lagoa Olho D'água e Delimitação de sua microbacia hidrográfica



Fonte: Tenório, 2013.

A importância de tratar da localidade da Lagoa Olho D'água reside na sua capacidade de abrigar aqueles que não têm para onde ir ou que dependem da pesca para sobreviver. Para muitos, essa região tornou-se um refúgio duradouro, oferecendo abrigo e sustento, como evidenciado neste estudo. Ele retrata as vidas daqueles que, em determinados momentos, precisaram habitar esse espaço precário, enfrentando desafios diários enquanto tentavam garantir seu sustento e bem-estar. As histórias de vida trazidas neste trabalho, demonstra como essas pessoas, em diferentes tempos e circunstâncias, foram obrigadas a residir em áreas próximas à lagoa, que carece de infraestrutura básica até os dias de hoje. Apesar das dificuldades e da falta de condições adequadas, a Lagoa Olho D'água continua a ser um local crucial que acolhe as famílias que não têm para onde ir, destacando a urgência de intervenções e investimentos para melhorar as condições de vida dessas comunidades.

#### 4.2 O DIREITO À CIDADE PRESCRITO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

A cidade é um cenário em constante transformação, recebendo diversas populações e construções que precisam ser exploradas. Isso inclui questões como os direitos das pessoas com deficiência, a promoção de interesses sociais como saúde digna e habitação igualitária, além da melhoria das ruas e avenidas, entre outros aspectos. No entanto, essa exploração vai além das simples necessidades; ela demanda um constante planejamento e perspectivas que envolvam não apenas os órgãos públicos, mas também a participação ativa da população. Afinal, são os habitantes que compõem o verdadeiro tecido urbano e cujos interesses devem ser considerados e desenvolvidos.

Essas configurações são pensadas, normatizadas e soluções aos problemas são apontados por meio das políticas públicas, dos quais se destaca o Plano Diretor Municipal. Este plano desempenha o papel crucial de orientar o desenvolvimento da cidade nos próximos 10 anos e é um instrumento obrigatório para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, conforme previsto pelo Estatuto das Cidades. O Plano Diretor exige que os municípios promovam um amplo debate com a população, visando compreender as demandas de todas as esferas da sociedade (Moraes, 2023). Assim, o direito de viver e sobreviver na cidade deve ser respeitado, enquanto novas dicotomias são introduzidas para serem discutidas, como afirmam Decarli e Filho (2008, p. 39). A função social da cidade como princípio balizador da política urbana pode redirecionar, de forma saudável, os recursos e a riqueza de

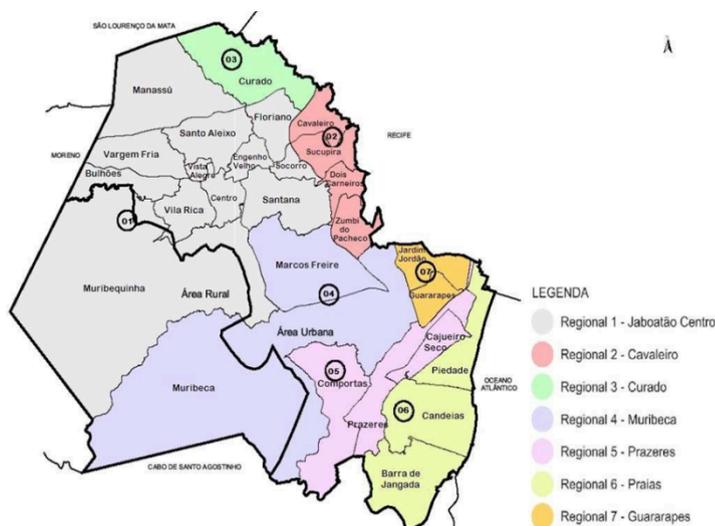
forma mais justa, de modo a combater as situações de desigualdade econômica e social vivenciadas em nossas cidades.

Em 2024, a cidade de Jaboatão dos Guararapes celebra seus 450 anos. Com essa perspectiva em mente, em 2023 foram realizados diversos levantamentos e discussões visando a atualização do Plano Diretor, que reforça a necessidade de amplo envolvimento social. Essas articulações proporcionam interesses reflexivos e promovem mudanças significativas na cidade. Ele reforça diversas diretrizes, coordenando ações para que o planejamento urbano atenda às necessidades comuns de todos os moradores.

O Plano Diretor da cidade de Jaboatão dos Guararapes está alinhado com ideias globais, como a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo assim para tornar as cidades mais prósperas. Esse alinhamento demonstra a amplitude do diálogo e a construção ideológica, pois, como afirmam Lopes *et al.* (2017, p. 152), “o espaço construído apresenta uma série de atributos, pelos quais se estabelecem relações entre o traçado urbano, sua configuração e distribuição dos espaços, correlação entre setores e estrutura, e os sentidos da cidade”.

O município é dividido em sete regionais: Regional 1 - Jaboatão Centro, Regional 2 - Cavaleiro, Regional 3 - Curado, Regional 4 - Muribeca, Regional 5 - Prazeres, Regional 6 - Praias, e Regional 7 - Guararapes. Essas divisões facilitam a abordagem das demandas específicas de cada região, permitindo que cada uma, juntamente com sua comunidade, articule suas necessidades de forma a serem ouvidas e atendidas adequadamente.

**Imagem 15:** Distribuição Geográfica das Regionais por bairros. Jaboatão dos Guararapes, 2009



**Fonte:** Plano Diretor da Cidade de Jaboatão dos Guararapes, 2024.

Com a perspectiva principal de que o desenvolvimento sustentável representa a relação equilibrada entre crescimento econômico, conservação ambiental e preocupação social (Jaboatão dos Guararapes, 2024, p. 117), o plano diretor da cidade demonstra uma visão idealizada que requer prática para alcançar o desenvolvimento de diversos interesses sociais. Esta construção revela não apenas falhas nos diversos setores existentes no município, mas também a necessidade contínua de investimento e diálogo para promover um desenvolvimento mais amplo, mesmo que o planejamento abranja um período de 5 a 10 anos.

Nesse sentido, para atualizar o plano diretor, a participação social foi essencial, com as vozes da comunidade sendo ouvidas e as sugestões implementadas. Conforme destacado por Lopes *et al.* (2008, p. 149), no planejamento urbano atual, é possível observar a crescente preocupação com o meio ambiente, a economia urbana e o uso racional dos recursos, refletindo nas estratégias e dinâmicas da cidade atual.

**Imagem 16:**Planejamento Estratégico do processo de participação da população no Plano Diretor da cidade de Jaboatão dos Guararapes.



**Fonte:** Plano Diretor da Cidade de Jaboatão dos Guararapes, 2024.

A participação ativa da população neste processo fortalece e expande as ideias, facilitando o controle e buscando prerrogativas que promovam o aumento e o desenvolvimento da região. No entanto, é crucial a contínua fiscalização dos órgãos públicos para garantir a conformidade com os interesses da sociedade. Isso implica dialogar sobre

perspectivas alternativas que visem não apenas um lado, mas também uma gestão que promova o bem-estar geral da cidade e suas diversas abordagens existenciais. O envolvimento da comunidade e a supervisão adequada dos órgãos públicos são elementos-chave para assegurar que o desenvolvimento seja verdadeiramente sustentável e inclusivo.

A visão delineada no Plano Diretor de Jabotão dos Guararapes para tornar o Arquipélago de Bolama-Bijagós uma região sustentavelmente desenvolvida até 2030 representa um marco essencial para enfrentar as dificuldades territoriais e sociais enfrentadas pela cidade, especialmente nas comunidades carentes. Essa visão reforça a necessidade de uma execução cuidadosa e contínua do plano, destacando a importância da revisão constante das estratégias e do diálogo contínuo com a comunidade.

O plano estratégico da cidade de Jabotão dos Guararapes (2024) destaca a importância da articulação entre diferentes escalas de planejamento e gestão das cidades, desde a global até a local. Ao incorporar a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana, o Plano Diretor estabelece um compromisso em escala global com as principais premissas de planejamento urbano contemporâneo.

Utilizando ferramentas e metodologias participativas desenvolvidas por organismos internacionais como a ONU-Habitat, o Plano Diretor se estrutura nos 5 Ps do desenvolvimento sustentável: pessoas (social), planeta (ambiental), prosperidade (econômico), paz e parcerias (governança e institucional). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados na Agenda 2030 apontam para um caminho global sustentável, com medidas transformadoras organizadas em 17 objetivos e 169 metas interconectadas, a serem alcançadas até 2030.

Essa abordagem integrada e abrangente reflete o compromisso de Jabotão dos Guararapes em promover um desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e equitativo, alinhado com os princípios e metas globais. O processo participativo e a adoção de ferramentas internacionais garantem que o plano seja adaptado às necessidades locais e que as soluções propostas sejam verdadeiramente eficazes e benéficas para toda a comunidade.

Entender como a cidade se relaciona com sua população é reconhecer a necessidade de discutir diversas ações visando oportunidades de mudança e crescimento territorial. Isso não apenas considera perspectivas regionais de localização do município, mas também incorpora equipamentos que abrangem diversos segmentos em níveis mundial, nacional, estadual e metropolitano. Essa abordagem conjunta favorece o desenvolvimento e crescimento da

localidade, abordando necessidades que precisam ser articuladas e que, juntas, podem melhorar a qualidade de vida das regiões.

A prática do planejamento nos municípios visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal e alterar condições indesejáveis para a comunidade local. Isso envolve remover empecilhos institucionais e garantir a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem implementadas. O planejamento é, portanto, uma das funções clássicas da administração municipal, essencial para os gestores locais. Planejar a cidade é o ponto de partida para uma gestão municipal efetiva diante da máquina pública, onde a qualidade do planejamento determina os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos cidadãos (Rezende e Ultramari, 2007, p. 258).

É crucial também a preocupação com as finanças municipais, que envolvem relações complexas entre receitas, despesas, investimentos e endividamentos. Por outro lado, não se pode negligenciar as variáveis socioambientais das cidades, enfatizando a importância da sustentabilidade urbana e reconhecendo a diversidade social que caracteriza os centros urbanos. Priorizar a função social da propriedade é fundamental nesse contexto.

Considerando que tais questões podem ter maior ou menor relevância em diferentes municípios, reproduzindo particularidades locais, é evidente que a metodologia de elaboração de um plano, que não esteja rigidamente vinculado a determinações programáticas e jurídicas, tenha mais chances de sucesso. Essa flexibilidade permite uma abordagem mais adaptável e sensível às necessidades específicas de cada comunidade, promovendo uma gestão mais eficiente e inclusiva (Rezende; Ultramari, 2007, p. 258).

**Imagem 17:** Envolvimento dos projetos e suas extensões até chegar em Jaboatão dos Guararapes



**Fonte:** Plano Diretor da Cidade de Jaboatão dos Guararapes, 2024.

O planejamento estratégico desempenha um papel crucial no direcionamento das organizações e na resolução de problemas complexos (Dallari, 2004). Um Plano de Ação bem elaborado é essencial para traduzir objetivos em ações concretas. No entanto, ao longo do processo de implementação, uma série de desafios pode surgir, exigindo uma abordagem estratégica para garantir o sucesso do plano.

Uma das principais áreas de preocupação é o alinhamento do Plano de Ação com os objetivos estratégicos da organização. Se as ações não estiverem em sintonia com os objetivos de longo prazo, os esforços podem ser dispersos e a eficácia comprometida. Por isso, é fundamental revisar e ajustar o plano para garantir essa coerência (Dagnino, 2014). Além disso, a distribuição inadequada de responsabilidades pode levar a lacunas na execução das tarefas e falta de prestação de contas. Definir claramente quem é responsável por cada atividade e garantir recursos e habilidades adequados são medidas essenciais nesse sentido (Dagnino, 2014).

A ausência de recursos financeiros, humanos ou tecnológicos também pode representar um desafio significativo. É importante realizar uma análise detalhada das necessidades de recursos para cada ação e identificar fontes de financiamento e alocação de pessoal competente. O monitoramento regular do progresso é igualmente crucial para identificar desvios e tomar medidas corretivas oportunamente. Estabelecer indicadores claros de desempenho e implementar um sistema de monitoramento são passos essenciais nesse processo (Araújo e Rodrigues, 2017, p. 11-35).

Além disso, é importante lidar com a resistência à mudança por parte dos envolvidos, criando um plano de comunicação eficaz e oferecendo treinamento e suporte adequados. A flexibilidade do plano também é essencial para lidar com mudanças imprevistas no ambiente externo. Incluir mecanismos de ajuste e revisão do plano é fundamental para garantir sua adaptabilidade (Araújo; Rodrigues, 2017, p. 11-35). A avaliação regular dos resultados é fundamental para medir o impacto das ações e identificar áreas que precisam ser aprimoradas. Essas avaliações devem informar ajustes contínuos no plano para garantir sua eficácia ao longo do tempo (Dagnino, 2014).

No contexto do Plano Diretor de Jaboaão dos Guararapes, esses princípios são fundamentais para garantir que as estratégias delineadas sejam implementadas com sucesso, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo da cidade (Dallari, 2004). O alinhamento com os objetivos estratégicos, a distribuição eficaz de responsabilidades, a alocação adequada de recursos e o monitoramento regular do progresso são elementos-chave

para garantir o sucesso do plano e o alcance das metas estabelecidas para a cidade (Dagnino, 2014).

A articulação entre as perspectivas da Ciência Política, Administração Pública, Análise de Política e o Plano Diretor de Jaboatão dos Guararapes é fundamental para orientar o desenvolvimento e a implementação eficaz das políticas urbanas no município (Dagnino, 2014). Ao compreender os anseios e demandas da população, os mecanismos de participação política e os processos decisórios, torna-se possível identificar as prioridades e necessidades da comunidade que devem ser contempladas no plano (Dagnino, 2014).

Por sua vez, a Administração Pública desempenha um papel essencial na tradução dessas demandas em ações concretas. A gestão eficaz dos recursos públicos e a implementação das políticas urbanas previstas no Plano Diretor dependem da capacidade do poder público em administrar de forma eficiente os projetos e programas, garantindo sua viabilidade e sustentabilidade ao longo do tempo (Dallari, 2004).

A Análise de Política, por sua vez, contribui para avaliar criticamente o impacto e a eficácia das políticas urbanas propostas no Plano Diretor. Ao investigar os processos de formulação e implementação das políticas, bem como os resultados alcançados, é possível identificar possíveis falhas ou lacunas no plano e sugerir ajustes ou melhorias para garantir sua efetividade (Dallari, 2004).

Dessa forma, ao integrar essas perspectivas, o Plano Diretor de Jaboatão dos Guararapes pode se beneficiar de uma abordagem mais abrangente e informada, que leve em consideração não apenas as diretrizes técnicas e legais, mas também as demandas e expectativas da população, as capacidades administrativas do município e a análise crítica das políticas implementadas (Dagnino, 2014). Isso contribui para a construção de um plano mais sólido e eficaz, capaz de promover o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos Jaboatonenses.

O Plano Diretor de Jaboatão dos Guararapes representa não apenas um documento técnico, mas sim um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de sua população. Ao integrar diferentes perspectivas e disciplinas, como a Ciência Política, a Administração Pública e a Análise de Política, o plano busca garantir uma abordagem abrangente e informada para enfrentar os desafios urbanos do município.

É importante destacar que o Plano Diretor de Jaboatão traz consigo três pilares fundamentais para sua construção. O primeiro, o Ambiental, busca preservar e reduzir os impactos negativos ao meio ambiente. É crucial para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos. O segundo pilar, o Social, reconhece a importância da participação de

diversos atores na elaboração e implementação do plano. Isso significa considerar as necessidades e perspectivas de todos os grupos envolvidos na comunidade. Por fim, o terceiro pilar, o de Governance, refere-se à gestão corporativa e administrativa do plano, garantindo eficiência e transparência nas decisões (Jaboatão dos Guararapes, 2024, p. 13 - 14).

Esses pilares, sem dúvida, são fundamentais para orientar o desenvolvimento urbano de Jaboatão. No entanto, é importante refletir sobre como essas diretrizes se relacionam com a concepção de que a cidade é um direito social para todos os seus habitantes. Embora o plano busque promover transparência e eficácia nas ações, é essencial garantir que o aspecto social não seja negligenciado (Moraes, 2023). Afinal, o direito à cidade deve ser entendido como um direito coletivo, onde todos os segmentos da sociedade têm voz e são incluídos no processo de tomada de decisão.

Assim, é necessário buscar um equilíbrio entre a eficiência administrativa e a promoção da justiça social. Isso implica não apenas em garantir a participação ativa dos cidadãos na formulação e implementação das políticas urbanas, mas também em assegurar que essas políticas atendam às necessidades e demandas de todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis. Somente dessa forma podemos construir uma cidade verdadeiramente inclusiva e democrática para todos os habitantes de Jaboatão dos Guararapes (Moraes, 2023).

Com uma visão orientada para o futuro e uma abordagem participativa, o Plano Diretor reflete o desejo de construir uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável para todos os seus habitantes. Através da articulação entre os diversos setores da sociedade e a aplicação de políticas públicas eficazes, busca-se promover um desenvolvimento urbano que seja capaz de conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social (Dagnino, 2014).

Portanto, o Plano Diretor de Jaboatão dos Guararapes não é apenas um conjunto de diretrizes e normas, mas sim um instrumento dinâmico e adaptativo, capaz de guiar o desenvolvimento urbano do município de forma sustentável e equitativa ao longo do tempo. Ao continuar a implementar e revisar esse plano de maneira colaborativa e participativa, Jaboatão dos Guararapes poderá consolidar sua posição como uma cidade modelo para o desenvolvimento urbano no Brasil.

#### 4.3 AS INFÂNCIAS JABOATONENSES E OS DESAFIOS DE ASSEGURAR OS DIREITOS À CIDADE

Nas diversas regiões de Jaboatão, no que se refere à infância, vemos surgir diferenças notáveis. Cada criança, influenciada pelo ambiente em que cresce, pelas circunstâncias familiares e pelas oportunidades disponíveis, desenvolve uma perspectiva única sobre a vida. Essa pluralidade de experiências e pontos de vista enriquece significativamente o tecido social da cidade (Couto, 2018).

Elas enfrentam desafios e adversidades, mas também demonstram incríveis doses de resiliência e força. A capacidade de superação que cada criança exhibe, muitas vezes, é um reflexo direto do contexto em que vivem (Couto, 2018, p. 280-281). Essas experiências individuais, quando vistas em conjunto, proporcionam uma visão abrangente da diversidade de Jaboatão.

É notável perceber as experiências das infâncias em situação de rua nesse contexto que por diversos motivos, acabam vivendo nas ruas, sem o suporte familiar ou institucional adequado (Rangel; Naiff, 2011, p. 55). Estas crianças, não somente encaram dificuldades peculiares relacionadas à escassez de recursos e às condições precárias de moradia, mas também cultivam uma perspectiva crítica em relação às questões sociais e políticas que permeiam suas vidas. A maneira como essas crianças e adolescentes interpretam e respondem às adversidades pode, de fato, exercer uma influência direta no rumo que a cidade tomará no futuro (Rangel; Naiff, 2011, p.54). Essas crianças enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de acesso a alimentos adequados, abrigo seguro, educação e cuidados de saúde. Além disso, estão sujeitas a diversas formas de exploração, abuso e violência enquanto tentam sobreviver nas ruas (Amaral, 2021, p.36).

A presença do preconceito é um reflexo claro desta disparidade, especialmente visível nas áreas montanhosas da cidade, que sofrem com as frequentes chuvas. Muitas pessoas nesses locais não têm para onde ir durante os eventos climáticos, tornando-se vítimas de um processo de desigualdade latente que exige urgente discussão e atenção (Henrique, 2024).

Muitos deles crescem em um ambiente permeado pelo medo e pela segregação, devido às dificuldades que a cidade enfrenta em expandir suas infraestruturas de moradia, saneamento básico, saúde e educação. A falta de parques, praças, instituições educacionais próximas e outros recursos básicos demonstra não apenas uma segregação, mas também a falta de incentivo das políticas públicas em modificar essa realidade na cidade, como retrata Amaral (2021, p. 27)

crianças e adolescentes, tratamento e desenvolvimento como cursos e capacitações para a juventude e entre outras ações demonstram que as infâncias e juventudes jaboatonense necessitam de ações que cumpram as leis e legislações, como retrata

Morelli e col. (2000, p.70) “A participação da sociedade civil local precisa ser estimulada para influenciar efetivamente na formulação, no acompanhamento e na avaliação dos serviços públicos locais dirigidos à criança e ao adolescente.”. Sendo assim, é preciso da participação popular nas reivindicações de direitos, que são negligenciados como o lazer, habitação, saúde e entre outros serviços que precisa ser ampliado, construindo estratégias que aumentem a participação popular e que dê voz às necessidades das infâncias e da sociedade.

Um exemplo claro da desigualdade social pode ser observado no bairro Jardim Monte Verde, situado na divisa entre os municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes. Um deslizamento de terra nessa área resultou em uma tragédia com 133 mortes, sendo mais de 20 delas em Jardim Monte Verde, além de deixar milhares de desalojados, conforme reportado pela CBN Recife (2022). Surpreendentemente, até o momento, poucas medidas significativas foram adotadas para promover mudanças na região afetada (Alves; Carvalho, 2022). Essa situação não apenas evidencia a desigualdade no acesso a recursos de segurança e infraestrutura, mas também ressalta a inação das autoridades diante dessas questões urgentes.

Jaboatão enfrenta não apenas uma divisão social, mas também uma carência gritante de políticas públicas que busquem reverter essa situação. A desigualdade não deve ser uma marca permanente da cidade, e é fundamental que se adotem medidas para promover uma transformação real e inclusiva, proporcionando melhores condições de vida para todos os seus habitantes, como demonstra Amaral (2021, p. 36)

Construir os lugares e perceber as infâncias e adolescentes nas cidades, é um caminho necessário para que novas potencialidades sociais possam surgir, criando oportunidades e abrindo espaços de fala para que milhares de crianças e adolescentes possam construir um novo significado nas cidades. Na cidade de Jaboatão dos Guararapes existem em suas demandas estruturas legislativas leis, legislações, ordens, planos etc., que fazem parte do crescimento contínuo cidadão, mas que precisa ser implementado novas potencialidades e perspectivas sociais, como as políticas públicas que são conjuntos de decisões realizadas pelo Governo para garantir direitos de diversos grupos sociais.

É crucial reconhecer a importância desses indivíduos na sociedade, como demonstra na fala de Silva e Silva (2022, p. 552). Não apenas pela sua existência, mas também pela sua participação ativa e inclusiva. A cidade necessita adotar medidas que não apenas facilitam a locomoção das crianças e adolescentes com deficiências, mas também promovam sua integração e socialização na comunidade em geral, como retrata Silva e Silva (2022, p. 562)

Desse modo, compreendemos que situações de deficiência tiveram expressão em produções e pesquisas que se delinearão nas discussões da área da educação especial, exatamente porque esta se apresenta, no interior da

política educacional, como a área que se assentou como especialista na temática, como detentora dos conhecimentos relativos aos processos educativos e conseqüentemente à consolidação do direito à educação dessa parcela significativa da população.

Isso vai além da questão da mobilidade física. Trata-se de criar uma sociedade que seja verdadeiramente inclusiva, onde todas as perspectivas e experiências sejam valorizadas. Crianças e adolescentes com deficiências não devem ser tratados apenas como pautas ou causas, mas como membros ativos da sociedade, contribuindo com suas visões e talentos únicos.

É fundamental que a cidade decole um esforço conjunto, unindo segmentos e conhecimentos diversos, para melhorar a qualidade de vida desses indivíduos. A inclusão não é apenas um ato de justiça social, mas também uma forma de enriquecer a cidade com uma multiplicidade de perspectivas e experiências, que podem ser um verdadeiro catalisador de mudanças positivas em Jabotão.

Jabotão dos Guararapes possui seus encantos e belezas, mas requer uma atenção especial tanto em relação à infraestrutura quanto às questões sociais, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes. É a partir da inclusão desses indivíduos que uma série de debates e questões essenciais podem surgir, especialmente no que diz respeito ao direito à cidade.

A cidade enfrenta desafios complexos, incluindo o medo, a insegurança, a mobilidade precária, o *déficit* habitacional, a educação deficitária, entre muitos outros. Isso demonstra a necessidade contínua de buscar meios que permitam a diversidade social e promovam a inclusão, criando ambientes mais acolhedores e recíprocos para as infâncias.

Ao cuidarmos das necessidades e direitos das crianças e adolescentes, estamos, na verdade, cuidando do futuro da cidade. A inclusão desses jovens não apenas abre espaço para debates sobre a qualidade de vida em Jabotão, mas também impulsiona discussões sobre como melhorar a infraestrutura, promover a segurança, oferecer moradia adequada e melhorar o sistema educacional, como retrata Silva:

“É inegável a importância das ações insurgentes do movimento na democratização do espaço urbano, mas é preciso avançar para conquistar territórios verdadeiramente transformadores; romper com a dimensão da minimização do sofrimento através de políticas e ações pontuais; conquistar verdadeiramente os direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei), os direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo, na sociedade) e os direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria), uma vez que a luta pelo direito à cidade é uma luta extremamente atual. Logo, os mecanismos criados pelo acesso dos movimentos sociais às instâncias deliberativas do

Estado (políticas públicas) não podem ser encarados como um fim mas como um meio fundamental de conquistas efetivamente consistentes”. (Silva, 2018, p. 301).

Portanto, é fundamental que a cidade continue a trabalhar em direção a ambientes mais inclusivos e igualitários, onde todas as infâncias possam crescer e se desenvolver em um ambiente que valorize a diversidade social e promova a realização de seu pleno potencial. Isso não apenas beneficia as crianças e adolescentes, mas enriquece a cidade como um todo, tornando-a mais vibrante e resiliente.

De acordo com dados do IBGE de 2022, o município de Jaboaão dos Guararapes conta com uma população total de 644.620 habitantes. Dentre esses, uma parcela significativa reside na zona rural, totalizando 54.400 pessoas, enquanto a maioria, correspondente a 630.595 habitantes, vive na zona urbana. No que tange à faixa etária infantoadolescente, que compreende indivíduos de 0 a 17 anos, o município registra um total de 188.087 pessoas. Dessas, 5.177 residem na zona rural, enquanto 182.910 habitam a zona urbana.

Uma característica marcante das infâncias urbanas em Jaboaão dos Guararapes é a sua diversidade cultural. As crianças e adolescentes urbanos são frequentemente expostos a uma ampla gama de culturas, tradições e idiomas devido à heterogeneidade étnica e cultural das áreas urbanas. Isso é evidenciado pela presença de espaços de convivência e entretenimento, como o Parque Miguel Arraes, o Shopping Guararapes e o Teatro Samuel Campelo, que oferecem diversas atividades e atrações para as crianças e adolescentes.

Além disso, as crianças e adolescentes urbanos geralmente têm acesso a uma variedade de serviços e recursos, como escolas, parques, bibliotecas e centros de lazer. No entanto, é importante ressaltar que a disponibilidade desses recursos pode variar conforme o desenvolvimento socioeconômico do bairro ou região. Por exemplo, o bairro de Cavaleiro enfrenta desafios na manutenção desses parâmetros, com poucos centros de lazer disponíveis para a população infantoadolescente.

Apesar dessas disparidades, as infâncias urbanas em Jaboaão dos Guararapes são caracterizadas pela riqueza cultural, acesso a uma variedade de serviços e recursos, e pela diversidade de experiências proporcionadas pelos diferentes espaços disponíveis na cidade.

As características das infâncias rurais jaboatonenses são fortemente influenciadas pelo ambiente e estilo de vida das áreas não urbanas. Essas crianças crescem imersas na natureza, com paisagens que incluem campos, florestas e rios, proporcionando-lhes uma conexão profunda com o ambiente natural. Bairros como Muribequinha exemplificam essa realidade, onde a dificuldade de locomoção e o contato limitado com a população são desafios presentes.

Em comunidades menores, como Muribeca e arredores, as crianças e adolescentes são criados em um ambiente de coletividade, onde a maioria se conhece.

A vida nas áreas rurais é caracterizada por uma tranquilidade e simplicidade que oferecem às crianças mais espaço para brincar ao ar livre e menos estímulos urbanos. Muitas vezes, estão envolvidas em atividades agrícolas, contribuindo desde cedo com as tarefas da fazenda e aprendendo sobre o ciclo da vida e o trabalho árduo.

No entanto, essas crianças e adolescentes enfrentam dificuldades no acesso a serviços e recursos, como a *internet*, que podem ser limitados em áreas rurais remotas. Isso apresenta desafios adicionais para as famílias, enquanto a falta de diversidade cultural pode influenciar a experiência das crianças em termos de exposição a diferentes perspectivas e culturas.

Os dados do Censo do IBGE de 2010 revelaram uma realidade preocupante, evidenciando a persistência do trabalho infantil em Jabotão dos Guararapes. Entre as crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos, 2.265 estavam em situação de trabalho, um cenário alarmante que merece atenção especial. É notável que a maioria desses casos ocorria em áreas urbanas, com 96,4% das crianças e adolescentes ocupados residindo nessas regiões.

Outro dado alarmante é o número de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho doméstico no município de Jabotão, o que configura uma das Piores Formas de Trabalho Infantil, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.481 de 2008. Essa situação demonstra a urgência de políticas e ações para proteger os direitos desses jovens e garantir que possam desfrutar de uma infância digna e livre de exploração.

Esses números destacam a urgência de ações para combater o trabalho infantil e promover o bem-estar dessas crianças e adolescentes. Os levantamentos realizados pelo IBGE demonstram a importância de compreender a integralidade das condições em que esses indivíduos estão inseridos. Isso ressalta a necessidade de implementar políticas e programas interdisciplinares, que envolvam diferentes áreas como educação, saúde, lazer, direitos humanos e trabalhistas.

É crucial promover a conscientização e a capacitação de profissionais que lidam com essas infâncias, assim como das famílias e dos próprios jovens, para que todos possam contribuir efetivamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas ações visam não apenas erradicar o trabalho infantil, mas também garantir a dignidade e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, proporcionando-lhes oportunidades para um futuro promissor.

A realidade de Jaboaão dos Guararapes revela uma discrepância significativa entre as condições de vida da população urbana e rural, especialmente no que diz respeito às infâncias e adolescências. Enquanto parte dos jovens nas áreas urbanas enfrenta a pobreza e a miséria, sendo obrigados a trabalhar para sua própria subsistência, aqueles que residem na zona rural conseguem, em certa medida, frequentar a escola, auxiliar seus pais nas atividades agrícolas e até mesmo se capacitar para o futuro.

É importante destacar que, apesar da proximidade de recursos como hospitais, shoppings e escolas, as infâncias urbanas enfrentam uma série de desafios, incluindo falta de oportunidades, educação precária, exposição à criminalidade, drogas e alimentação de má qualidade. Esses problemas acabam expondo crianças e adolescentes a situações adversas, tornando o trabalho uma necessidade para sua sobrevivência, conforme apontado pelos dados do IBGE de 2010.

Por outro lado, as crianças e adolescentes da zona rural, embora em menor número, enfrentam suas próprias dificuldades, como a distância dos centros urbanos e, conseqüentemente, a falta de acesso a recursos sociais e oportunidades. Além disso, enfrentam desafios em relação ao acesso à educação e à integração em parâmetros sociais mais amplos. Para muitos desses jovens, o trabalho se torna não apenas uma fonte de renda, mas também uma forma de contribuir para o sustento de suas famílias.

Em suma, a realidade das infâncias e adolescências em Jaboaão dos Guararapes evidencia a necessidade urgente de políticas públicas abrangentes e eficazes que abordem as desigualdades socioeconômicas, promovam o acesso igualitário a oportunidades educacionais e sociais e protejam os direitos fundamentais desses jovens. É essencial que governos, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral trabalhem em conjunto para criar um ambiente onde todas as crianças e adolescentes possam crescer com segurança, dignidade e esperança para o futuro.

Conclui-se que, para efetivar mudanças significativas, é fundamental a implementação de estratégias integradas que visem não apenas a mitigação das condições adversas, mas também o fortalecimento das redes de apoio e recursos disponíveis. A colaboração entre diferentes setores da sociedade pode resultar em soluções mais eficazes e sustentáveis, garantindo que o desenvolvimento pleno e os direitos de todas as crianças e adolescentes sejam respeitados e promovidos de maneira equitativa.

## **5 TECENDO TRAJETÓRIAS, VIDAS E SOBREVIVÊNCIAS**

A exploração das histórias de vida emerge como uma das janelas para compreender a complexidade existencial e as problemáticas intrínsecas à sociedade, por meio de quem vive e experimenta as complexidades e contradições da construção dos cotidianos (Mumford, 2004). As entrevistas realizadas para este trabalho, conduzidas com indivíduos cujos nomes foram resguardados por considerações éticas e solicitação dos entrevistados, revelam-se sob os pseudônimos de Mariguella, Selma e Frida.

Este capítulo transcende a mera exposição de diálogos e visões, ele proporciona uma oportunidade de reflexão sobre narrativas que frequentemente testemunham a negação dos direitos à cidade, desde a infância. À medida que essas histórias se desdobram na vida adulta, torna-se evidente que as lembranças e perspectivas podem evoluir, moldando sentidos diversos na trajetória de cada pessoa. O relato sublinha a concepção de que a vida não é um estado fixo ou absoluto, mas uma constante transformação, onde o ambiente desempenha um papel crucial na formação do indivíduo e na sua percepção do mundo.

Para uma compreensão mais aprofundada dessas narrativas de vida, sem colocá-las em comparação, este capítulo está organizado nas sequências individuais, assim dispostas para facilitar o enredo e a leitura. No entanto, antes de mergulharmos nas tramas individuais, é imperativo apresentar quem são essas pessoas, delineando brevemente suas identidades e contextos.

### **5.1 MARIGUELLA, SELMA E FRIDA: IDENTIDADES E CONTEXTOS**

A trajetória de vida de indivíduos proporciona uma compreensão profunda da pluralidade existencial e das problemáticas enraizadas na sociedade. Ao analisarmos essas histórias, podemos perceber que os problemas ganham uma nova perspectiva quando observados através das experiências de outras pessoas. No âmbito desta dissertação de

Mestrado, por exemplo, entrevistamos três indivíduos, os quais apresentamos sob os pseudônimos Marighella<sup>5</sup>, Selma<sup>6</sup> e Frida<sup>7</sup>.

Estes nomes foram escolhidos em homenagem a figuras revolucionárias que dedicaram suas vidas à luta incansável pela transformação das injustiças sociais em condições de dignidade e acesso aos direitos de modo irrestrito. Estas personalidades, agora imortalizadas nas histórias, mentes e corações da sociedade, servem como inspiração e símbolo de resistência.

Este capítulo pretende transcender a superficialidade de um mero diálogo entre entrevistados e entrevistador. Desvela as infâncias que estavam estabelecidas em Jaboaão dos Guararapes e como cada uma dessas pessoas trilhou caminhos únicos, moldando suas vidas e trajetórias em diferentes segmentos da sociedade. A escolha de destinos distintos reflete as nuances individuais que permeiam suas jornadas e destaca a diversidade de experiências presentes nas histórias de Marighella, Selma e Frida.

Antes de mergulharmos nas narrativas, é crucial lembrar que esses entrevistados viveram nas ruas de Jaboaão dos Guararapes, posteriormente, encontraram refúgio em ocupações. A vivência nas ruas delineou uma percepção sobre as cidades e como esta estava disposta para negar-se ao usufruto coletivo, levando-os a construir um caminho para escapar da realidade desafiadora em que se encontravam, proporcionando uma nova perspectiva muitas vezes imperceptível.

Entender esse processo é fundamental para compreender que as realidades dessas pessoas não foram homogêneas. Elas seguiram caminhos distintos que não só possibilitaram uma nova maneira de perceber a vida, mas também destacaram a importância singular de cada indivíduo na construção da cidade.

---

<sup>5</sup> Carlos Marighella, (1911-1969), foi um destacado militante político brasileiro que desempenhou um papel significativo na resistência contra a ditadura militar. Inicialmente associado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Marighella deixou o partido devido a divergências. Nos anos 1960, fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), um grupo guerrilheiro, e escreveu o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano”. Em 1969, foi morto em um confronto com as forças de segurança em São Paulo. Sua vida é marcada pelo ativismo revolucionário e pela busca incessante pela resistência contra a repressão política no Brasil (Fernandes, s.d.).

<sup>6</sup> Selma Bandeira (1944-1986), médica e política em Alagoas, destacou-se na luta pelos direitos civis e igualdade de gênero. Perseguida durante o regime militar, foi presa em 1968 e, posteriormente, em 1978, sendo a primeira beneficiada pela Lei da Anistia. Após sua libertação, filiou-se ao PMDB e foi eleita para a Assembleia Legislativa Estadual em 1982. Sua vida política encerrou-se tragicamente em 1986, aos 42 anos, em um acidente automobilístico. Selma Bandeira é lembrada como símbolo revolucionário pela sua dedicação à causa do povo alagoano (Pereira, 2023).

<sup>7</sup> Frida Kahlo (1907-1954) foi uma renomada pintora mexicana, conhecida por suas obras distintas e autorretratos que exploram temas como a dor, a identidade e a cultura mexicana. Kahlo enfrentou desafios significativos, incluindo um grave acidente de ônibus na juventude, que a deixou com sequelas físicas ao longo da vida. Casou-se com o também famoso pintor Diego Rivera, e a relação tumultuosa deles é refletida em sua arte. Frida Kahlo tornou-se uma figura icônica na história da arte, reconhecida por sua originalidade, paixão e contribuições à arte moderna. Ela faleceu em 1954, mas seu legado artístico e sua influência na cultura perduram até os dias de hoje (Aidar, s.d.).

Hoje, na vida adulta, provocamos que estes sujeitos buscassem as lembranças e perspectivas dos seus tempos de infância. Somos conscientes que as interpretações e a seleção da memória estão condicionadas aos contextos aos quais cada um deles está inserido e que suas consciências de mundo continuam a evoluir, criando significados distintos na vida de cada pessoa. Isso evidencia que não temos como intenção fazer uma reconstituição histórica, mas perceber quais os significados e sentidos foram construídos ao longo da vida sobre suas experimentações infantis. Essas narrativas, então, não são algo fixo ou preciso, mas estão em uma constante transformação, e a condição adulta pode moldar uma interpretação sobre sua visão de mundo do tempo infantil.

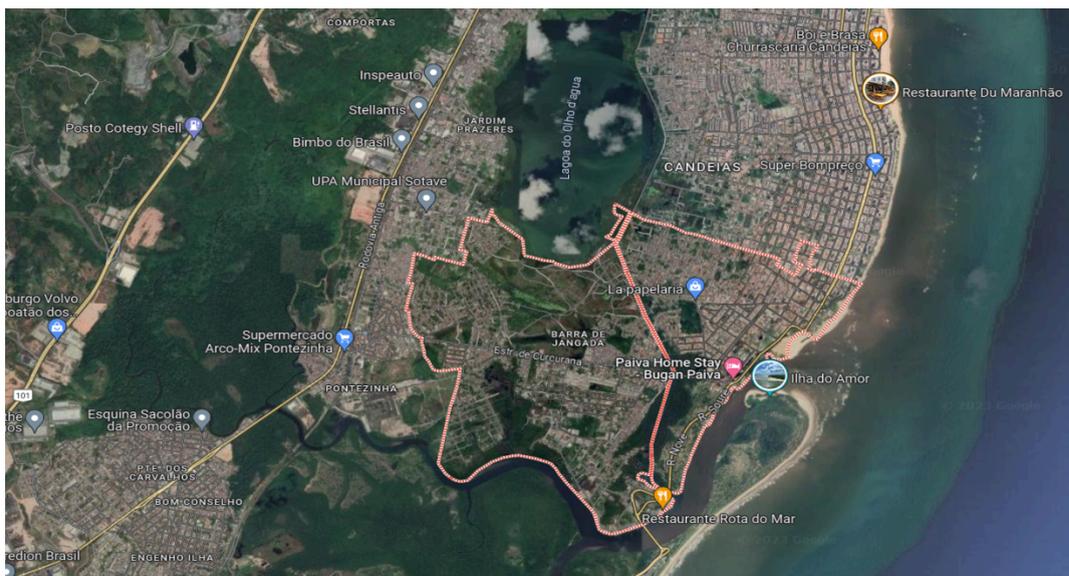
## 5.2 MARIGHELLA

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (Bordenave, 1983, p. 16).

Marighella, um homem negro de 29 anos, oriundo do Recife, Pernambuco, vivenciou uma infância e pré-adolescência instáveis, marcadas pela constante falta de moradia. Ele e seus parentes enfrentaram desafios significativos ao longo desse período.

O início de sua trajetória residencial ocorreu no Bairro do Arruda, no Recife. Contudo, aos cinco anos, seu pai e sua mãe decidiram mudar-se para a cidade do Cabo de Santo Agostinho, cidade da RMR, onde Marighella habitou nos Bairros São Francisco e Malaquias. A estabilidade dessa nova configuração familiar foi abalada aos dez anos, quando seus pais se separaram, levando sua mãe a estabelecer-se em Jaboatão dos Guararapes, também na RMR, mais especificamente em Barra de Jangada (Imagem 18), na comunidade Novo Horizonte.

**Imagem 18:** Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes, PE



Fonte: Google Maps, 2023.

Em Barra de Jangada, a família de Marighella mudou-se algumas vezes, saindo do Novo Horizonte para viver mais centralmente em Barra de Jangada, e posteriormente retornando ao Novo Horizonte. Foi durante esse período que tiveram contato com companheiros da ocupação denominada Mércia de Albuquerque, marcando o início de sua participação ativa nesse movimento.

Essa jornada multifacetada de mudança de residências reflete não apenas as adversidades enfrentadas pela família, mas também a resiliência de Marighella diante das constantes transformações em sua vida. A participação na ocupação Mércia de Albuquerque tornou-se um marco significativo em sua história, evidenciando a complexidade das experiências vividas por aqueles que, como ele, buscam estabilidade. Mas, também vai definir as formas de participação ativa de um garoto na construção de suas comunidades, como retrata Marighella:

A experiência que eu, que eu, que eu mais levo da ocupação é a *questão da resistência*, assim, *de você não desistir daquilo*, entende? Porque infelizmente às vezes a gente quando não tem aquilo como sentido pra nossa vida, leva de uma forma individual no pensamento individualista, assim, pensar na conquista, eu acho que o que fez é, *uma das maiores experiências da minha vida foi a minha mãe mesmo dentro da ocupação, porque ela nunca pensou de uma forma individual, assim, a conquista da moradia*, entendeu? Ela pensou sempre de uma forma muito coletiva, sempre uma pessoa muito coletiva, sempre uma pessoa que sempre ajudou muito os vizinhos, embora tenha as dificuldades dela, mas sempre ela foi uma pessoa que sempre conseguiu estender as mão às pessoas, sempre conseguiu dividir aquele pouco que ela tinha, então, como disse, *o meu maior exemplo dentro da ocupação foi a minha mãe, meu maior exemplo dentro da ocupação foi a minha mãe*, assim, a forma que ela abordava aquilo ali, a forma que ela viveu aquilo dali, a forma que ela acreditou nesse sonho, a forma que ela acreditou que aquilo ali podia se tornar realidade, cada vez mais assim, *aquilo me inspirou, me inspirou, me*

*inspirou até o ponto de eu dizer ó, eu tenho que continuar esse propósito dela, eu tenho que continuar fazendo isso, porque eu não vou sossegar, eu não vou ficar quieto enquanto eu souber que milhões de pessoas ainda estão passando pelo mesmo processo que eu passei um dia. (Trecho da entrevista de Marighella, homem negro de 29 anos de idade, realizada em 29/02/2024. Grifo nosso.)*

Solidariedade, justiça e partilha foram características fundamentais que se desenvolveram na relação de Marighella com sua mãe, especialmente na forma como ela exercia a liderança no acampamento. O termo "participar", conforme o dicionário, significa "tomar parte em" (Gohn, 2019). Esse conceito se manifestou na vida de Marighella como uma responsabilidade solidária com o coletivo e a comunidade. A solidariedade se refletia na ajuda mútua entre os membros, enquanto a justiça se expressava na igualdade de direitos e deveres. A partilha se concretizava na distribuição equitativa dos bens conquistados, mostrando que a liderança de sua mãe promovia um senso de justiça ao assegurar que todos tivessem acesso aos recursos. A participação ativa, nesse contexto, significava que os bens e "dons" se tornavam coletivos, sendo usufruídos por todos, reforçando a coesão e o senso de comunidade.

Filho de pais que se separaram logo após seu nascimento, Marighella nasceu em meio às complexidades da Região Mata Norte de Pernambuco. Seus pais, provenientes de Sirinhaém, habitavam uma região marcada pela presença da Usina Trapiçe, tendo migrado para o Cabo, assim como a família de seu pai. O encontro entre suas famílias aconteceu de forma natural, pois eram vizinhas, compartilhavam a mesma origem social, provenientes praticamente do mesmo local.

A trajetória dos pais de Marighella remonta ao árduo trabalho no corte de cana, uma realidade comum naquela região. Essa experiência compartilhada na lida diária contribuiu para o entrelaçamento das histórias familiares, estabelecendo uma relação social significativa entre elas. Foi nesse contexto que sua mãe, aos dezessete anos, iniciou um relacionamento com seu pai, uma conexão que culminou em uma gravidez precoce.

Embora sua mãe não tenha participado diretamente do corte de cana, aos nove anos ela já começava a trabalhar, desempenhando funções na casa de famílias, por necessidade financeira, o que desencadeou que que não tivesse acesso à educação formal, assim como seu pai. Após migrarem para o Cabo, o pai de Marighella diversificou suas atividades laborais. Inicialmente, na adolescência, trabalhou na Alpargatas, uma fábrica que recrutava grande parte da mão-de-obra masculina local.

Posteriormente, seu pai ingressou em atividades como armador e ferreiro, participando ativamente da construção da refinaria Abreu e Lima e do complexo industrial de SUAPE,

desde o início até a conclusão de cerca de oitenta por cento dessas instalações. Enquanto isso, a mãe de Marighella desempenhava o papel de empregada doméstica, contribuindo para o sustento da família.

A narrativa que emerge dessas origens não apenas destaca a complexidade das condições sociais enfrentadas pela família de Marighella, mas também enfatiza a resiliência e a variedade de experiências vividas por seus pais. Essas experiências moldaram as bases fundamentais de sua própria trajetória de vida. Mesmo diante de dificuldades, sua mãe, por exemplo, personificava a convicção de que a luta era uma constante que nunca deveria cessar, como é salientado pelo entrevistado:

Sempre presente, minha mãe me levava junto pra reuniões, pra as assembleias, pra as mobilizações de rua. Eu lembro da gente fazer muita mobilização de rua, várias vezes a gente ocupava a prefeitura, várias vezes a gente ocupava a Câmara de Vereadores, várias vezes a gente fechava a Estrada das Batalhas, a Avenida Ayrton Senna, muita mobilização, muita mobilização mesmo, principalmente depois que a gente precisou sair da ocupação porque não tinha mais condições de morar lá, por causa da questão dos alagamentos, a água dentro dos barracos, os barracos ficando debaixo de água, então não tinha mais condições... então pra acelerar o processo eu me lembro que o Movimento fez uma grande campanha de mobilização onde praticamente todas as semanas a gente tava na rua fazendo mobilização.

Ao longo dessa jornada marcada por adversidades, a força demonstrada pela mãe de Marighella ressalta a importância da perseverança diante das dificuldades sociais. Ela não apenas enfrentou os desafios impostos pela falta de moradia e pela escassez de recursos, mas também transmitiu ao filho a mensagem vital de que, independentemente das circunstâncias, a determinação e o comprometimento com a luta por uma vida digna devem persistir.

Essa narrativa familiar não apenas reflete a resiliência como um traço distintivo, mas também destaca a diversidade de experiências enfrentadas pela família. Cada desafio superado não foi apenas uma batalha individual, mas contribuiu para a formação de uma perspectiva na vida de Marighella. A ida aos espaços públicos para exigibilidade dos direitos é um dos fatos que dão sentido e significado à compreensão da cidade como um direito de todas as pessoas, que deve ser usufruído por todos. Nos movimentos sociais, especialmente de moradia, a *práxis* tem um caráter educativo que não apenas inicia o sujeito no campo político, mas nela se constrói uma compreensão do mundo.

Isso mostra como revelar as histórias familiares e suas experiências sociais podem ser catalisadoras de poderosas formas de compreender os direitos humanos. Desvelar e desnudar as jornadas dos indivíduos através de sua própria narrativa, reconhecendo suas lutas sociais

faz com a pesquisa contribua com a nossa autopercepção como sujeitos de direitos. Assim, cabe também a academia “dar voz aos sujeitos que estiveram outrora excluídos dos conteúdos ensinados. Necessita-se trazer as memórias e lembranças mais profundas daquela sociedade para a transformação de tais relatos em uma verdadeira identidade cultural.” (Assis; Bellé; Bosco, 2013, p. 7).

Marighella é um indivíduo dedicado à defesa dos direitos sociais, profundamente interessado em compreender a complexidade da realidade humana e em contribuir para seu desenvolvimento. Sua abordagem central nessa luta é a política, uma ferramenta essencial que ele emprega para assegurar os direitos fundamentais da humanidade, impulsionada por sua própria trajetória de vida. Engajado em movimentos sociais, destaca-se por sua participação ativa na luta por moradia. Contudo, para ele, essa não é a linha de chegada, mas sim um ponto de partida. Reconhece que a batalha pela moradia é crucial, mas entende que os direitos básicos, como transporte, educação, saúde, lazer, entre outros, não podem ser negligenciados. Em sua visão, a continuidade dessas lutas é vital para garantir que toda a sociedade desfrute dos avanços da humanidade e tenha acesso aos conhecimentos necessários.

No entanto, a vida de Marighella não foi marcada apenas pela atual dedicação e clareza de visão que ele possui. Antes de alcançar esse pensamento maduro e engajado, enfrentou adversidades significativas, superando desafios pessoais e sociais para chegar ao ponto em que se encontra hoje. Essas experiências moldaram sua compreensão da importância da persistência e resiliência na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A história de Marighella é, portanto, um testemunho de superação, aprendizado e comprometimento com a causa dos direitos sociais, revelando que sua jornada pessoal é intrinsecamente conectada à sua missão de promover o bem-estar humano e a evolução da sociedade, como ele mesmo retrata:

Eu acho importantíssimo, inclusive, é... eu costumo dizer até hoje assim que, por exemplo, muita gente diz assim: olha, já que tu é do Movimento, tu conseguiu tua moradia e tal, não sei o que, hoje em dia não precisa mais o teu filho, por exemplo, vou usar um exemplo assim meu, eu tenho um filho... ir pra uma ocupação, né, e tal... não, ao contrário, uma ocupação não é um ambiente ruim. É claro, a ocupação é um ambiente insalubre, é um ambiente que não dá dignidade pras pessoas porque as pessoas precisam ter direito a sua moradia, mas a ocupação também é um ambiente de formação, de uma formação de pessoas que ali dentro de uma ocupação vai aprender a viver coletivamente, vai aprender a dividir os espaços, vai aprender a precisar se unir pra poder conquistar o coletivo, viver em comunidade, então é um ambiente de formação importante. Eu acho mais importante meu filho presenciar um ambiente de ocupação do que ele tá acessando uma rede social como fFacebook, Instagram, por exemplo, então pra mim o trabalho do movimento social é importante, é necessário fazer a ocupação, enquanto o

déficit habitacional no Brasil continuar dessa forma crescendo, crescendo, crescendo vai ser importante e vai ser necessário fazer ocupação e é importante que as crianças, essas pessoas que fazem a luta, que luta por moradia, esses ambientes, essas pessoas entendam que os seus filhos precisam tá inserido nele como oportunidade de experiência própria na prática de que é preciso lutar por seus direitos.

A expressão de Marighella revela a profundidade que sua experiência de vida adquiriu ao longo do tempo, moldada por uma realidade persistente no Brasil: o déficit habitacional, onde casas vazias coexistem com pessoas sem um lar. Este cenário, presente em muitas partes do país, destaca a urgência de uma luta contínua por mudanças e adaptações, especialmente em um contexto de constante evolução social, como reflete Alves (2023):

O censo demográfico de 2022, levado a campo pelo IBGE, indicou um pequeno crescimento da população e um grande crescimento dos domicílios. A população brasileira era de 190.755.799 habitantes em 2010 e passou para 203.062.512 habitantes em 2022. Um aumento de 12.306.713 habitantes, representando 6,5% em 12 anos ou 0,52% ao ano. Já o número de domicílios era de 67.569.688 unidades em 2010 e passou para 90.688.021 unidades em 2022. Um aumento de 23.118.333 domicílios entre 2010 e 2022, representando 34,2% nos 12 anos e 2,5% ao ano no período intercensitário. Portanto, o crescimento do número de domicílios foi quase o dobro do número de habitantes. Para cada novo habitante foram acrescentadas quase duas unidades habitacionais. No total de domicílios, havia 2,8 habitantes por moradia em 2010 e este número caiu para 2,2 hab/moradia em 2022.

A falta de moradia para muitas pessoas ressalta a necessidade de um engajamento persistente, pois a sociedade está em constante crescimento. Outros setores, como educação, saúde, saneamento básico e transporte público de qualidade, estão gradualmente ganhando mais relevância nas vidas das pessoas.

É importante perceber como a construção dentro do processo de ocupação vai acontecendo, transformando elementos essenciais para a vida, como a educação, que desempenha um papel fundamental ao introduzir disciplina. Na ocupação, havia horários definidos tanto para ajudar nas atividades de casa quanto para estudar, influenciando a formação do indivíduo. Essa experiência não apenas molda o reconhecimento de si mesmo, mas também do outro, promovendo um processo de autoanálise. Dessa forma, o passado exerce uma influência significativa no presente, provocando transformações importantes.

A luta pela moradia na vida de Mariguella continua demonstrando um protagonismo além da ocupação. Seu desejo de que todos tenham uma moradia digna se torna uma realidade palpável. A educação desempenhou um papel crucial em sua trajetória, mostrando que os movimentos sociais, especialmente os relacionados à moradia, vão além de uma simples

reivindicação por uma casa; representam a consolidação de um direito previsto na Constituição, que deve ser respeitado e efetivado.

O processo de viver dentro da ocupação foi, portanto, um processo educativo que demonstrou na prática a importância da coletividade. Não se tratava apenas de uma realidade ou vida individual, mas de um compromisso com a melhoria de vida do próximo e com o bem-estar coletivo.

Da mesma forma, a experiência do filho em um acampamento é um processo educativo valioso. Assim como na ocupação, ele aprende a importância da disciplina, do trabalho em equipe e da coletividade. Essa vivência reflete a trajetória de Mariguella, onde a educação e a luta por direitos transformam vidas e reforçam a importância de pensar no bem-estar coletivo. A participação em atividades como essa ajuda na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade.

Marighella, por meio de suas vivências, percebesse que não é apenas a importância crucial da moradia, mas também a compreensão de que a mudança na vida das pessoas não é uma responsabilidade individual. Isso demonstra que é necessário promover uma sincronia de informações e conhecimentos, uma interação dinâmica que se acumula e se desenvolve, transformando realidades e proporcionando oportunidades para a assimilação de novas ideias e a construção de percepções anteriormente não consideradas.

Ao ser indagado sobre as políticas públicas de acesso a cidade de Jaboatão dos Guararapes, Marighella retrata que:

Infelizmente não, porque até hoje Jaboatão é uma cidade, assim, distante de ter um, uma estrutura urbana que lhe ofereça dignidade, né? primeiro a... o primeiro ponto é esse. Segundo é a questão política também, uma política muito atrasada, uma política muito artesanal ainda, embora o quadro do país é esse, né? não é muito distante disso, mas Jaboatão é uma cidade... a gente... eu vejo em Jaboatão, embora seja parte da região metropolitana e seja uma cidade tão próximo do Recife, mas uma cidade muito distante do centro de tudo, como se fosse uma cidade esquecida aqui no meio dessa região metropolitana, assim, por causa da infraestrutura urbana, por causa da violência, por causa de políticas públicas que... que... que falta pra essa cidade, assim, as gestões que se sucederam na cidade foram gestões, assim, muito ruins, então assim, uma cidade que você não, não, não vê uma... não lhe cria um ambiente social que lhe dá, que lhe dá uma esperança, assim uma perspectiva, uma perspectiva de uma vida melhor, assim, né?

Compreender essa dinâmica cidadina é reconhecer que a cidade está intrinsecamente ligada ao indivíduo, contribuindo para a construção e introdução de ideias essenciais que dialogam diretamente com a realidade vivida por cada pessoa. No caso específico de Jaboatão

dos Guararapes, a vida de Marighella ilustra uma jornada de 14 anos marcada por desafios, sofrimentos e a falta de moradia. Ele relata sua vivência em uma casa improvisada, evidenciando as adversidades enfrentadas e a resiliência necessária para superá-las. Esse relato pessoal destaca não apenas as dificuldades individuais, mas também a necessidade premente de políticas e ações eficazes para abordar questões habitacionais e promover uma transformação significativa nas vidas daqueles que enfrentam essa realidade diariamente, em sua fala evidencia essa realidade:

Era um barraco, um barraco construído de taipa, com lona, uma lona preta e amarela... é... eu acho que tinha uma base aí de uns cinco metro quadrado, cinco metro quadrado de uma divisão que era a parte de onde ficava um lugar pra gente fazer as necessidades fisiológicas e o lugar onde a gente dormia todo mundo junto, eu, meu padraço, minha mãe e meu irmão. Não tinha mais estrutura que isso não. A questão da... de lavar roupa, louça sempre foi fora do barraco, foi instalado um cano assim, uma pia fora do barraco onde a gente fazia a lavagem de roupa, de prato e dentro do barraco, nesse cômodo na frente onde a gente fazia as necessidades fisiológicas ficava o fogão onde minha mãe conseguia cozinhar.

A carência de saneamento básico em Jaboatão dos Guararapes, especialmente no que se refere ao cuidado com a população em situação de rua, pobre e periférica, caracteriza uma realidade persistente que se estende por um longo período, conforme destacado por Silva (2023):

Jaboatão dos Guararapes é a cidade pernambucana com os piores índices de saneamento básico do estado, de acordo com o novo ranking do Instituto Trata Brasil. Este instituto mapeia, entre os 100 municípios mais populosos do país, os indicadores de distribuição, tratamento e perda de água durante o fornecimento à população. Das 100 localidades, Jaboatão ficou em 87º, pontuando como uma das piores na listagem nacional.

A negligência do município em relação à vida dessas pessoas vai além da falta de saneamento básico e não reconhece que o desafio não se limita apenas à vida individual dos habitantes em situação de rua. Ele se estende também às mães que buscam proporcionar uma vida melhor para seus filhos, necessitando de um local sem enchentes, com ruas calçadas, abrigos para pessoas em situação de rua e outros mecanismos sociais. Mesmo diante dessas adversidades, essas mães demonstram uma incrível perseverança e força, evidenciando que a luta pela dignidade não é uma batalha exclusiva de um indivíduo, mas abrange toda uma comunidade.

Essa realidade sublinha a necessidade premente de intervenções governamentais e políticas públicas eficazes que possam endereçar as carências estruturais e sociais do

município. Além de melhorar os índices de saneamento básico, é imperativo que sejam implementadas medidas que promovam inclusão social, ofereçam abrigo adequado e proporcionem condições dignas para a população em situação de vulnerabilidade. A mudança efetiva requer uma compreensão mais abrangente das complexas interconexões entre infraestrutura urbana, direitos humanos e qualidade de vida.

A mãe de Marighella exemplifica esse espírito resiliente, destacando que a importância não reside apenas na sua própria vida, mas também nas vidas das outras mães que compartilham dessa situação. Os movimentos sociais emergiram como forças catalisadoras, unindo pessoas para combater ideologias que desconsideravam a existência desses indivíduos. Essa luta não é apenas um ato de resistência, mas uma busca por vida e dignidade, promovendo mudanças estruturais, especialmente no âmbito das políticas públicas. Estas, por sua vez, precisam ser mais proativas na construção da trajetória de vida dessas pessoas, proporcionando condições para que cada indivíduo viva com dignidade e participe ativamente na sociedade.

Sendo assim, para Mariguella os movimentos sociais são:

“...essenciais numa sociedade desigual como a sociedade brasileira, né? Tanto o movimento social, como os sindicatos, como as instituições que defendem as pessoas mais pobre, as pessoas que não tem acesso a seus direitos, eu acho que os movimentos são essenciais nisso. Eu acho que, o que falta em alguns movimentos sociais é a questão orgânica, a questão da organização, aproveitar esse período, esse momento onde tem muita pessoa, muita gente, muita família pobre atrelado a sua base, a ouvir os seus princípios e investir mais, um maior investimento na questão da formação dessas família, um trabalho de conscientização mais eficaz, mais profissional. Eu acho que, acho que ai... ai é importante, eu acho que é essencial que as instituições de ensino tivessem um enxergar e um olhar mais sensível e, e mais assim mais atencioso a essas entidades, a essas organizações, porque nessas entidades onde estão as pessoas que precisam e tão com disposição de desenvolver um trabalho que vá de fato na prática transformar nossa sociedade. Então eu acho que o que falta não é dos movimentos, o que falta é as instituição de ensino, as instituições do Estado, os poderes público observar o trabalho dos movimentos social pra dar mais estrutura a esses movimentos, trabalhar com essas pessoas. Já que na prática, no dia-a-dia quem faz todo o trabalho de assistencialismo e de assistência social é os movimentos sociais”. (Trecho da entrevista de Marighella, homem negro de 29 anos de idade, realizada em 29/02/2024. Grifo nosso).

A realidade destaca de maneira inequívoca a relevância dos movimentos sociais na vida das pessoas, indicando direções alternativas. A experiência da ocupação em Barra de Jangada, apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados, como enchentes frequentes, falta de calçamento, ausência de água encanada e limitações nos serviços de saúde, revela uma narrativa de superação. Após 12 anos de

perseverança, as famílias alcançaram o tão almejado sonho da moradia, uma conquista que redirecionou o rumo das vidas, incluindo a mãe de Marighella.

**Imagem 19:** Residencial Mércia de Albuquerque I, em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes. A conquista resultante da ocupação que abrigava a família de Marighella



**Fonte:** Cleiton Ferreira da Silva, 2016.

Essas dificuldades, longe de serem obstáculos intransponíveis, serviram como catalisadoras para o progresso e a transformação das vidas das pessoas. O novo residencial, conquistado com tenacidade, resistência e determinação, tornou-se um marco fundamental de conquista pessoal e coletiva. No cerne desse triunfo estão as crianças e adolescentes, agora capazes de desfrutar de um ambiente com áreas de lazer, como um parquinho para brincar, e um salão de festas para uma variedade de atividades.

**Imagem 20:** Parquinho do Residencial Mércia de Albuquerque I, em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes.



**Fonte:** Autoria própria, 2023.

Essa narrativa ressalta não apenas a vitória sobre as adversidades, mas também a construção de um ambiente comunitário mais robusto e inclusivo. A conquista da moradia transcende o âmbito individual, refletindo a força da união e do esforço conjunto. Ao proporcionar espaços destinados ao lazer das crianças e ao desenvolvimento de atividades diversas, o residencial não apenas abriga famílias, mas fomenta uma comunidade coesa, evidenciando que as batalhas vencidas pelos movimentos sociais não são apenas pela moradia, mas pela construção de uma vida plena e digna para todos.

As crianças e os adolescentes devem ser ouvidos como sujeitos que pensam, que raciocinam e que vivem as consequências da realidade. Um sujeito que, assim como um adulto, não tem acesso à saúde, porque o posto de saúde é longe; não tem acesso à educação, ao lazer, aos direitos sociais fundamentais para o bem-estar da população. O ambiente objetivo desses meninos e meninas é essa realidade e, frequentemente, quando se definem as coisas, não se pergunta nada a esses sujeitos — sujeitos que têm uma opinião sobre as coisas, que têm uma impressão, porque também vivem as refrações da questão social. A realidade imposta à vida desses sujeitos, eles também a sentem. Eles não saberiam dizer o que é bom e ruim para suas próprias vidas? É preciso que oportunizemos espaços que garantam sua participação como voz ativa, voz de quem vive, que sente, que está exposto a todas as expressões da tão mencionada questão social (Nunes, 2015, p. 98).

Diante desse cenário, a complexidade e a necessidade de viver em sociedade tornam-se evidentes, principalmente para as crianças que nela habitam. Embora a cidade de Jaboatão dos Guararapes estabeleça legislações e ações voltadas para a infância, a

participação social e o protagonismo muitas vezes são negligenciadas. Urge um esforço maior no estímulo ao diálogo e à discussão de ações que promovam o protagonismo infantil. Marighella exemplifica esse processo, tendo crescido percebendo sua realidade e, ao atingir a idade adulta, passou a compreender a importância de sua participação, mesmo em espaços limitados, devido às barreiras sociais que enfrentava como pessoa negra, periférica e de baixa renda. Essa reflexão, ao longo do tempo, motivou-o a colocar em prática suas convicções sobre a realidade, destacando a necessidade de estimular e fortalecer tais reflexões desde a infância.

A infância e adolescência de Marighella na ocupação revelaram uma série de desafios, evidenciando que a realidade da cidade negligenciava não apenas a habitação, mas também o lazer, que se mostrava precário, especialmente pela ausência de áreas recreativas como campos de futebol, parques e praças. Essa lacuna dificultava a socialização e o senso de pertencimento à cidade de Jaboatão dos Guararapes, que carecia de estruturas de lazer para atender à sua população.

Ao ser questionado sobre o período de lazer na ocupação, Marighella lembrou dizendo que:

Meu período de lazer com as crianças da ocupação era jogar bola, tinha muito campo próximo lá, não era dentro da ocupação, mas a comunidade tinha muito campo, jogar bola, tomar banho de rio, pescar, jogar bola de gude... é... soltar pipa, eu tive uma infância, assim, muito boa assim em questão de lazer, entendeu? Eu sempre brinquei muito, tive muito amigo pra fazer esses tipo de brincadeira, assim, soltar pipa, jogar bola e etc.

A importância de espaços de lazer na cidade é fundamental para promover o sentimento de pertencimento à comunidade. Esses locais não apenas proporcionam momentos de recreação, mas também desempenham um papel crucial no desenvolvimento da autonomia, segurança e no cultivo do zelo pela localidade. Contudo, é imperativo que haja um cuidado e incentivo constantes para gerar visibilidade e fortalecer esse senso de pertencimento, criando assim uma realidade em que os indivíduos possam exercer seu livre arbítrio.

Mesmo diante da carência de estruturas de lazer, a infância de Marighella em Jaboatão dos Guararapes transcorreu de forma precária. No entanto, isso não o impediu de vivenciar plenamente cada momento de sua realidade. A falta de espaços recreativos não anulou sua capacidade de explorar, aprender e interagir com o ambiente ao seu redor. Sua experiência destaca não apenas a resiliência individual diante das adversidades urbanas, mas também ressalta a necessidade premente de investimentos e políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento de espaços de lazer inclusivos e acessíveis a toda a população. Esse investimento não apenas enriquece a qualidade de vida dos cidadãos, mas também contribui para a formação de comunidades mais vibrantes, participativas e comprometidas com o bem-estar coletivo.

[...] promover a saúde significa propor ações que buscam a qualidade de vida, e que envolvem não apenas programas pontuais no enfrentamento de doenças e epidemias, mas, principalmente, a oferta de condições sanitárias e habitacionais adequadas, saneamento, alimentação, segurança, emprego, lazer, cultura e participação social. Promover a saúde, a partir deste olhar, é promover a qualidade de vida (Brasil, 1990, p. 40).

O conhecimento se desenvolve em diversas localidades, propiciando avanços que capacitam indivíduos, como Marighella, a reconhecer suas problemáticas, especialmente as vinculadas aos movimentos sociais que permeiam a construção da cidadania desses sujeitos. A perspectiva de direito à cidade, por exemplo, torna-se um catalisador para a formação e criação de movimentos sociais, como evidenciado na trajetória de Marighella, que permanece engajado nesses movimentos e atualmente atua como militante em âmbito nacional, dedicando-se à luta pela valorização e direitos fundamentais da vida humana, como reflete Marighella:

Eu acho que, é, voltando a dizer, é como eu disse, eu acho que é essencial, porque uma criança e um adolescente ele tá num processo de formação mesmo, de como aprender ser um ser humano, né, assim, né? Ser uma pessoa onde vai ter uma consciência de classe de fato, que lhe permita entender a sociedade que vive, o momento social que a sociedade tá vivendo e se ele pode participar diretamente dessa construção, desse processo histórico, ou não, ou então deixar com que essa criança e adolescente seja formado de uma forma desorganizada, né, artesanal, pelos meios de comunicação, ou pelos próprios amigos da rua, ou conhecidos que não tem também uma centralização no que quer, no que a quem pertença, tal etc. Eu acho que se perde aí quando a gente não investe essa questão da formação e desse trabalho com as nossas crianças, nossos adolescentes, a gente perde muito com isso porque aí se forma muito adulto aí, desenformado, muito adulto que não tem um, um, um pingão de senso político e tal, e a política ela é essencial. Porque se o nosso país é um país democrático, um país que é organizado pela política, é essencial que nossa sociedade desde o início, desde a nossa infância aprenda o que é política, o que são direitos, qual é a participação e a importância de cada pessoa dentro dessa sociedade.

A educação de base e o convívio social foram elementos que permitiram a Marighella desenvolver perspectivas que transcendem a mera compreensão de sua própria vida. Ele aprendeu não apenas a se importar com sua existência, mas a estender essa preocupação à vida ao seu redor. Sendo assim, a “educação é um processo de aprendizagem, necessário ao

indivíduo, favorecendo suas relações sociais e o transformando gradativamente em um ser sociocultural, possuidor de uma historicidade e de uma realidade diferente dos demais” (Assis; Bellé; Bosco, 2013, p. 8). Aqui se percebe que a educação, proveniente do movimento social que o influenciou na infância, contribuiu significativamente para moldar sua militância e ampliar sua compreensão da realidade, uma perspectiva que ele atualmente projeta para outras vidas.

Sua atuação continua a gerar impacto, propiciando discussões que visam abranger e modificar a situação atual, especialmente no município de Jaboatão dos Guararapes. Essa localidade, dada sua vasta dimensão, oferece um terreno fértil para o desenvolvimento de estratégias capazes de auxiliar a sociedade e transformar a realidade de vida de seus habitantes. A trajetória de Marighella ilustra como a educação, aliada ao engajamento em movimentos sociais, pode ser um motor para o desenvolvimento, não apenas pessoal, mas também comunitário, destacando a importância de investir na educação como um pilar fundamental para a construção de sociedades mais justas e conscientes,

A importância da visibilidade e participação social é crucial, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes, pois eles representam a continuidade do processo de construção da cidadania. É fundamental que esses jovens estejam ativamente envolvidos nas políticas públicas, promovendo maior engajamento e encorajamento para o reconhecimento da legislação e do direito à cidade, um direito inalienável de todos. Essas gerações emergentes têm o poder de fazer a diferença, introduzindo pautas mais inclusivas e criando visibilidade para uma variedade de temas, incluindo LGBTQIAP+, mobilidade urbana, participação social, e muitos outros segmentos que merecem ser abordados, como retrata Marighella:

Com Certeza, quando a gente, quando a gente fala é... assim, só sabe quem... o que é a dor de sentir fome quem passa fome. Se a gente for... for falar é... de Direito das Mulheres, a gente precisa ter mulheres nesse debate, então se a gente fala de mobilidade urbana, por exemplo, vamos falar de mobilidade urbana, a questão da mobilidade urbana a necessidade de a gente elevar o debate da mobilidade urbana não se limita apenas nos trabalhadores que precisam ter acesso ao seu trabalho, a gente, esse debate da mobilidade urbana precisa tá presente também entre crianças e adolescentes que precisa ter estrutura urbana que lhe ofereça uma mobilidade melhor pra chegar na escola, pra sua mãe deixar, ele na... pra mãe deixar o filho na creche, pra o adolescente chegar na universidade, pra o adolescente frequentar um curso, uma escola. Então assim, os jovens e os adolescentes fazem parte dessa sociedade, eles frequentam também o hospital, eles frequenta também os cursos técnicos, então essas pessoas precisam tá atrelada a esses debates de direito a cidade, porque essas pessoas tão fazendo parte do mesmo convívio social, por exemplo, quer discutir ocupação? não é pra convidar apenas a mãe que vive na ocupação, é pra chamar também o filho pra esse debate, porque às vezes essa criança tem mais vontade e disposição de falar sobre

aquilo e talvez isso incentiva até a sua própria mãe de querer falar e de querer fazer também aquilo. Então, não dá pra excluir as crianças e os adolescentes desse debate. Eles precisam assumir o protagonismo, porque, até porque o amanhã vai depender dessas pessoas, desses jovens e desses adolescentes, que amanhã vai ser adultos que vão precisar assumir a posição que a eles pertence, seja numa sala de aula sendo professor, seja numa sala de aula sendo um aluno, sendo numa câmara de vereadores sendo um vereador, sendo na câmara dos deputados sendo um deputado, seja sendo até um presidente. Eu acho que é essencial, por exemplo, eu acho que... é... nenhuma escola... é... todas as escolas estaduais e municipais deveria ser em tempo integral e dentro dessas escolas ter um incentivo pra essas crianças... é... ter outros tipos de formação que não seja só a questão do ensino, a alfabetização, mas que teja, outros tipo de ensino técnico, assim, já incentivando a criança a querer ingressar na universidade e etc. não tem esse incentivo. É raro uma escola técnica, é raro uma escola em tempo integral, e quando você vê uma escola em tempo integral muitas vezes você vai lá e não tem uma dinâmica que ofereça esses alunos ter essa...essa... essa vontade, esse querer de... essa questão do ensino no Brasil ainda é muito precário ainda, é muito artesanal ainda. Infelizmente.

Como destaca Marighella em suas palavras, essas crianças e adolescentes, ao terem vez e voz, têm o potencial de redefinir o cenário político e social, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. A participação ativa dessa juventude é essencial para moldar políticas públicas mais sensíveis e abrangentes, que reflitam as diversas necessidades e perspectivas presentes em nossa comunidade.

Ao reconhecer a importância da visibilidade e participação social desde a infância, abrimos espaço para o surgimento de lideranças jovens que serão capazes de influenciar positivamente o rumo da sociedade. Dessa forma, fortalecemos não apenas o presente, mas também construímos as bases para um futuro mais inclusivo e participativo, onde cada indivíduo tem a oportunidade de contribuir para a construção de uma cidade e uma sociedade que respeite e promova os direitos de todos. Sendo assim:

O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos tem implicação para a afirmação de sua cidadania plena. Não uma cidadania a ser exercida futuramente, mas sim no presente e em qualquer momento do seu ciclo de vida. A participação deles na definição dos modelos de atendimento aos seus direitos expressos nas políticas públicas de educação, saúde, esporte, entre outras, é um avanço fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Brasil, 2010b, p. 112).

A consolidação dos direitos humanos na estrutura cognitiva e concreta de uma cidade é um fator essencial para ampliar debates e construir uma sociedade mais harmoniosa. Essa abordagem começa na infância e se ramifica em diversas vertentes, promovendo a harmonização de ideologias e a quebra de paradigmas e preconceitos. Os direitos humanos,

nesse contexto, não apenas favorecem, mas também desempenham um papel crucial no desenvolvimento humano, elevando a dignidade das pessoas e proporcionando um ambiente propício para a inclusão de crianças e adolescentes nos diálogos essenciais para a construção da cidade e sua formação.

Com certeza, é... uma coisa importante que eu, que eu... que eu sempre observo até nas ocupações que eu frequento hoje em dia, né? Que a maioria acontece um erro, acontece um grande erro, por exemplo, tem... a maioria desses jovens que tã dentro da ocupação, por exemplo, eles estudam em escolas públicas. Escolas públicas que, por exemplo, não... não oferece uma estrutura que lhe permita ter... ter... ter vontade de estudar e tal e etc. e esses jovens podia tá dentro das escolas formando grêmios, esses jovens podia tá, inserido dentro do movimento participando das reuniões das formações, mas muitas vezes esses jovens são impedidos dentro do movimento de participar, esse jovem não tem... o... o primeiro passo que é ter um convite, de ter um grupo jovem... a gente vê dentro das universidades várias organizações de jovens, a UJS, a UJR, a JBS, dentro da Universidade Federal de Pernambuco, mas quando a gente vai pras escolas, algumas escolas públicas tem alguns Grêmios, mas esses grêmios não são organizados por essas instituições de jovens. Então, não tem esse trabalho na base, porque pra mim a base dos jovens não é a universidade, a base é aquela escola lá da quarta série, da quinta série, da sexta série, essa é a base. Porque muita vezes esses jovem acha que encerrou aquele ensino médio ali, já encerrou a sua carreira de ensino e não chega nem na universidade e quando chega na universidade não chega com esse senso crítico e essa consciência de pertencimento de fazer parte de uma organização estudantil ainda pra poder lutar por seus direitos, pra assumir esse protagonismo dentro da sociedade. Então, eu acho que é meio que de uma forma maliciosa até essas pessoas não serem incentivada e instigada no tempo certo que é na infância, na verdade não devia nem esperar chegar a adolescência, eu acho que na infância eu acho que devia ser incentivado isso pra a gente poder ter adolescentes com o mínimo de senso, de consciência pra se organizar, pra assumir esse protagonismo.

A declaração de Marighella ilustra como a interconexão de conhecimento desempenha um papel crucial na formação de cidadãos mais conscientes, sendo um reflexo vívido de sua própria trajetória de vida. Mesmo diante das adversidades que enfrentou, ele demonstrou resiliência, recusando-se a se deixar abater, e escolheu dedicar-se à defesa dos direitos de todos. Sua atuação não se limitou à resistência individual; ao contrário, ele se empenhou em promover a visibilidade do conhecimento, motivando outros a reconhecerem a importância de sua participação social e política.

Possibilitar a vivência do exercício de cidadania, de participação política e democrática e, principalmente, de decidirem sobre suas vidas e vontades foi primordial para fortalecer não só no sentido teórico e legal, mas principalmente na possibilidade de se colocar em prática esse tipo de ação/participação. (Nunes, 2015, p. 95)

Essa abordagem reforça a noção fundamental de que o diálogo é uma peça-chave para desbravar novas possibilidades na construção de vidas mais significativas. Através da expressão de ideias, compartilhamento de experiências e debate constante, Marighella exemplifica como a troca de conhecimento é essencial para a evolução individual e coletiva. Seu engajamento não apenas impactou sua própria jornada, mas também serviu como catalisador para a conscientização de outros sobre a necessidade de uma participação ativa na sociedade.

Ao reconhecer que o diálogo não é apenas uma ferramenta, mas uma força mobilizadora capaz de transformar realidades, Marighella oferece um exemplo inspirador de como a interconexão de conhecimento pode ser uma alavanca para a construção de comunidades mais informadas, conscientes e participativas. Sua narrativa destaca a importância de cada voz na construção de um tecido social mais justo e equitativo, onde o compartilhamento de ideias é o alicerce para a construção de um futuro coletivo mais promissor.

Contudo:

No campo do desenvolvimento pessoal (aprender a ser), a prática do protagonismo contribui para o desenvolvimento do senso de identidade, da autoestima, do autoconceito, da autoconfiança, da visão do futuro, do nível de aspiração vital, do projeto e do sentido da vida, da autodeterminação, da autorrealização e da busca de plenitude humana [...] (Costa; Vieira, 2006, p. 21).

Por conseguinte, ao destacar a experiência de Marighella, percebemos que a participação ativa na sociedade, ancorada nos princípios dos direitos humanos, é um catalisador para transformações significativas. O diálogo constante e a conscientização promovem não apenas a compreensão da importância de cada indivíduo, mas também abrem portas para a criação de estruturas sociais mais justas e inclusivas. Nesse cenário, os direitos humanos não são apenas uma abstração, mas uma força motriz concreta que impulsiona a evolução de comunidades e cidades.

### 5.3 SELMA

Selma, uma mulher de 40 anos, originária de Ribeirão, na Região mata sul de Pernambuco, traz consigo uma infância marcada por adversidades. Sua vivência foi profundamente influenciada pela precariedade de condições, notadamente pela moradia em

um ambiente de pau-a-pique e pela ausência de energia. Residindo em um engenho, distante da cidade, a trajetória de Selma foi moldada pelos desafios enfrentados desde cedo.

Filha de agricultores, Selma emociona-se ao recordar seu passado, relembrando a dura realidade da infância. O contexto familiar inclui um episódio doloroso, quando foi rejeitada por sua mãe biológica, sendo abandonada no mato. No entanto, encontrou amor e acolhimento na família de coração que a recebeu, mesmo em meio à simplicidade.

Na vida interiorana, a falta de luxos era compensada pela subsistência tirada do roçado, proporcionando a Selma alimentação suficiente para não passar fome. A decisão de deixar Ribeirão a levou a Jaboaão dos Guararapes e, posteriormente, a diversas outras localidades, como ela mesma relata:

pra Candeias, assim, eu já morei... Vim morar em Candeias, de Candeias vim morar aqui no Cais de Santa Rita, na rua, fui presa, fui pra, fui pra Avenida Norte, uma casa de menores infratora, ai de lá tive a chance de estudar, fugi, fui morar na rua, aqui na cidade, no Cais de Santa Rita, já morei no Alto do Páscoal, Já morei no Alto Santa Terezinha, Já morei aqui no Coque, Já passei um tempo nos Coelho, já morei em Jaboaão, né, já morei em Itapissuma, já morei em Itamaracá...

Ao chegar aqui, por sua inocência, Selma enfrentou uma realidade difícil, engravidando aos 12 anos e, infelizmente, interrompendo sua trajetória escolar na mesma idade. O início precoce da maternidade foi motivado, em grande parte, pela falta de informação sobre métodos contraceptivos, como preservativos, e pela dificuldade existente na época em abordar abertamente esses temas, especialmente no ambiente familiar.

Desde os 12 anos, enfrentou nove gestações, destacando a ausência de conhecimento sobre prevenção como um dos principais fatores contribuintes. Selma compartilhou que:

tenho cinco vivo, tenho cinco vivo que eu convívio, né, dois a justiça tirou de mim nesse tempo que eu era de menor, na FUNDARC, que naquele tempo não era FEBEM, é FUNDARC, entendeu? Aí eu tive, perdi, né, tive eles e perdi pra justiça, dois foi pra casa de [...] é, perdi pra justiça...

A declaração reflete a intensificação dos desafios enfrentados por Selma devido à escassez de informações, uma vez que o tópico da saúde reprodutiva era considerado tabu, especialmente no âmbito doméstico. Destaca-se, assim, a relevância de incorporar discussões sobre sexualidade nas instituições educacionais, indo além da mera instrução sobre práticas sexuais. Essa abordagem visa proporcionar um amplo conhecimento, especialmente no que diz respeito à complexidade da realidade humana, como retrata Campos e Miranda (2022, p. 109-110).

A Educação Sexual aborda aspectos fisiológicos e psicológicos envolvidos no comportamento sexual, bem como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e da gravidez precoce, e assim auxilia no reconhecimento de situações de abuso, que são frequentemente detectadas no ambiente escolar por meio, por exemplo, da observação de mudanças no comportamento da criança (Carvalho et al., 2019).

O tema, por vezes, é confundido, em função do desconhecimento de parte da sociedade, com o uso, em ambiente de aprendizagem, de práticas associadas ao erotismo, o que gera, em algumas famílias, desconforto e um sentimento de superproteção, que priva os alunos do acesso a informações importantes para o seu desenvolvimento e formação integral.

Essa cultura conservadora trata a Educação Sexual com certo obscurantismo, o que pode dificultar o processo de ensino e aprendizagem sobre a temática. Sem o prejuízo do tratamento do tema em um viés científico, a Educação Sexual procura, dentre vários fatores, compreender o ser humano em sua relação com seu próprio corpo, bem como com o corpo do outro.

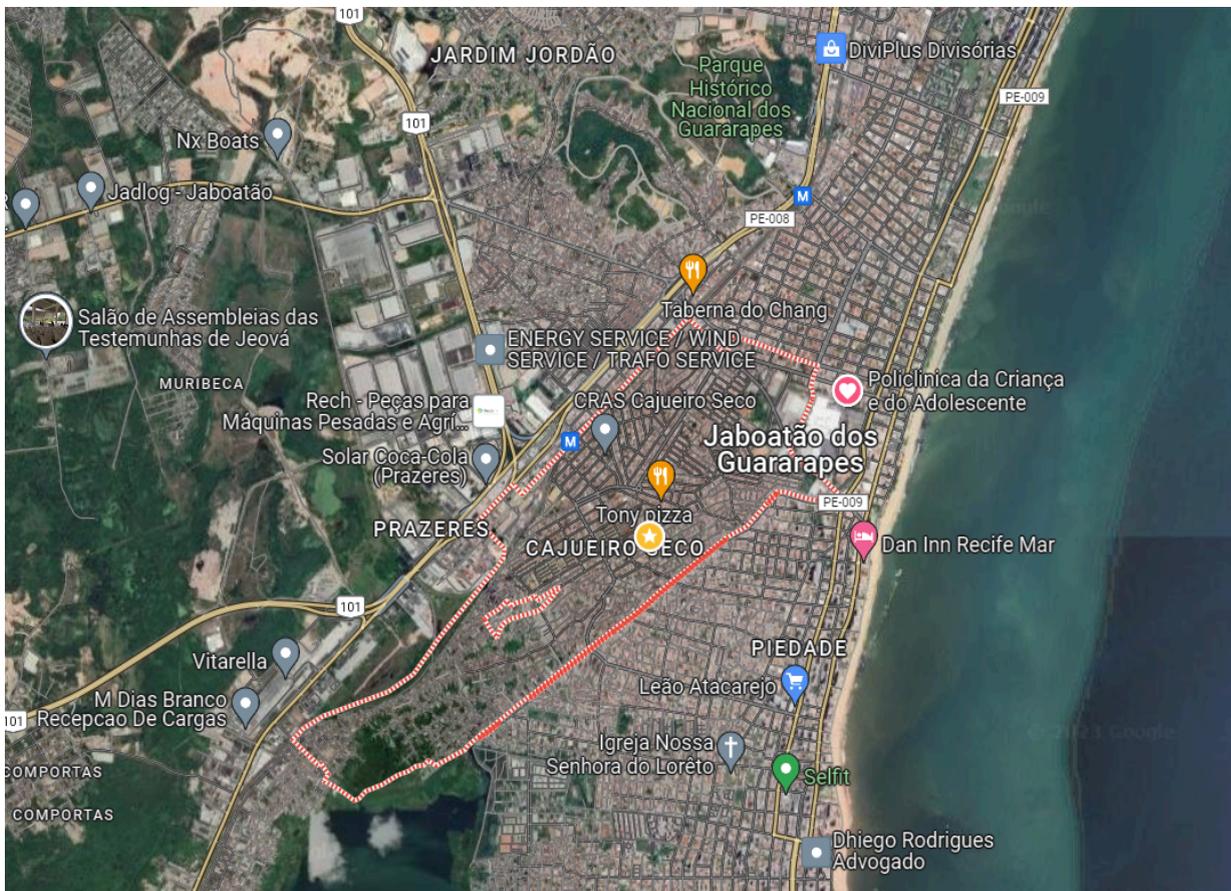
A compreensão de que dialogar sobre diversos temas prepara os indivíduos para as situações da vida é crucial. Isso é particularmente significativo para as mulheres, que, ao se depararem com essas conversas, conseguem identificar e compreender melhor sua própria realidade existencial. No caso de Selma, percebe-se que uma abordagem mais aberta e educativa poderia ter prevenido a situação pela qual ela passou ao longo dos anos. Isso se torna ainda mais evidente ao considerar a idade como um fator determinante, já que a falta de informação pode prejudicar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Assim, a importância de discutir abertamente temas como saúde reprodutiva e sexualidade transcende a mera instrução técnica, alcançando um entendimento mais profundo da realidade humana. Integrar essas discussões no ambiente escolar não apenas fornece conhecimento prático, mas também prepara os indivíduos para enfrentar os desafios que possam surgir, contribuindo para um desenvolvimento mais saudável e consciente.

Ao longo de sua trajetória na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Selma enfrentou uma diversidade de desafios, residindo em vários lugares, com destaque para Cajueiro Seco (Imagem 21), situado próximo à atual Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Durante esse período, ela vivenciou inúmeras dificuldades, sendo a questão da moradia uma das mais prementes. Em diversas ocasiões, Selma se viu sem teto, recorrendo, em grande

parte, às ruas de Jaboatão, com ênfase na Avenida Guararapes, então repleta de bares, que serviam como refúgio e meio de subsistência.

**Imagem 21:** Localização de Cajueiro Seco em Jaboatão dos Guararapes, PE



**Fonte:** Google Maps, 2023.

A busca por abrigo levou Selma a uma ocupação em um prédio em frente à prefeitura, proporcionando-lhe algum amparo e auxílio para enfrentar as adversidades da vida. Contudo, essa ocupação espontânea, desprovida de organização, apresentava suas próprias complexidades. Entre elas, destacavam-se problemas recorrentes, como furtos e o uso de substâncias entorpecentes, conforme relatado por Selma, que descreveu a situação como um cenário com “tantos cheira-cola, tantas crianças, tantas pessoas que estragam a vida”.

É relevante observar que, na época em que Selma vivenciava essas circunstâncias, o Conselho Tutelar estava presente, embora ainda em um estágio inicial de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. No ano de 1995, quando Selma tinha aproximadamente 12 anos, essas mudanças legais estavam em processo de assimilação pela população. Vale ressaltar que Jaboatão dos Guararapes, apesar de possuir empresas de grande porte e áreas em desenvolvimento, ainda era considerada, naquele período, uma região

interiorana. A gestão municipal, liderada pelo prefeito José Humberto Lacerda Barradas de 1993 a 1997, enfrentava desafios em meio a essa transformação e às demandas políticas e sociais emergentes (Junior, 2023).

**Imagem 22:** Local atual da ocupação e onde morou Selma em Jaboatão dos Guararapes, PE



**Fonte:** Google Maps, 2023

O presente contexto da ocupação, que já foi o lar de Selma em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, demanda uma análise mais minuciosa e compreensiva. Este espaço transcende sua natureza geográfica, transformando-se em um testemunho palpável das vivências que moldaram de maneira profunda a jornada de Selma, como ela mesmo retrata:

Foi uns treze pra quatorze ano, Lucas. Que eu deixei, eu tive meu filho com doze, quando meu filho fez um ano eu já não morava mais com meus pais, então eu era de treze pra quatorze.[...] É, eu morava nos Coquinho, né, tava envolvida com coisas pesadas, vi três pessoas, três mulheres igual a mim morrendo, não que vivia comigo, mas de outra favela, eu vi elas sendo assa... eu vi a turma matando, assim, ou era elas ou era eu, ou era outras que vivia comigo, então daí pra lá eu fiquei meia... fui jurada, né, e meu disse ó tá tendo uma invasão ali, porque tu não vai lá, bora lá? eu disse bora, ai de lá eu fiquei lá, né, meu pai pagou meu cadastro e até hoje eu lá. [...] eu morei ali naquela ocupação ali. Ali antigamente era uma ocupação só que não me lembro o ano. Quando eu saí da casa dos meus pais que eu fiquei pela rua eu fiquei muito tempo ali.

O local, inicialmente destinado a ser um anexo da prefeitura, permanece estagnado no mesmo estado de calamidade de outrora, com sérios problemas estruturais. Trata-se, atualmente, de um "elefante branco" no coração da cidade, cujo potencial como refúgio para

peessoas em situações de vulnerabilidade ou como espaço para instituições comunitárias, como creches, escolas e hospitais, permanece subutilizado. Surpreendentemente, observa-se a ausência de mobilização por parte da prefeitura para abordar ou revitalizar esse local, o que levanta questões sobre a falta de iniciativas para transformar esse espaço em um ativo valioso para a comunidade e podendo até envolvê-la melhorando a estrutura ou dando novos significados como traz Ali, Jesus e Ramos (2020, p. 83)

Espaços livres de uso público devem ser pensados não só como espaços para encontro, lazer e práticas sociais, mas também como espaços que podem contribuir na prevenção de ações violentas. Conforme citado por Lima (2015, p. 23), “[...] a segurança de fato, pressupõe muito mais do que punição e enclausuramento. Pressupõe outra ética de valorização da liberdade, da alteridade, da solidariedade e da preservação coletiva da cidade, com a justa distribuição das riquezas e dos saberes [...]”.

Destaca-se que soluções urbanas pontuais de prevenção ao crime, pensadas sem a participação popular, não contribuem significativamente, em especial, para as regiões onde a sensação de insegurança é interligada, também, com condições sociais e econômicas. Nesse cenário, enfatizam-se as propostas de intervenção e requalificação dos espaços livres de uso público, planejadas sistematicamente e de modo colaborativo, que envolvem a população e diferentes atores, distribuídas igualmente no contexto local.

É notável que Selma tenha residido nesse local durante um período crucial de sua vida, quando, após deixar definitivamente a casa de seus pais, enfrentou a dura realidade das ruas. Esse episódio ilustra não apenas a escassez de opções habitacionais acessíveis, mas também a urgência de explorar soluções práticas para transformar espaços desocupados em recursos benéficos para a comunidade em geral. Sendo assim,

o direito de vivenciar os espaços públicos da cidade de forma autônoma, igualitária e saudável; e, para que isso aconteça de forma plena, é preciso que a cidade seja viva. A cidade viva, segundo Gehl (2014), é aquela que convida as pessoas a caminharem, pedalarem ou permanecerem nos espaços livres que oferece. Para o autor, os espaços livres de uso público não são apenas áreas para atividades de lazer, recreativas ou atividades esportivas. São espaços, quando possuem qualidade física e visual, capazes de influenciar nas atitudes e nas atividades de seus usuários, convidam a participar da vida em comunidade e propiciam convívio e encontro. Os espaços livres tornam a vida urbana mais versátil e variável. (Ali; Jesus; Ramos, 2020, p. 69)

Considerando o potencial desse local, que já serviu de morada para Selma em um momento tão desafiador de sua vida, é imperativo que a prefeitura reavalie estratégias e promova ações eficazes para revitalizar e reutilizar esse espaço, transformando-o em um catalisador positivo para a comunidade local. Essa iniciativa não só traria benefícios imediatos

para aqueles em situações precárias, mas também contribuiria para a construção de uma cidade mais inclusiva e compassiva.

Contudo, ao ser incentivada a aprofundar suas recordações sobre a estrutura do prédio, a comunidade ao redor e as pessoas que compartilhavam o mesmo espaço, Selma revisitou o período compreendido entre os anos de 1995, quando residia no edifício. Nesse contexto, ela trouxe à luz uma perspectiva que não apenas evocou memórias dolorosas, mas que se apresenta como crucial para uma discussão abrangente. O ponto de vista expresso por Selma em relação ao prédio é o seguinte:

tinha muitas criança e adolescentes, cheira cola, até teve um episódio que a menina se jogou, né, de lá... [...] De cima, (do edifício) drogada de cola. Lá era diferente de essas ocupações de hoje em dia, viu? [...] Quando não tinha local eu dormia na rua. Onde eu chegava eu dormia, Lucas. Cheira cola. [...]E a onde a pessoa achasse mais seguro, né, que antigamente não era assim não, você via as viatura passava debaixo das calçada, debaixo das loja, se pegasse você dava era cacete, não era como hoje que a gente vê os craqueado tudo dando bola e a polícia não faz nada. Antigamente era mais perigoso.

Observa-se que o impacto das drogas na vida de Selma é notável, deixando sequelas devastadoras, como a separação de suas filhas e o uso contínuo como meio de sobrevivência nas ruas. Atualmente, Selma encontra-se em um estado de sobriedade, demonstrando uma firme decisão de evitar o retorno a esse tipo de dependência. Sua narrativa evidencia a importância da perspectiva de crescimento e autoaperfeiçoamento ao longo do tempo, à medida que reflete sobre as escolhas feitas ao longo de sua trajetória.

É crucial reconhecer que o sistema, em certa medida, contribui para essas circunstâncias, uma vez que, para enfrentar os desafios das ruas, o uso de drogas muitas vezes é encarado como uma maneira de permanecer alerta e vigilante diante de situações imprevisíveis. As drogas representam, de fato, um desafio significativo na vida das pessoas em situação de rua, especialmente entre os adolescentes que, ao se depararem com a complexidade da vida, podem se ver envolvidos nesse ciclo de autodestruição.

Um estudo realizado sobre o consumo de drogas na adolescência em 1997, período aproximado em que Selma vivia em Recife e, posteriormente, Jaboatão dos Guararapes, revela uma tendência de aumento no consumo de inalantes, maconha, cocaína e crack em algumas capitais, conforme Ana Cecília PettaRoselli Marques e Marcelo S. Cruz (2000, p.32). É plausível que Selma tenha conhecido pessoas ao longo de sua jornada nas ruas que lhe apresentaram esse mecanismo de sobrevivência.

No entanto, as drogas representam um dos maiores problemas nos centros urbanos, especialmente entre a população em situação de rua, onde pessoas de todas as idades recorrem a essas substâncias como um escape para enfrentar a fome, o frio, o desespero, as angústias e outros desafios. Para muitos, torna-se um refúgio difícil de abandonar, complicando ainda mais a sobrevivência em sua realidade existente. No caso dos adolescentes, a situação é agravada, pois as emoções intensas e os sentimentos associados a um sofrimento psíquico intenso, como depressão, culpa, ansiedade exacerbada e baixa autoestima, frequentemente desencadeiam o uso de drogas, conforme apontado por Marques e Cruz (2000, p. 32).

Outro aspecto impactante que o envolvimento com drogas teve na vida de Selma foi a incursão na prostituição. Aos 14 ou 15 anos, Selma viu-se compelida a vender o próprio corpo como meio de sobrevivência na cidade. Essa difícil decisão era, em grande parte, motivada pela necessidade de adquirir alimentos para seus filhos, frequentemente sob os cuidados da mãe. No entanto, a intervenção do sistema judiciário resultava na separação das crianças, direcionando-as para distintos caminhos. Essa rotina e situação não apenas agravaram a qualidade de vida de Selma, mas também deixaram marcas indeléveis que persistem até os dias atuais. O fato incontestável é que as drogas, embora tenham fornecido um paliativo durante aquele período difícil, não só a expuseram a relações com homens mais velhos, mas também a submeteram a experiências das quais ela muitas vezes preferiria esquecer, conforme ela mesma descreve:

Quando a gente mora assim nunca tem, Lucas, nunca tem lembranças boas, né? Ali eu já me restituía. Eu comecei a me prostituir assim que eu sai da casa dos meus pais, que eu tive meu primeiro filho. Eu morava ali, antigamente, ali na Guararapes era cheio de cabaré, era muito cabaré, tinha o Beco do Mussum, ali onde tem o viaduto agora e entrando pra Guararapes ali era tudo cabaré.[...] Ali você fica com homens que você quer ficar, com homens que você não quer ficar, tem homens que paga pra fazer uma coisa e lá dentro mete o cacete em você pra fazer outra. Tem homem que dá nojo, você fica com nojo quando sai de cima de você.

Essa dolorosa narrativa revela não apenas as consequências imediatas do envolvimento com substâncias ilícitas, mas também o impacto profundo na trajetória de vida de Selma, especialmente no contexto da prostituição e das dificuldades enfrentadas na criação dos filhos. Essa perspectiva, carregada de experiências marcantes, destaca a urgência de abordagens holísticas para enfrentar as complexidades que envolvem o consumo de drogas e suas ramificações sociais.

**Imagem 23:** Avenida Barreto de Menezes em Jaboatão dos Guararapes, PE



se depara com uma realidade totalmente diferente. Isso a levou a enfrentar diversas situações, como a prostituição e o envolvimento com drogas, em uma luta pela sobrevivência, conforme retrata Torres *et al.* (1999, p. 10):

Uma das formas de adentrar no mundo da prostituição, segundo BRAGA (1982), é quando as adolescentes chegam aos grandes centros urbanos como migrantes, iludidas pelo trabalho fácil, pelo dinheiro, pelo estudo. No entanto, associando tudo isso à desqualificação profissional, ao problema da documentação irregular e ao analfabetismo, as oportunidades de emprego tornam-se cada vez mais escassas para essas jovens. Entretanto, a necessidade e a luta pela sobrevivência são fatores que contribuem para que grande parte dessa juventude feminina opte pela prostituição como uma maneira aparentemente mais fácil de sobreviver. Cabe ainda considerar que, na busca de trabalho para a sobrevivência, essas jovens competem no mercado com as prostitutas profissionais, buscando também satisfazer o luxo da vida moderna, ingressando assim nesse mundo de prostituição e drogas.

A praça, agora situada nesse espaço, tornou-se um ponto central de encontro para a comunidade local, especialmente para os moradores da periferia circundante. É um local onde as pessoas se reúnem para conversar, jogar bola, dominó, dançar e participar de ensaios de quadrilha, entre outras atividades. No entanto, é crucial enfatizar que a vitalidade desse ambiente vai além de sua estrutura física. O verdadeiro motor desse espaço é a participação social, evidenciando que a importância da praça não se limita apenas às suas características estruturais, mas à riqueza das interações humanas que ali acontecem.

Assim, ao considerar a evolução da Avenida Barreto de Menezes para um polo comercial, seguida pela revitalização do espaço sob o viaduto como uma praça comunitária, percebemos não apenas as mudanças físicas, mas também a dinâmica social que se desdobrou ao longo do tempo. Essa metamorfose ilustra a importância de compreender não apenas as transformações arquitetônicas, mas também o impacto que essas mudanças têm nas vidas e nas interações da comunidade local.

Selma relata que:

Antigamente tinha esses conselho tutelar que pegava a gente levava pra aquelas casas de apoio ai dali mesmo, muro baixinho a gente fugia de volta pra rua, aquele tempo era mais fácil, né, eu fiquei aqui na Casa da Esperança na Avenida Norte, depois eu fiz atos infracionais, fui pra Santa Luzia na Caxangá, perto do Bom pastor, por ali, né, que é presidio de menores infratores já mais perigosa, assim, na língua dele, né? ai comecei na Casa de Carolina e da Casa de Carolina, Santa Luzia e por ai foi-se.

É essencial ressaltar a relevância do Conselho Tutelar como um mecanismo democrático fundamental amplamente utilizado por diversos segmentos da sociedade. Este

conselho desempenha um papel crucial na proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, configurando-se como um instrumento essencial na luta pela garantia de mais direitos e maior participação desses jovens na sociedade. A atuação do Conselho Tutelar evidencia um compromisso significativo com a consolidação democrática, contribuindo para o desenvolvimento e a implementação de direitos frequentemente negligenciados, ou seja,

O Conselho Tutelar atua como mediador e fiscalizador dos direitos e das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, constituindo um órgão que proporciona uma aproximação entre a sociedade e o Estado. Neste contexto, os conselheiros podem ser analisados com base na teoria da burocracia ao nível da rua, formulada por Lipsky (1980). Os “burocratas do nível de rua” são aqueles funcionários “[...] que interagem diretamente com os cidadãos no curso de seus trabalhos, e que têm critérios substanciais na execução do serviço que desempenha” (1980, p. xii). Nesta denominação, podem-se enquadrar, segundo Lotta (2014), policiais, professores, agentes de saúde, assistentes sociais, fiscais, entre outros, que trabalham diretamente com os beneficiários das políticas públicas. Suas ações, durante a implementação, são extremamente relevantes, uma vez que “[...] desempenham atividades-fim, [e] as rotinas que eles estabelecem, os expedientes que eles criam para contornar a incerteza e as pressões é que vêm a ser de fato as políticas públicas” (LIPSKY, 1980, p. xii). (Pase *et al.*, 2020, p. 1004).

No entanto, é imperativo reconhecer que as mudanças estruturais na sociedade geram novas demandas e nuances nas funções sociais do Conselho Tutelar. Este processo não se limita à punição, mas influencia a própria estrutura de socialização do indivíduo, moldando novos parâmetros em relação à legislação e ao convívio em sociedade (Pase *et al.*, 2020, p. 1006). Assim, a aplicação das medidas corretivas pode desencadear uma reconfiguração do contexto social em que o indivíduo está inserido, proporcionando a oportunidade de estabelecer melhorias tangíveis em sua vida.

Sendo assim, os conselheiros:

podem influenciar consideravelmente a qualidade das políticas implementadas. Essa influência pode se manifestar em razão de crenças, valores e vivências dos implementadores ou, ainda, em razão de o conselheiro atuar em prol de interesses individuais, privados, partidário ou de determinados grupos, em detrimento das demandas coletivas. Aliado a isso, o não efetivo funcionamento da rede de atendimento obsta, muitas vezes, a proteção dos direitos, visto que muitos serviços não são disponibilizados pelo município ou o são de maneira inadequada ou insuficiente. (Pase *et al.*, 2020, p. 1008).

Ao reconhecermos o papel vital do Conselho Tutelar na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, é crucial compreendermos sua capacidade não apenas de intervir em situações de violação, mas também de influenciar positivamente o desenvolvimento e a

ressocialização desses jovens. Esse entendimento profundo contribui para fortalecer não apenas o aparato legal de proteção, mas também os processos de transformação social que visam à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A educação é um termo tão abrangente que corresponde a toda prática social que propicie alguma aprendizagem. Isso corresponde a dizer que ela só pode ocorrer em um ambiente de interação, mesmo que não necessariamente em contato direto. Toda atividade que promova aprendizagem carrega um componente educativo. Mas a aprendizagem entendida dessa forma também é muito ampla. Afinal, o que é aprender? Tanto pode significar um simples conhecer quanto a aquisição de técnicas, ou o domínio efetivo de processos complexos. Aprender a fazer, a ter, a ser, ou seus respectivos inversos. Aprender por meio de coerção, ou de forma prazerosa. Pode ser uma aprendizagem positiva ou uma aprendizagem negativa. (Colares; Fonseca; Colares, 2021, p. 3).

Observa-se que a educação figura como um dos principais parâmetros utilizados no processo de transformação, constituindo-se como uma ferramenta fundamental nas instituições de socialização mencionadas. Dentro desses espaços, cursos e capacitações eram oferecidos como parte do esforço para reabilitar os indivíduos. Outro aspecto ressaltado por Selma refere-se à liberdade, na qual crianças e adolescentes podiam entrar e sair conforme desejavam. Entretanto, transformações ocorreram nesses segmentos ao longo do tempo.

Atualmente, nota-se uma mudança significativa nesses locais, destacados por Selma, onde uma estrutura de “prisão” foi implementada, submetendo o indivíduo a uma internação restritiva. Apesar dessa nova abordagem, continua existindo um esforço em proporcionar cursos e capacitações como meio de socialização e aquisição de novos conhecimentos. Contudo, persiste uma considerável dificuldade no processo de reintegração social, especialmente quando os adolescentes são liberados das medidas socioeducativas.

A respeito das medidas socioeducativas e o impacto da sua infraestrutura, Albuquerque e Junior (2021, p. 187) aduz:

Ainda, a prática demonstra uma infraestrutura e operacional precários, faltando o amparo necessário para a ressocialização. Liberati (2003, p. 35) destaca que “deveriam ser unidades especiais, dotadas de todos os serviços psicossociais, as mais variadas e modernas formas de terapias, sejam elas com fins exclusivamente terapêutico ou de ocupação, recreação e educação religiosa”. De imediato, o caráter educativo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ficam esquecidos no papel, pois, na prática, são ineficazes. Outro ponto que merece destaque é que o Estatuto, apesar de revolucionar o trato à população infanto-juvenil, ainda possui um corpo legal com lacunas, principalmente em que pese as medidas socioeducativas.

O cenário pós-liberação confronta-se com desafios complexos, sobretudo, em cidades pequenas, onde a identificação constante e a estigmatização desses indivíduos ocorrem de forma recorrente. Esta realidade impõe obstáculos significativos à mudança, já que o preconceito e o histórico de vida dos adolescentes em busca de trabalho, estudo, interações sociais e suporte familiar, entre outros aspectos, criam barreiras que o sistema atual não está preparado para superar.

Assim, tanto a sociedade como um todo quanto os indivíduos em processo de ressocialização enfrentam desafios psicológicos e sociais consideráveis. A falta de preparo para receber esses indivíduos reintegrados, aliada à resistência psicológica que eles precisam desenvolver para enfrentar a estigmatização e a discriminação, torna o sistema falho (Machado; Guimarães, 2014, p. 568). É crucial reconhecer esses desafios e trabalhar em direção a abordagens mais holísticas, promovendo uma reintegração eficaz e que considere a complexidade do processo de transformação pessoal e social.

Neste contexto, torna-se evidente como a criminalidade acaba envolvendo o indivíduo, muitas vezes sendo a única alternativa para garantir sua subsistência, como ocorreu com Selma. Ela se viu enredada em atividades criminosas, buscando na criminalidade uma resposta para as adversidades que enfrentava. Um episódio marcante em sua trajetória foi a tentativa de romper com esse ciclo, ao buscar abrigo em uma ocupação. No entanto, essa tentativa acabou sendo efêmera, resultando em um retorno a caminhos ainda mais desafiadores.

Atualmente, Selma nutre um sonho significativo: concluir seus estudos e ingressar na faculdade de Serviço Social. Essa aspiração reflete não apenas sua busca por um caminho diferente, mas também sua vontade de contribuir positivamente para a sociedade. Ao expressar esse desejo, Selma destaca a importância de adquirir conhecimento como uma ferramenta essencial para obter uma perspectiva mais ampla da vida.

Eu quero estudar pra ter uma... assim, uma visão melhor das coisas, assim né, que eu sou meia parafusada do juízo. Gosto muito de, assim, sabe o que eu queria ser, Lucas? Assistente Social. Entendes? Pra cuidar dos outros, esses bagulho, meu negócio é mais isso aí, mas trabalhar, trabalhar, assim de escritório esses bagulho eu acho que eu não... [...] Gosto de idoso, de criança. Esses bagulho assim eu gosto. Agora esses negócio de ir pra casa dos outros lavar prato ou ir pra ali fazer um negócio não, não me vejo fazendo isso não.

Essa reflexão de Selma destaca não apenas seu desejo de mudança pessoal, mas também sua inclinação natural para cuidar e contribuir para o bem-estar de outros. O anseio

por uma carreira em Serviço Social não apenas representa uma aspiração profissional, mas também sinaliza a busca por um propósito mais elevado, reforçando a importância de oferecer oportunidades e apoio para que indivíduos, como Selma, possam trilhar caminhos mais construtivos e realizadores.

O afeto que Selma nutre pelas crianças evidencia uma lacuna persistente em sua vida, especialmente por ter se separado de seus filhos em uma fase precoce. Ainda hoje, ela acalenta o desejo de reunir aqueles que estão vivos, almejando demonstrar que as escolhas equivocadas frequentemente resultaram de circunstâncias coercitivas impostas pelo sistema.

O carinho especial de Selma por crianças é um testemunho eloquente da ressonância emocional que a separação precoce de seus filhos deixou em sua vida. Essa lacuna, ainda aberta, reflete-se no seu anseio de reunir aqueles que continuam vivos, buscando estabelecer laços e reconstruir as conexões familiares. A necessidade de corrigir erros passados e demonstrar que suas escolhas muitas vezes foram condicionadas pelo contexto sistêmico se apresenta como um anseio profundo em sua narrativa.

É crucial compreender que, embora Selma admita a responsabilidade pessoal por suas escolhas, o contexto sistêmico também desempenhou um papel significativo, limitando suas opções e direcionando suas ações. Essa reflexão evidencia a complexidade das trajetórias de vida marcadas por desafios, arrependimentos e a busca contínua por redenção.

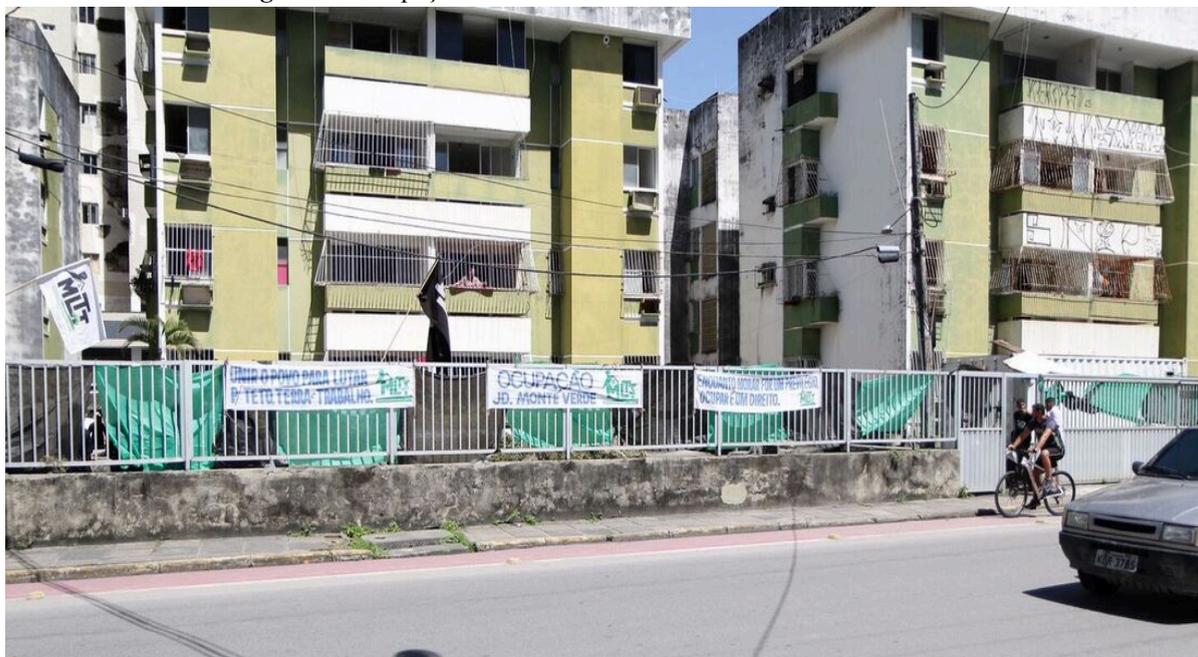
Ao destacar a afinidade de Selma com as crianças e seus desejos de reconciliação familiar, somos confrontados não apenas com a história individual dessa mulher, mas também com a necessidade mais ampla de abordagens sociais que compreendam e ajudem a reparar as consequências de sistemas que muitas vezes perpetuam ciclos de dificuldades, como Selma retrata em sua fala:

No meu ponto de vista a prefeitura deveria ter uma pessoa no poder que olhasse mesmo pra o povo, que olhasse pra o povo e pra as comunidades. Porque o dinheiro que rola não é só dos povo da, como que diz, desse povo rico não, o dinheiro que rola, geralmente, é das comunidades e esses povo da prefeitura de Jaboatão nunca olhou pra comunidade e nunca vai olhar se continuar essas mesmas carniças. Vai mudar em que? Em nada. Nunca mudou. Agora eu acho que quem vota deveria prestar atenção no que tá fazendo quando for votar e botar uma pessoa que realmente pense na gente. Quem vota em Jaboatão, eu sou uma voadora em Jaboatão, e eu só voto na pessoa se eu eu ver que ela realmente vai fazer alguma coisa, porque pra prometer, meu filho, na boca só beijo. E olhe lá.

Atualmente, Selma reside em uma ocupação vinculada ao Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho, encontrando-se próximo de concretizar o sonho de ter sua própria

moradia e obter as chaves correspondentes. No entanto, a trajetória até essa conquista foi permeada por dias e noites vivendo nas ruas, em condições precárias no bairro de Jardim Monte Verde.

**Imagem 24:** Ocupação Jardim Monte Verde onde Selma morava



**Fonte:** Folha de Pernambuco, 2023.

Nesse contexto, Selma enfrentou uma adversidade significativa quando seu barraco foi perdido devido a um deslizamento de terra na região. Por meio de amizades, ela teve conhecimento da ocupação Jardim Monte Verde (Imagem 24), onde buscou refúgio. Entretanto, essa estadia foi breve, durando apenas um mês e quinze dias, pois a ocupação foi alvo de uma reintegração de posse violenta (Fonseca, 2023), Selma lembrou que:

O prefeito não quer saber não, a prefeitura de Jaboatão quer saber não... quem vive em movimento social não. Você tira ali por exemplo, o prefeito foi duas vezes na escola Divino Mestre e não veio nenhuma vez na nossa ocupação. Porque? Porque a escola é de rico é? E a gente é pobre? Que prefeito é esse? Que líder é esse? Líder de que se ele não lidera nem o próprio povo? Se ele não ajuda o povo. Líder tem que ajudar o povo. Já tá dizendo, Líder. Líder é comando, comanda, ajuda, presta atenção no que tá acontecendo na sua cidade. Ele presta atenção em que? Em nada. Passamos quase três meses ali e saímos embaixo de cacete. Porque? Porque o prefeito não teve coragem de descer do carro dele, dentro da escola, do lado, falar com nós? Esse prefeito se importou com nós em que? Em nada. Se depender de mim, meu filho, tá reeleito pra nada.

Posteriormente, em busca de soluções para a situação habitacional dessas famílias, iniciou-se um processo de negociação envolvendo o governo do Estado, a Caixa Econômica

Federal e o município de Jabotão dos Guararapes. Esse diálogo resultou na doação de terras e na implementação de um projeto habitacional que visa construir diversos apartamentos destinados às famílias que ocupavam o local.

Essa narrativa não apenas ressalta a busca de Selma por um lar digno, mas também evidencia a complexidade das batalhas enfrentadas por muitos que lutam para superar condições adversas de moradia. Paralelamente, destaca a crucial importância de movimentos sociais e iniciativas de diálogo com as autoridades para viabilizar soluções habitacionais mais justas e acessíveis. É fundamental expandir esses diálogos, incluindo as perspectivas das infâncias e dos adolescentes, reconhecendo e celebrando a luta dos pais, conforme destacado por Selma:

A ocupação se você abraçar mesmo o movimento, não ficar naquela “eu to aqui porque eu quero ganhar uma casa, eu quero ganhar isso, eu quero ganhar aquilo” ela vai mudar você em tudo. Ela muda seu pensamento, ela muda seu ponto de vista de ver algumas coisas, ela muda, ela muda sua vida por completo. A minha, principalmente a minha, ela mudou por completo.[...] A minha filha, né Lucas, ela já é uma adolescente, já é mãe, mas depois que ela veio pra cá minha filha não tinha pedido uma fubá, não tinha pedido uma prata, no sinal e hoje em dia eu vejo minha filha no sinal falando do MLTT que tá precisando de uma verdura pra fazer uma sopa pra nós doar lá a outra pessoa, que a gente nem tem... pra mim é um orgulho em dizer que eu faço parte desse movimento porque a minha filha tá comigo fazendo coisas que ela nunca iria fazer na favela, entendesse? Pra mim... e eu espero que a minha outra filha venha também, participe de cada coisa pra ela saber o que é a vida de verdade e o movimento vai mostrar elas duas que eu mudei, mudei pelo movimento.

Essa reflexão profunda de Selma evidencia não apenas as mudanças pessoais resultantes de seu envolvimento no movimento, mas também a influência transformadora que essas experiências tiveram em sua família. Destaca-se não apenas a busca por moradia, mas a verdadeira metamorfose social que Selma experimentou e que agora se estende às próximas gerações, rompendo ciclos e proporcionando novas perspectivas de vida.

A trajetória de vida de Selma é profundamente integrante, marcada por uma constante luta contra um sistema que frequentemente lhe apresentava desafios difíceis. Este percurso ressalta a importância do período da infância e adolescência, etapas cruciais que não apenas desenvolvem mecanismos de sobrevivência, mas também podem deixar traumas irreparáveis que ecoam ao longo de toda a existência.

A adolescência de Selma, de maneira representativa, reflete a experiência de muitas mulheres no Brasil. Essas mulheres ainda enfrentam humilhações, exploração, lidam com a dolorosa separação de seus filhos e enfrentam diversos desafios em uma sociedade permeada

por preconceitos contra mulheres, negras, pobres e periféricas (Maia; Cascaes, 2017, p. 22). Muitas vezes, são reduzidas a objetos de desejo, o que ressalta a necessidade urgente de um diálogo mais amplo, abrangente e contínuo para transformar essa realidade.

É imperativo não apenas oferecer ações de auxílio, mas também compreender a urgência de abordar as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos. Isso implica em ir além da assistência pontual, buscando uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas (Maia; Cascaes, 2017, p.23). O diálogo contínuo é essencial para promover mudanças significativas, não apenas na vida de Selma, mas de todas as mulheres que compartilham experiências semelhantes, como Maia e Cascaes (2017, p. 23):

conclui-se que a violência contra a mulher ocorre de várias formas e em todas as classes sociais, sendo que seu combate depende fundamentalmente de novas políticas públicas, do cumprimento e criação de Leis mais rígidas, além do acompanhamento constante da mulher que sofreu ou sofre abuso, nas áreas de psicologia, segurança, serviço social e judiciário, junto a conscientização sobre problemas que afetam essas mulheres e da necessidade de superá-los, a fim de que se quebre o ciclo de violência contra as mesmas.

A transformação dessas realidades exige um comprometimento coletivo, uma conscientização generalizada e a implementação de políticas e práticas que reconheçam e respeitem a dignidade e os direitos dessas mulheres. Somente por meio de um esforço conjunto e uma abordagem holística podemos esperar moldar uma sociedade mais justa, inclusiva e compassiva para todos.

#### 5.4 FRIDA

Frida, uma mulher de 56 anos, mãe de dois filhos e atualmente casada pela segunda vez, é uma pessoa humilde que sempre lutou pelos seus interesses, principalmente durante a infância e adolescência. Nascida no Hospital Barão de Lucena, no Recife, Frida enfrentou desafios desde cedo, proveniente de uma família bastante pobre. Seu pai, oriundo de Surubim, interior de Pernambuco, enfrentava dificuldades financeiras, mas, conforme Frida relata, soube superar tais obstáculos ao longo do tempo: “Pegando fretes pelo interior, trabalhando muito, não tinha a mãe, e os pais não tinham dinheiro para comprar roupa. Naquela época, era roupa de saco que fazia, costurava a roupa. Era assim, e depois ele foi vencendo, foi crescendo”.

A mãe de Frida, por sua vez, teve uma criação diferente. Criada dentro de casa, sempre seguindo a tradição ensinada pelos pais, casou-se com o pai de Frida e dedicou-se à criação de quatro filhos. Em suas próprias palavras:

A mãe é assim, foi sempre criada, os pais dela ensinaram ela a só ficar dentro de casa, né? Aí casou com meu pai, criou quatro filhos, né, que eu tenho. Tive mais três irmãos, perdi um, né, que faleceu, mas sempre foi aquela mulher dentro de casa. Nunca trabalhou fora, nunca soube o que é isso de trabalhar fora. Ela fazia cursos que meu pai proporcionava, era costureira, costurava, fazia cursos de cozinhar, fazer comida, ela fazia bolo de noiva, essas coisas assim para ajudar.

Essas vivências destacam não apenas as diferenças entre os pais de Frida, mas também a resiliência de sua família diante das adversidades. A narrativa revela a superação do pai, que, mesmo em condições difíceis, encontrou maneiras de progredir, enquanto a mãe desempenhou seu papel tradicional, contribuindo para o sustento da família por meio de habilidades domésticas e cursos oferecidos pelo pai.

Durante parte de sua infância, Frida residiu com a avó, mas posteriormente mudou-se para morar com o pai no Recife. Na adolescência, fez uma nova mudança para Jaboatão dos Guararapes, mais precisamente no bairro do Curado. Ela descreve esse período da seguinte maneira: “[...] quando eu fui morar num bairro de Jaboatão que era no Curado, só tinha barro. Era tudo cheio de barro, nem pista tinha. A gente andava tanto para pegar um ônibus do Curado até a BR. A gente ia andando e só tinha mato”.

**Imagem 25:** Região periférica do curado que fica perto das BRs



**Fonte:** James Davidson, 2023.

Ao ingressar no bairro do Curado aos 12 anos, Frida foi confrontada com as adversidades inerentes à vida na periferia pela carência de planejamento urbanístico-ambiental, particularmente no que se refere à sua própria sobrevivência. A percepção de Frida sobre as dificuldades na região ecoa a análise de Lirio e Moura (2018), que apontam a carência de planejamento urbanístico-ambiental nos centros urbanos como um dos fatores responsáveis pelos problemas ambientais nas cidades. A ausência de políticas públicas efetivas e a deficiência nos sistemas de saneamento básico contribuem para uma ocupação inadequada do espaço urbano.

Frida descreve a região do Curado como enfrentando carências expressivas, evidenciadas por uma infraestrutura precária e desafios diários para acessar meios de transporte. A falta de pavimentação nas vias, somada à longa jornada até a BR, destaca as limitações estruturais do local. Essa realidade impacta diretamente na qualidade de vida dos residentes, refletindo a necessidade urgente de intervenções e investimentos que propiciem uma melhoria substancial nesses espaços periféricos.

A compreensão desses desafios reforça a importância de abordagens integradas, envolvendo políticas públicas, planejamento urbano e investimentos em infraestrutura para promover uma transformação positiva nas condições de vida das comunidades periféricas, como a do bairro do Curado (Imagem 26).

**Imagem 26:** Portal de entrada para o município de Jaboatão dos Guararapes, PE



Fonte: James Davidson, 2023.

Nesse contexto, a dificuldade financeira era uma realidade constante para Frida e sua família. O valor destinado ao aluguel muitas vezes competia com as necessidades básicas, como alimentação. A escolha entre pagar o aluguel da casa em que moravam e garantir o sustento evidenciava a constante luta pela sobrevivência em meio às adversidades dos pobres urbanos. Essa experiência na adolescência moldou a compreensão de Frida sobre a importância da resiliência e da superação diante dos desafios cotidianos.

O bairro do Curado, situado na parte de Jaboatão dos Guararapes, é notável por sua extensão considerável, sendo subdividido em cinco comunidades limítrofes: Curado I, II, III, IV e Curado V. Estrategicamente localizado no setor norte do município, próximo ao Recife e ao município de São Lourenço da Mata, o Curado possui uma infraestrutura de fácil acesso, atravessado por importantes rodovias como a BR 232 e 408, além de contar com linhas de metrô e trem (Davidson, 2017), além de abrigar o Terminal Integrado de Passageiros (TIP), que é a rodoviária que liga Região Metropolitana do Recife às outras cidades brasileiras.

Apesar de sua ampla extensão territorial, o Curado enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de precariedade em suas regiões. A distância em relação à parte central de Jaboatão, somada à falta de ações efetivas por parte das gestões anteriores, contribuiu para as condições precárias do bairro. Inicialmente planejado, o Curado viu-se transformado ao longo do tempo, principalmente com a instalação de diversas empresas na região, fato que foi seguido pela implementação de projetos habitacionais com recursos do Banco Nacional de Habitação. Tais projetos incluíam edifícios de quatro e três andares, além de casas térreas (Davidson, 2017).

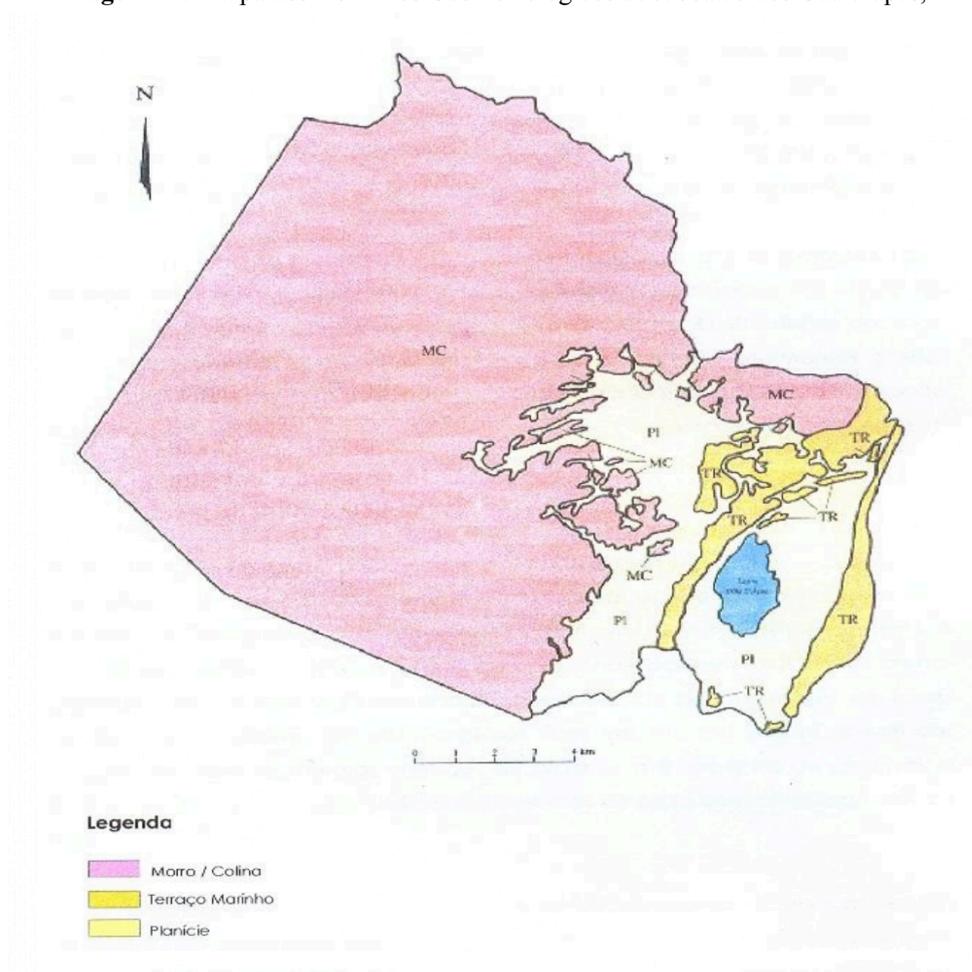
Contudo, apesar do planejamento inicial, o bairro enfrentou desafios desde o início. A falta de áreas de lazer, como praças e parques, tornou-se uma lacuna evidente, contribuindo para uma realidade que inclui ocupações desordenadas nos espaços livres entre os edifícios. Essa ausência de infraestrutura e espaços de convívio afeta negativamente a qualidade de vida dos moradores do Curado, destacando a necessidade de intervenções e investimentos que promovam melhorias na infraestrutura e na organização do bairro.

Dessa maneira, torna-se evidente a importância da implementação de políticas públicas direcionadas ao processo habitacional e à continuidade desse acompanhamento. Através desse monitoramento, novas possibilidades e regiões podem ser estruturadas, criando novos segmentos urbanos. Infelizmente, o bairro do Curado foi alvo de uma estratégia inicial que não recebeu continuidade e fiscalização. O aumento populacional e a demanda por moradia resultaram na formação de comunidades, muitas vezes marginalizadas pelo sistema.

Esse cenário é complexo, sendo afetado tanto pela falta de continuidade nas ações das gestões municipais, que frequentemente mudam de enfoque, quanto pela ausência de desenvolvimento social e urbano nessas áreas. Para superar esses desafios, é necessário estabelecer um diálogo contínuo com a comunidade, abordando questões cruciais como saneamento básico, preservação ambiental e a promoção de vivências coletivas.

Outra preocupação é a construção precária em áreas de morro, propensas a deslizamentos de terra, colocando em risco a vida dessa população em constante crescimento. Muitas vezes, esses locais são a única opção disponível para essa população em busca de moradia. A cidade de Jaboatão dos Guararapes apresenta uma diversidade geográfica, englobando planícies costeiras, terraços marinhos e áreas de morros e colinas (Galindo, 2002, p.46). Essa diversidade demanda uma abordagem específica para cada região, com medidas preventivas e estratégias de urbanização que levem em consideração as características geográficas do município (Imagem 27).

**Imagem 27:** Mapa dos Domínios Geomorfológicos de Jaboatão dos Guararapes, PE.



**Fonte:** Valéria Maria Hirschle Galindo, 2002.

Ao observar a realidade atual do bairro do Curado em comparação com as narrativas de Frida, na qual ela descreve a precariedade na locomoção para outros locais, torna-se evidente que houve alguns avanços, embora de maneira lenta e aquém do potencial de melhoria. Nota-se a construção de diversas moradias na região, refletindo um planejamento inicial e um interesse em transformar a condição existencial do local.

Entretanto, esses esforços não foram acompanhados por um diálogo eficaz entre a comunidade e as autoridades responsáveis. A falta desse diálogo comprometeu a eficácia das mudanças propostas, impedindo a potencialização de outros interesses e a criação de mecanismos mais eficientes para a sobrevivência da população local. Uma abordagem mais participativa e integrada entre os moradores e as instâncias responsáveis poderia ter gerado resultados mais expressivos na melhoria das condições de vida no bairro do Curado (Imagem 28).

**Imagem 28:** Imagem da BR vista do bairro do Curado



**Fonte:** James Davidson, 2017.

Após um período inicial de desafios, o pai de Frida ingressou na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Imagem 29), cujo prédio localizava-se na cidade universitária, na Avenida Professor Moraes Rego, em frente ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. Ao longo do tempo, ele conquistou estabilidade e progrediu em sua carreira, ascendendo a diferentes cargos, como relata Frida:

Lembro da SUDENE, onde meu pai começou a trabalhar. Inicialmente, ele realizava tarefas simples, como limpar o chão com palha de aço. No entanto, à medida que os anos passavam, ele foi se qualificando e progredindo, até alcançar um cargo mais elevado. Participou de concursos, graduou-se na escola, numa época em que isso era mais acessível. Finalmente, passou no concurso da Universidade Federal.

Mesmo diante das adversidades, Frida cultivava o hábito de estudar, incentivada pelo pai a buscar uma mudança de vida e melhores condições. Ela recorda que “antigamente o ensino era diferente. Tínhamos que aprender a soletrar, havia palmatórias, castigos”. Durante essa época, a educação era mais rigorosa, com métodos punitivos e a imposição de castigos físicos como prática comum.

Atualmente, compreendemos que a abordagem educacional é mais sensível à diversidade de aprendizado, reconhecendo que cada indivíduo tem seu próprio tempo e método de aprendizagem. Além disso, considerações especiais são dadas a condições como o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), um transtorno neurobiológico que pode persistir ao longo da vida e que requer abordagens educacionais mais adaptativas (Ministério da Saúde, 2014). Este novo entendimento busca respeitar as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem de cada aluno.

**Imagem 29:** Prédio onde antigamente funcionava a SUDENE, onde o pai de Frida trabalhava



**Fonte:** Brasil de Fato, 2017.

Apesar de enfrentar desafios como uma educação punitiva, condições precárias de moradia, dificuldades de locomoção e ausência de saneamento básico, Frida e sua família sempre buscaram superar essas adversidades. Contudo, aos 14 anos, sua vida tomou um novo rumo ao conhecer um rapaz que se tornaria seu primeiro marido. Aos 15 anos, grávida, Frida viu-se obrigada a interromper seus estudos, incluindo o curso técnico e a escola.

A situação tornou-se ainda mais complexa quando foi expulsa de casa pelo pai, cujas convicções rígidas, típicas de uma mentalidade interiorana, não aceitavam a gravidez e a ideia de que ela morasse com ele. Nas palavras de Frida:

Meu pai era muito rígido, um homem do interior. Se namorasse, tinha que casar. Quando engravidei, ele me botou para fora de casa. Então, fui morar na rua por um tempo até encontrar uma pensão aos quinze anos. Lá, trabalhava para a dona em troca de uma refeição e um lugar para dormir. Depois de um tempo, consegui sair dessa situação e construir meu próprio barraco.

A expulsão de casa pelos pais foi uma reviravolta significativa na vida de Frida, destacando não apenas as dificuldades enfrentadas por uma jovem grávida, mas também sua resiliência ao superar obstáculos e conquistar sua independência. Frida encontrou um caminho para criar sua família, demonstrando força e determinação diante das adversidades.

Nesse contexto, é perceptível na narrativa de Frida o peso atribuído, tanto antigamente quanto nos dias atuais, às mulheres que enfrentam uma gravidez, especialmente quando ocorre em uma idade precoce e, muitas vezes, sem o entendimento pleno das responsabilidades envolvidas (Dadoorian, 2003, p. 85). A gravidez na adolescência continua sendo uma experiência desafiadora para a saúde da mulher, uma vez que ela ainda está em fase de desenvolvimento, tanto cognitiva quanto corporalmente (Diniz, 2010, p.20). É crucial ressaltar que o corpo deve estar preparado para uma gestação saudável, e essa condição nem sempre está presente em adolescentes.

Infelizmente, no Brasil, ainda ocorrem casos de gravidez na adolescência devido à falta de informação sobre métodos contraceptivos, ausência de educação sexual nas escolas e falta de diálogo aberto sobre sexualidade entre os jovens e seus responsáveis (Diniz, 2010, p.29). Atualmente, o tema do sexo é muitas vezes tratado como um tabu, quando, na verdade, deveria ser abordado de maneira aberta e inclusiva. Essa falta de diálogo contribui para situações como a vivenciada por Frida, que se viu grávida, morando nas ruas de Jaboatão, sem o apoio de pais, familiares, amigos ou órgãos governamentais, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e preventiva. Sendo assim:

Discutir gravidez na adolescência em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/ étnicas e de gênero como o do Brasil demanda acuidade, competência teórica e técnica, e principalmente respeito à vida de milhões de adolescentes. Esses são sujeitos de direitos, em processo de aprendizado da autonomia, do cuidado e controle de si e da sexualidade, como dimensão inerente às relações sociais (Cabral; Brandão, 2020, p.1).

Durante um extenso período, Frida enfrentou a árdua realidade de viver nas ruas até que, eventualmente, encontrou auxílio através de uma moça na pensão. Seu desejo sempre foi conquistar sua casa própria, e ao ouvir falar de uma ocupação, decidiu juntar-se a ela. Com o dinheiro que obtinha trabalhando na pensão, iniciou a construção do seu barraco. Entretanto, essa jornada não foi fácil, como ela descreve:

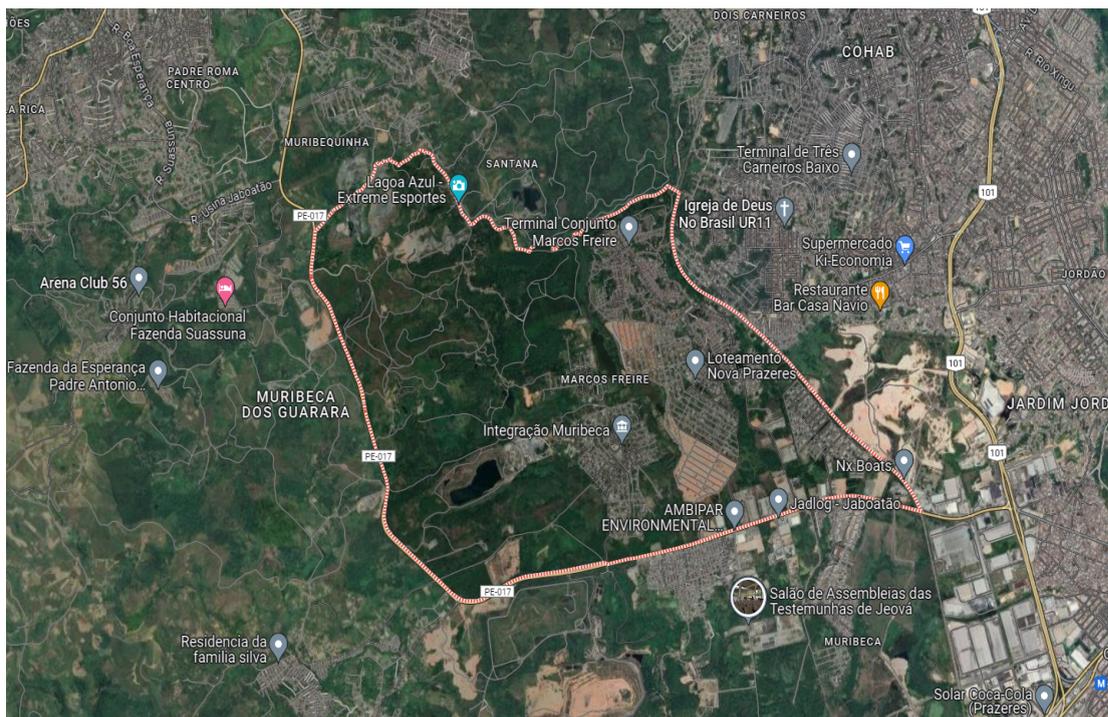
Havia muita gente, muitas famílias, todas carentes, todos na rua passando necessidade. Moravam muitas pessoas, cada um em seu quadrado, utilizando papelão, tábuas velhas, tudo que se achava no lixo, materiais recicláveis eram reaproveitados para construir os barracos. Éramos muitas famílias.

Conversávamos, fazíamos amizades, tínhamos filhos. Como mulheres, éramos mais calmas, mais solidárias, nos apoiávamos mutuamente, enfrentando juntas as adversidades. Não tínhamos paredes reais, construíamos com tábuas, madeira, papelão, qualquer material disponível. Usávamos lençóis, panos, criávamos com o que tínhamos à disposição. Pronto, assim estávamos dividindo os espaços, usando paus.

Estávamos sobrevivendo. Juntávamos dinheiro para os fios elétricos, puxávamos energia, carregávamos água, criávamos um quadrado para ser o banheiro.

A ocupação que Frida menciona evoluiu ao longo do tempo, transformando-se no bairro de Marcos Freire (Imagem 30) em Jaboatão dos Guararapes. Ela destaca as mudanças que ocorreram, incluindo melhorias nos transportes públicos, como a chegada de linhas de ônibus e micro-ônibus que facilitaram o deslocamento dentro do bairro. No entanto, ela ainda aponta as precariedades, como a escassez constante de água, ajustes frequentes na instalação elétrica improvisada, esgoto a céu aberto, acumulação de lixo e danos causados pelas chuvas. Mesmo diante dessas dificuldades, a solidariedade e a colaboração entre os moradores continuaram presentes, fortalecendo a comunidade ao longo dos anos até conquistarem a posse do terreno.

**Imagem 30:** Mapa da localização do bairro de Marcos Freire de Jaboatão dos Guararapes, PE. Esse local foi onde Frida participou da ocupação



Fonte: Google Maps, 2024.

Frida relembra o momento em que sua mãe a visitou durante o período em que estava na ocupação, demonstrando preocupação com a situação dela e do filho. Contudo, Frida assegurou que estavam bem. A experiência na ocupação foi um ponto crucial em sua vida, conforme ela destaca o impacto positivo dos movimentos sociais de luta por moradia em sua perspectiva, afirmando: “Acho correto que a gente lute por uma moradia digna. É um direito de toda a população, de todo ser humano. Ter um teto para morar é essencial para sobreviver. Você constrói uma família, um lar a partir de um teto, de quatro paredes”.

É imperativo notar o elevado *déficit* habitacional ainda presente em Jaboatão dos Guararapes, o qual é um desafio não apenas local, mas também nacional. Pernambuco ocupa a liderança no Nordeste e a terceira posição no Brasil, evidenciando a existência de 9.299 famílias vivendo sob a ameaça de despejo no estado, conforme dados de Nunes (2021). Essa realidade ressalta a urgência de planejamentos urbanos eficientes e de iniciativas voltadas para a moradia da população mais necessitada, como retrata Fortunato (2015, p. 191):

O direito à moradia faz com que vários outros direitos possam ser assegurados, como a educação, a saúde, o lazer e o trabalho, ou seja, aquele que não tiver uma moradia adequada dificilmente conseguirá exercer seu direito à educação, estará exposto a intempéries, insalubridades e, também, encontrará dificuldades para conseguir um emprego ou estabelecer outras formas de relações sociais, pois na grande maioria das vezes é exigido um comprovante de residência para a contratação do trabalhador.[...] Não basta dizer que o direito à moradia constitui o fato de o ser humano ter uma casa. Além disso, devem ser assegurados o acesso à água potável, recolhimento de

esgoto e lixo doméstico, rede de fornecimento de energia elétrica, transporte público, serviços de educação, saúde e trabalho de fácil acesso.

Atualmente, muitos centros urbanos apresentam espaços vazios e prédios desocupados, indicando a necessidade de revitalização através da construção de moradias, abrigos e outras intervenções que promovam a função social desses locais. Frida ressalta essa questão ao mencionar: “Tem tanto terreno, né, aí pra fazer construção, né, e até hoje em dia, nada. Principalmente Jabotão, né, tem tanto terreno aqui”.

Essa constatação destaca a importância de um planejamento efetivo, principalmente em uma cidade como Jabotão dos Guararapes, que abriga diversas empresas. A presença dessas empresas pode não só impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade, gerando mais renda, como também contribuir para equipá-la com infraestrutura e serviços essenciais. Contudo, para alcançar esses objetivos, é fundamental aprimorar a gestão municipal e estabelecer estratégias claras para o planejamento e execução dessas transformações.

Outro ponto relevante é como a educação pode impactar diversos segmentos e criar oportunidades. Ao ser questionada sobre a educação na ocupação, Frida recorda que havia momentos em que algumas pessoas ensinavam “[...] aos filhos o melhor. Crochê, artesanato, tinha essas coisas, fazendo essas coisas”. Isso evidencia que a educação ia além da mera transmissão de conhecimentos acadêmicos, fortalecendo a criatividade e demonstrando a importância de estimular habilidades diversas desde a infância. Durante sua adolescência, Frida percebeu seus próprios interesses emergindo nesse processo, destacando a necessidade de promover o desenvolvimento e a potencialidade das crianças e adolescentes, como traz Rattner (1967, p.78).

Contudo, para que possa realizar todo seu potencial criativo, são necessários educação, formação técnica e profissional, uma administração eficiente e honesta e, finalmente, um clima social de liberdade e tolerância, em que se desenvolva uma cooperação estreita e eficiente entre administradores e empregados, governo e cidadãos, enfim, entre todos os níveis e camadas sociais e políticas da Nação.

Em última análise, são o sistema político e sua administração pública que desempenham papel decisivo em todos os esforços e aspirações para o desenvolvimento, através da elevação dos níveis de produtividade: sua atuação na instalação de uma infraestrutura, sua administração dos serviços essenciais de educação, saúde, previdência social, enfim, a coordenação de todos os setores de atividade, privados e governamentais, incentivando e estimulando a opinião pública, são indispensáveis para o bom êxito de uma política desenvolvimentista.

Ao ser questionada sobre seu envolvimento na ocupação, Frida responde que era incentivada a participar de todas as atividades, mesmo com o filho, trabalho e muitos afazeres. Ela afirma: “Eu participava, né, que é pra ajudar, né, porque a gente tem que lutar, se juntar pra poder ter o direito à nossa moradia, moradia digna, né”.

É válido ressaltar como a cidade está intrinsecamente ligada à vida de seus habitantes, especialmente para aqueles que não têm para onde ir, mas precisam de um lugar para se estabelecer, como era o caso de Frida antes das transformações sociais ocorridas na comunidade e na ocupação. Apesar dos avanços, Frida destaca a necessidade de atenção do governo em vários setores, incluindo creches, escolas, postos de saúde e hospitais, para melhorar a qualidade de vida da população.

Frida destaca a influência positiva da cidade, ressaltando a disponibilidade de terra em Jabotão. No entanto, ela retoma a importância de um apoio mais efetivo do governo para infraestrutura essencial. Frida enfatiza a necessidade de investimentos em creches, escolas, postos de saúde e hospitais, reconhecendo que há espaço mais do que suficiente para melhorias substanciais. No que diz respeito ao transporte e à educação, ela destaca as carências, especialmente a falta de escolas e cursos para os jovens, apontando para a demanda crescente da população em relação à oferta insuficiente de instituições educacionais.

A história de Frida ressalta a carência de assistência em várias áreas, um reflexo da falta de diálogo e atenção dedicados a essa parcela da população nas ocupações. Para enfrentar os desafios existentes, é fundamental promover discussões e ações que possam efetivamente transformar a legislação e as perspectivas de vida na cidade de Jabotão dos Guararapes.

Ao envolver crianças e adolescentes na gestão urbana, é possível criar novos mecanismos que abram espaço para a inclusão efetiva da comunidade. Essa inclusão não apenas facilitaria diálogos construtivos, mas também fortaleceria a voz da população jovem, uma parte fundamental da sociedade que frequentemente é negligenciada em processos decisórios (Pérez; Jardim, 2015, p. 209).

A participação ativa da infância é essencial para construir uma cidade mais equitativa e orientada para o futuro. O diálogo frequente com crianças e adolescentes pode identificar necessidades específicas, resultando em políticas públicas mais eficientes e abrangentes. Além disso, ao promover a educação sobre direitos e responsabilidades desde cedo, cria-se uma base sólida para o crescimento saudável da sociedade, como retrata Pérez e Jardim (2015, p. 209)

Entendemos que as crianças, assim como os adultos, produzem e são produzidas pela espacialidade e pelos elementos materiais que compõem a cidade. Elas se reconhecem e falam a partir de um lugar. Se esse espaço sofre mudanças e rupturas, as imagens produzidas sobre si mesmas também poderão sofrer transformações (Pérez, 2014). Por isso, é importante viabilizar a participação desse grupo social, de modo que suas opiniões e necessidades sejam contempladas tanto na orientação das políticas públicas quanto nos projetos de intervenção na infraestrutura, no espaço e nos equipamentos urbanos a elas direcionados.

A cidade de Jabotão dos Guararapes tem um vasto potencial de crescimento, mas é crucial direcionar esforços para resolver questões fundamentais, como a falta de escolas e oportunidades educacionais, a necessidade de infraestrutura básica e a melhoria do transporte público. O diálogo contínuo, o engajamento da comunidade e a conscientização sobre a importância de investir na infância são elementos fundamentais para construir uma cidade mais justa, inclusiva e próspera.

## 5.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS URBANOS EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

Os resultados desta pesquisa são fundamentais ao considerarmos os principais *insights* obtidos a partir das narrativas de Marighella, Frida e Selma, que oferecem diferentes perspectivas sobre a vida em Jabotão dos Guararapes e suas interações com a cidade. Os relatos desses indivíduos revelam a complexidade das experiências vividas por aqueles que enfrentam a realidade de moradores de rua e ocupações precárias na cidade. Além de expor os desafios enfrentados, suas histórias ressaltam a resiliência e a determinação em buscar formas de sobreviver e prosperar em um ambiente adverso.

Essas narrativas também demonstram como a cidade se desenvolve ao longo do tempo, revelando semelhanças com muitas outras cidades, onde crianças e adolescentes ainda sofrem com a falta de investimento e participação social (Freitas; Gouvea, 2023, p. 205). A ausência de uma inclusão efetiva no planejamento e desenvolvimento urbano afeta milhares de infâncias, que poderiam estar mais inseridas nesses processos. Como destacado por Vidal *et al.* (2023, p. 147):

As crianças emergem como uma força sem voz, usualmente relegadas das decisões de planejamento (Derr e Tarantini, 2016). Porém, as crianças são utilizadores recorrentes dos jardins e parques urbanos, procurando nestes espaços a oportunidade de liberdade, imaginação e criatividade (Ferret, 2020). A grande questão, ou desafio, que se coloca no desenho de cidades

inclusivas e sustentáveis é: até que ponto estes espaços têm em consideração as expectativas das crianças e se, quando planejados, mesmo em pequenas intervenções, contemplam os benefícios cientificamente comprovados na promoção do bem-estar físico e mental das mesmas. O texto apresenta uma breve incursão sobre as oportunidades e benefícios dos espaços verdes urbanos, além de elencar as inúmeras iniciativas e projetos que têm procurado trazer as crianças para o planejamento urbano.

Esse trecho destaca a importância de considerar as expectativas e necessidades das crianças no planejamento urbano, algo que é frequentemente negligenciado (Vidal *et al.*, 2023, p. 147). Portanto, as histórias de Marighella, Frida e Selma não só iluminam os desafios presentes, mas também sublinham a necessidade de uma maior inclusão social e de um desenvolvimento urbano mais sensível e responsável, especialmente em relação às crianças e aos adolescentes que são moradores da cidade (Vidal *et al.*, 2023, p. 147).

A importância da cidade no processo de construção da vida das pessoas reside no fato de que ela proporciona um ambiente onde se pode vivenciar a realidade de viver em comunidade. Nesse contexto, surgem conflitos de interesses que, por sua vez, geram novas reflexões sobre a inclusão social (Chawla; Vilet, 2017, p. 537). A popularização da convivência comunitária fomenta a constante perspectiva de dialogar e problematizar interesses, considerando tanto o indivíduo quanto o coletivo e relacionando diferentes realidades.

Como destacado por Bizzotto *et al.* (2024, p. 4):

A participação social pode ser entendida como uma dimensão presente na vida das crianças no exercício da sua cidadania. É um processo formativo eficaz na vivência do presente, não tendo necessariamente uma intencionalidade para o futuro, nem sendo uma preparação para a vida adulta (Morales e Shabel, 2020; Rosenberg e Mariano, 2010). Como observa Shabel (2019), a forma como as crianças se expressam e se envolvem na política é diferente da dos adultos, envolve o corpo numa dinâmica híbrida entre brincar e lutar, o que explica a presença do lúdico nas manifestações e outras dimensões participativas no cotidiano, como encontros e divisões de tarefas.

Este trecho destaca que a participação social das crianças é um aspecto crucial de sua cidadania, vivida no presente e não apenas como preparação para o futuro. A maneira única como as crianças se expressam e participam politicamente, combinando brincadeira e luta, reforça a necessidade de um ambiente comunitário que valorize e integre essas formas de participação (Bizzotto *et al.*, 2024, p. 4). Dessa forma, a cidade se torna um espaço de aprendizado e desenvolvimento contínuo, onde diferentes interesses e realidades se encontram

e se articulam, promovendo um desenvolvimento urbano inclusivo e sensível às necessidades de todos os seus habitantes, especialmente das crianças (Chawla; Vilet, 2017, p. 542).

A análise das memórias desses entrevistados permite uma reflexão profunda sobre como a cidade influencia a formação e a construção de vida de seus habitantes. A partir das experiências de Marighella, percebe-se que a cidade oferece potenciais inexplorados que podem ser aproveitados para ampliar tanto ideologicamente quanto estruturalmente o desenvolvimento urbano (Freitas; Gouvea, 2023, p. 205). Isso sugere a importância de políticas públicas que promovam não apenas a inclusão social, mas também a participação ativa de crianças e adolescentes na construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Em pesquisa realizada em um movimento social de habitação coletiva em Buenos Aires, Shabel (2019) mostra que a ação política das crianças não se dá separada dos adultos, e que a formação de sua subjetividade política não se limita ao que os adultos pretendem forjar. Isto revela a necessidade de repensar o que entendemos por participação e ação social das crianças. Isto está em linha com o que Torres-Velázquez (2019, p. 90) aponta como mover-se ‘para além dos discursos a partir de uma abordagem baseada em direitos e mais perto das práticas das comunidades, dos povos e das organizações sociais e políticas (Bizzotto *et al.*, 2024, p. 4).

Assim, é fundamental que o desenvolvimento das políticas e seus investimentos sejam feitos de maneira dinâmica e inclusiva, envolvendo ativamente as crianças e adolescentes (Bizzotto *et al.*, 2024, p. 4). É essencial que essas gerações sejam inseridas na construção social da cidade, fortalecendo os meios muitas vezes não representados ou até invisibilizados pelo sistema, que frequentemente oprime e afasta aqueles que mais precisam de mudança (Halton; Aisu, 2021, p. 6).

A vida de Marighella é uma das representações da cidade que precisa reconhecer essas fragilidades e realizar implementações significativas. A cidade deve ser um espaço que valorize a diversidade de experiências e promova a inclusão ativa de todos os seus habitantes, especialmente aqueles que têm sido historicamente marginalizados (Halton; Aisu, 2021, p. 4). Dessa forma, a construção de uma cidade mais justa e sustentável torna-se possível, com políticas públicas que reconheçam e respondam às necessidades de todas as suas comunidades.

Por outro lado, a história de Frida destaca a capacidade de resiliência individual diante de adversidades pessoais, mostrando como a cidade pode ser um espaço de oportunidades para aqueles que buscam reconstruir suas vidas (Chawla; Vilet, 2017, p. 546). Sua trajetória exemplifica a força dos moradores de Jabotão dos Guararapes em enfrentar desafios e

encontrar caminhos alternativos para alcançar seus objetivos. Jabotão dos Guararapes se revela um local importante e potencializador, capaz de mudar a vida das pessoas e construir interesses importantes, muitas vezes não desenvolvidos em outras regiões, como exemplificado pela vida de Frida.

Mesmo vivendo nas ruas e ocupações em Jabotão dos Guararapes, Frida teve seus direitos violados, especialmente devido ao estigma associado à vida nas ruas. Esse estigma afasta a população em situação de rua, tornando-os invisíveis, alvo de preconceito e criminalização. Essas pessoas, muitas vezes, enfrentam dificuldades para conseguir emprego, documentos como carteira de trabalho, e outros serviços essenciais que requerem um endereço fixo. Essa situação perpetua a marginalização e impede que esses indivíduos, que poderiam ser agentes de mudança, alcancem uma vida digna.

A história de Frida é um exemplo de tentativa de romper com essa realidade, mas nem todos conseguem o mesmo sucesso, especialmente diante de um contexto histórico de gerações vivendo nas ruas, onde avós, pais e irmãos perpetuam esse ciclo. Romper com essa realidade é desafiador, principalmente pela falta de acesso a recursos como centros de ajuda e instituições de apoio que não conseguem fornecer a assistência necessária a essa população vulnerável (Halton; Aisu, 2021, p.204).

Portanto, é crucial que políticas públicas sejam desenvolvidas para apoiar essas pessoas, proporcionando-lhes as ferramentas e oportunidades necessárias para que possam superar essas barreiras e reconstruir suas vidas. A cidade de Jabotão dos Guararapes deve ser um exemplo de inclusão e suporte, demonstrando que é possível transformar vidas e oferecer um futuro melhor para todos os seus habitantes, independentemente de sua situação atual.

Os estereótipos e a discriminação criam segregação profundas na população, negando o reconhecimento de crianças e adolescentes como seres de direitos. Como retratam Halton e Aisu (2021, p. 2 a 3):

As violações do direito à não discriminação das crianças em situação de rua são frequentes e generalizadas e geralmente incluem discriminação no acesso ao seu direito à habitação. A discriminação e a ligação à rua cruzam-se significativamente: a discriminação pode causar a situação de sem-abrigo, o que faz com que as crianças fiquem ligadas à rua, e aqueles que estão frequentemente ligados à rua enfrentam uma maior discriminação, incluindo no acesso à habitação. O estigma social é enfrentado por crianças em situações de rua em todo o mundo e tem um forte impacto no seu acesso à habitação. [...] Estas crianças são geralmente consideradas ladrões, o que faz com que sejam criminalizadas e, por vezes, presas, em vez de lhes permitir aceder aos seus direitos fundamentais.

Essas barreiras sociais e institucionais perpetuam a marginalização de crianças e adolescentes em situação de rua, tornando difícil para eles romper o ciclo de pobreza e exclusão (Halton; Aisu, 2021, p. 2 a 3). O estigma que os rotula como delinquentes não apenas criminaliza essas crianças, mas também as impede de acessar recursos básicos, como moradia e educação, necessários para seu desenvolvimento e inclusão social.

Para mudar essa realidade, é essencial que haja um esforço conjunto de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos dessas crianças, proporcionando-lhes acesso a serviços e oportunidades que possibilitem uma vida digna (Chawla; Vilet, 2017, p. 543). É imperativo que a sociedade, como um todo, trabalhe para dismantlar os preconceitos e estigmas associados à vida nas ruas, reconhecendo essas crianças e adolescentes como indivíduos com direitos plenos, merecedores de respeito e apoio.

O caso de Selma revela a luta contínua por justiça social e igualdade, evidenciando os esforços coletivos para transformar a realidade local e garantir condições dignas para todos os cidadãos. Sua participação em movimentos de ocupação reflete a importância da solidariedade e da mobilização comunitária na construção de uma cidade mais inclusiva e equitativa. Como ressaltado por Vidal *et al.* (2023, p. 147):

As cidades são uma construção social e, portanto, tendencialmente desiguais na distribuição de recursos numa lógica multidimensional que reproduzem e traduzem relações de poder através da morfologia urbana e social (Lefèbvre, 1974). Há vários tipos de desigualdades (Therborn, 2006). Desde logo, as desigualdades vitais que se configuram na componente biológica das desigualdades perante a vida, morte e saúde e da vulnerabilidade dos indivíduos em relação às mesmas (Costa, 2012). Existem também desigualdades existenciais que se reportam à própria condição humana, materializando-se diretamente no quotidiano dos indivíduos em termos de liberdade, direitos e reconhecimento. Acrescem as desigualdades de recursos que incluem as que se referem aos rendimentos, escolaridade, qualificação profissional, competências cognitivas e culturais, posição hierárquica nas organizações e acesso a redes sociais e infraestruturas/serviços.

Em síntese, os resultados desta pesquisa não apenas oferecem *insights* sobre as experiências individuais de Marighella, Frida e Selma, mas também contribuem para uma compreensão mais ampla das dinâmicas urbanas em Jabotão dos Guararapes. As histórias desses entrevistados ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social, valorizem a diversidade de experiências e fortaleçam o tecido social da cidade, buscando sempre garantir condições de vida dignas e oportunidades para todos os seus habitantes.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou aprofundar e ampliar a compreensão da inclusão de crianças e adolescentes na construção da cidade. Partindo das memórias de indivíduos que enfrentaram a realidade de moradores de rua em Jabotão dos Guararapes e optaram por residir em ocupações muitas vezes precárias, a pesquisa destaca a determinação dessas pessoas em buscar uma forma de sobreviver na cidade. O contexto de Jabotão dos Guararapes torna-se emblemático, refletindo a realidade de várias outras cidades brasileiras.

Explorar a perspectiva dos adultos sobre suas vidas possibilita uma reflexão profunda sobre como a cidade influencia sua formação e construção de vida. O caso de Marighella, por meio de sua experiência na ocupação, revela que a cidade oferece muito mais para ser

explorada e expandida, tanto ideologicamente quanto estruturalmente. Isso é especialmente relevante em Jabotão dos Guararapes, uma cidade com diversas dimensões que ainda carece de plena exploração e desenvolvimento. A participação ativa de crianças e adolescentes na construção da cidade não apenas contribui para essa expansão, mas também promove a construção de ideologias e perspectivas que beneficiam toda a população.

O caso de Frida representa a capacidade de resiliência e a luta pela independência em Jabotão dos Guararapes. Sua trajetória, marcada pela expulsão de casa enquanto jovem grávida e sua subsequente determinação para superar obstáculos e construir uma nova vida, reflete a própria essência da cidade. Assim como Frida, Jabotão dos Guararapes é um lugar onde a adversidade é enfrentada com coragem e a reconstrução é possível. A história de Frida exemplifica a força e a determinação dos habitantes da cidade, que, apesar das dificuldades, encontram maneiras de desenvolver-se e contribuir para a comunidade.

Já o caso de Selma representa a luta por justiça e igualdade social em Jabotão dos Guararapes. Selma, que enfrentou inúmeros desafios ao longo de sua vida, reflete a resistência e a busca incessante por condições dignas e acesso aos direitos básicos. Sua história, marcada por uma infância difícil e a posterior participação em movimentos de ocupação, evidencia a luta coletiva contra a exclusão social e a marginalização. Selma simboliza a determinação dos cidadãos de Jabotão dos Guararapes em transformar suas realidades, lutando contra as injustiças e buscando uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua trajetória destaca a importância da solidariedade e da ação comunitária na construção de uma cidade onde todos possam viver com dignidade. Assim, o caso de Selma não apenas ilumina as dificuldades enfrentadas por muitos, mas também inspira a contínua luta por justiça social e equidade na cidade.

Essa abordagem não só facilita o acesso dos indivíduos a uma variedade de programas, localidades e instituições públicas, mas também cria mecanismos que fomentam uma existência mais plena e participativa. A inclusão efetiva de crianças e adolescentes na formação da cidade não apenas representa um caminho para o desenvolvimento urbano, mas também é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a voz e a participação de todas as gerações contribuem para a construção de uma cidade vibrante e equitativa.

Neste contexto, diversas gerações têm a oportunidade de adquirir uma nova perspectiva e protagonismo social. Contudo, é fundamental reconhecer a interconexão dos programas de desenvolvimento, permitindo que diferentes setores dialoguem e criem

possibilidades para resolver questões complexas, como a falta de habitação. Essa abordagem visa fortalecer e ampliar o diálogo das políticas públicas implementadas na cidade.

Reconhecemos que ainda existem desafios ao envolver crianças e adolescentes na esfera política, sobretudo, devido ao adultocentrismo, que restringe a liberdade de diálogo com diversas perspectivas. Acreditamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente não deve ser apenas uma legislação para reivindicar direitos, mas também uma ferramenta para implementar ações que fortaleçam a vida desses indivíduos em diversas esferas. Esse processo de desenvolvimento cognitivo não ocorre de imediato, mas é crucial introduzi-lo gradualmente, permitindo que os indivíduos percebam que há muito mais do que simples brincadeiras e diversão, incluindo medidas de preparação para uma participação ativa e evolutiva na sociedade.

Outro ponto crucial é a violação dos direitos de cidadania entre crianças e adolescentes, especialmente em localidades como Jaboatão dos Guararapes, onde são estabelecidas leis, legislações e até decretos específicos para essa faixa etária. No entanto, muitas vezes falta uma escuta voltada para a participação efetiva desses jovens, negando-lhes espaço e voz no processo decisório. Essa lacuna precisa ser superada para garantir uma abordagem mais inclusiva e participativa, reconhecendo a importância de ouvir e integrar as experiências e perspectivas da juventude na construção de políticas públicas.

Isso mostra a educação atuando como um elemento impulsionador nesse processo de construção social, pois se desde o ensino fundamental, a sociedade fosse capacitada por meio da inclusão de componentes curriculares como *cidadania*, permitindo que temas como legislações, participação social, construção ideológica e outros assuntos relevantes fossem amplamente discutidos, teríamos um outro processo social de inclusão. Essa abordagem proporciona um maior envolvimento com a política e com o município, possibilitando que os cidadãos compreendam seus direitos e deveres.

A introdução de conceitos de cidadania no currículo educacional não apenas amplia o contato com questões políticas, mas também incentiva os cidadãos a buscar cada vez mais conexões e redes de contatos. Esse engajamento cria uma dinâmica em que diversas estruturas participam ativamente do processo de construção da cidadania. A educação, nesse contexto, torna-se uma facilitadora de mecanismos construtivistas e de desenvolvimento de posicionamentos sociais.

Além disso, essa abordagem educacional contribui para a auto identificação e reconhecimento populacional, criando meios e construindo interesses que não apenas diversificam a sociedade, mas também promovem um sentimento de pertencimento e

participação nas ações essenciais e construtivas que permeiam o município e sua dinâmica social. Em última análise, a educação emerge como um pilar fundamental para moldar uma sociedade mais informada, engajada e colaborativa.

Muitas perspectivas são abordadas neste trabalho que têm como propósito ampliar o conhecimento e estimular os adultos a perceberem que, assim como crianças e adolescentes, eles também possuíam perspectivas abrangentes em sua juventude. Com o tempo, essas perspectivas tornaram-se essenciais para o crescimento individual, possibilitando mudanças significativas. Este processo evidencia que não há estagnação na trajetória humana; pelo contrário, há uma constante evolução e desenvolvimento.

Um exemplo notável desse dinamismo é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que ao longo do tempo ganhou novos contornos, construindo múltiplas faces das realidades de vida de cada pessoa. Esse instrumento legal tem sido aplicado em políticas públicas para favorecer diversas áreas, contudo, é fundamental a inserção efetiva das infâncias nesse diálogo, permitindo uma participação mais ativa e significativa.

A compreensão de que o crescimento e o amadurecimento são processos contínuos é essencial para estabelecer uma sociedade que valoriza a voz e a contribuição de todas as faixas etárias. Portanto, a promoção do diálogo e a participação efetiva das crianças e adolescentes nas discussões sobre políticas públicas são passos cruciais para construir uma sociedade mais inclusiva e colaborativa.

Por conseguinte, este trabalho representa um breve debate sobre a realidade de muitas vidas, onde os direitos humanos foram negligenciados, evidenciando que é uma estrutura de construção social que necessita de mudanças, especialmente na geração atual. A rápida evolução da tecnologia e a facilidade no acesso ao conhecimento demonstram que as políticas também passam por transformações, construindo relações e estruturas que devem incluir ativamente as infâncias.

Nesse contexto, busca-se proporcionar uma nova perspectiva para a infância e juventude, permitindo que os adolescentes tenham uma representatividade mais expressiva e desenvolvam conhecimento político. A militância, nesse sentido, transcende a esfera individual, transformando o conhecimento em construções diversas e necessárias. Isso implica abranger ideologias existentes e promover paradigmas que impactam as vidas particulares, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Este trabalho oferece uma base para futuras pesquisas sobre a inclusão de crianças e adolescentes no desenvolvimento urbano e em políticas públicas. As análises dos casos de Marighella, Frida e Selma fornecem dados qualitativos sobre as realidades desses jovens em

diferentes contextos. Estudos futuros podem investigar como fatores culturais e socioeconômicos influenciam a participação juvenil na construção da cidade e no desenvolvimento social, utilizando esta abordagem como modelo para explorar a interseção entre urbanismo, inclusão social e direitos infantoadolescentes.

Para profissionais de políticas públicas, educação e assistência social, os resultados destacam a importância de envolver crianças e adolescentes nas decisões que impactam suas vidas. As práticas devem valorizar suas contribuições, promover um ambiente participativo e fortalecer a resiliência e autonomia dos jovens, garantindo suporte e mecanismos adequados para sua efetiva participação.

Os resultados também indicam a necessidade de adaptar as políticas públicas para melhor atender às necessidades dos jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser uma ferramenta ativa para promover a inclusão e participação dos jovens, e as políticas devem ser reformuladas para assegurar sua voz e influência nas decisões que afetam suas vidas. A inclusão de conceitos de cidadania no currículo escolar é essencial para preparar os jovens para uma participação ativa na sociedade, contribuindo para uma cidade mais justa e equitativa.

Em conclusão, o trabalho reforça a importância de reconhecer e valorizar as perspectivas e experiências dos jovens para construir uma sociedade mais inclusiva e dinâmica. A evolução das políticas públicas, exemplificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mostra a necessidade de adaptar práticas e legislações às realidades e necessidades atuais. Fomentar a participação ativa das infâncias nas decisões que impactam suas vidas contribui para um ambiente mais justo e colaborativo, promovendo uma transformação social profunda e garantindo oportunidades para todos os indivíduos se desenvolverem plenamente com respeito e equidade.

## REFERÊNCIAS

Abiko, Alex Kenya; Almeida, Marco Antonio Plácido de; Barreiros, Mário Antônio Ferreira.

**Urbanismo: história e desenvolvimento.** Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4405055/mod\\_resource/content/2/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4405055/mod_resource/content/2/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf). Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

Amaral, Lucas Paes do. **As infâncias e a cidade: O protagonismo de crianças e adolescentes nos movimentos sociais por moradia**. 1 ed. Recife: XIII Encontro Estadual de História (História e mídias: Narrativas em disputa). 2020, p. 01 - 14.

Amaral, Lucas Paes do. As infâncias e o direito à Cidade: protagonismo e participação num movimento social por moradia. *in*: NASCIMENTO, José Almir do, e SILVA, Anderson Rafael da: Organização. **Infâncias: Textos e Contextos** / José Almir do Nascimento e Anderson Rafael da Silva, Org. - 1.ed. Petrolina-PE: Oxente, 2022. p. 53-71

Araújo, Luísa; Rodrigues, Maria Lurdes. Modelos de Análise das Políticas Públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N. 83, pp. 11-35, 2017.

Arifa, Bethânia Itagiba Aguiar. **O conceito e o discurso dos direitos humanos: realidade ou retórica?**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 17 – n. 51, p. 145-173 – jan./jun. 2018.

Assis, Rafael Damaceno de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. *Revista CEJ*, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007

Barbosa, Adriza Santos Silva; dos Santos, João Diógenes Ferreira. **Infância ou infâncias?**. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245-263, set./dez. 2017.

Barbosa, Analedy Amorim. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, Boa Vista*, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2008. Disponível em: <http://revista.ufr.br/examapaku/article/viewFile/1456/1050> .Acesso em: 06 de abr. de 2023.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. LISBOA: Edições 70, 1977.

Barroso, Maria Helenice; Barroso, Maria Veralice. **História oral e metodologia de pesquisa em história: objetos, abordagens, temáticas**. Jundiaí Paco Editorial: 2016

Barros, Maria Lígia. **Há 30 anos, moradores de Jaboatão (PE) alertam sobre risco de deslizamentos, sem retorno**. Disponível em:

<https://www.brasildefatope.com.br/2022/06/13/ha-30-anos-moradores-de-jaboatao-pe-alertam-sobre-risco-de-deslizamentos-sem-retorno>. Acesso: 07 de março de 2023

Bauman, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-confianca-e-medo-na-cidade-zygmunt-bauman-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

Belei, Renata Aparecida e et al. **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPEl | Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008.

Bittencourt, Circe. Reflexões sobre o Ensino de História. **Estudos Avançados**, 32 (93), 2018, p. 127-149.

Bizzotto, Luciana M.; Gouvêa, Maria Cristina S.; Carvalho, Levindo D.; Aitken, Stuart C. (30 Jan 2024): **Children's territorialities in a Brazilian right-to-housing movement, Children's Geographies**, DOI: 10.1080/14733285.2024.2306949.

Bobbio, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7a reimpressão.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990.

Braudel, F. **História e Ciências Sociais**. A Longa Duração. In: Escritos sobre a História. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.41-78.

Caldeira, Bianca Laura. **O conceito de Infância no decorrer da história**. Educadores, 2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia/o\\_conceito\\_de\\_infancia\\_no\\_decorrer\\_da\\_historia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf). Acesso em: 06 de abr. de 2023.

Cardoso, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153–170, 2008.

Carvalho, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Castilho, Ela Wiecko V. de. **Contextos e desafios: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Política de Direitos Humanos da UnB (2018)**. Disponível

em:[https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/1212208\\_DireitosHumanos\\_ElaWiecko.pdf](https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/1212208_DireitosHumanos_ElaWiecko.pdf). Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

CBN Recife. **A quem pertence a Comunidade do Jardim Monte Verde: Recife ou Jaboatão? Eis a questão.** CBN Recife, [S.l.], 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/artigo/a-quem-pertence-a-comunidade-do-jardim-monte-verde-recife-ou-jaboatao-eis-a-questao>. Acesso em: 02 nov. 2024.

Certeau, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65-122.

Chauí, Marilena; Santos, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

Chawla, Louise; Vliet, Willem Van. **Children's Rights to Child-Friendly Cities**. In: RUCK, Martin D.; Peterson-Badali, Michele; Freeman, Michael (Org.). Handbook of Children's Rights: Global and multidisciplinary perspectives. 1. ed. Londres: Routledge, 2024. p. 533-549.

Costa, Carlos Gomes da (coord). **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores** -- Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

Costa, Eduarda Albuquerque. **O Genius Loci na construção das cidades amigas da infância: uma análise do PMPI da cidade do Recife** / Eduarda Albuquerque Costa. – Recife, 2022. 113f.

Cury, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

Dagnino, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental** / Renato Peixoto Dagnino. – 3. ed. rev. Atual – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

De Souza Santos, Antônio Ricardo; Nascimento, José Almirdo; Malvezzi, Amarildo Muniz. **A educação infantil como direito humano: um estudo a partir da normatização educacional de Petrolina-PE: Early childhood education as a human right: a study from the education law of Petrolina-PE.** Revista Cocar, v. 18, n. 36, 2023.

Decarli, Nairane; Ferrareze Filho, Paulo. **Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos.** Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação do Senado, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008.

Deslauriers, Jean-Pierre; Kèrisiti, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa.** In: POUPART, Jean et al (orgs) A pesquisa qualitativa : enfoques epistemológicos e metodológicos/ tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ED.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, Parte II

Dias, Marina Simone; Ferreira, Bruna Ramos. **Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea.** R ev. Bras. Estud. Urbanos Reg., V.17, N.3, p.118-133, RECIFE, SET./DEZ. 2015.

Dosse, François. **História do tempo presente e historiografia.** , v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>

Durkheim, Émile. **De la division del trabajo social.** Uruguay: Shapire Editor, 1967. Tiryakian, Edward A. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 215-234.

Ecocasa. **A Fossa Negra.** Disponível em: <https://www.ecocasa.com.br/fossa-negra/>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2023

Franco, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo** / Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. - Brasília, 2ª. Edição : Liber. Livro Editora, 2005. 79p.

Vieira, Cleverton Elias. **Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da doutrina jurídica da proteção integral.** 2. ed. rev. - Florianópolis : Editora da UFSC, 2011. 228 p.179-189.

Felberg, A.; da Silva de Araújo, D. F. M.; De Góes, E. D. A. (2018). **Estado e Sociedade: Conflitos e Relações de Poder.** Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas, 14(24), 18. <https://doi.org/10.22481/cssa.v14i24.3261>.

Ferreira, Luiz Antonio Miguel; Doi, Cristina Teranise. **A proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas**. XXI Congresso Nacional da ABMP. Anais... Belo Horizonte/MG. 2006.

Fórum Nacional de Reforma Urbana. **Direito à cidade e direito à moradia**. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/direito-a-cidade-e-direito-a-moradia/>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2023.

Foucault, Michel. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

Franzoi, Jackeline Guimarães Almeida. **Dos direitos humanos: breve abordagem sobre seu conceito, sua história, e sua proteção segundo a constituição brasileira de 1988 e a nível internacional**. Revista Jurídica Cesumar – v.3, n. 1 - 2003.

Frasseto, Flávio Américo; Costa, João Batista; Cerqueira, Ludmila. **Políticas Públicas e marco legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basic\\_o\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basic_o_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

Freitas, Fábio Accardo; Gouvea, Maria Cristina Soares de. **Ação política e intencionalidade formativa na participação das crianças no Movimento Sem Terra**. número 37 . ano/año11 . set/sep - dez/dic 2023, DOI: <https://doi.org/10.54948/desidades.v1i37.62038>.

Gohn, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

Gohn, Maria da Glória. **Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais**. Caderno CrH, v. 32, p. 63-81, 2019.

Graciano, Mariângela (org). **Educação também é um direito humano**. São Paulo: Ação Educativa e Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento - PIDHDD, 2005.

Guaraldo, Maria Clara;Reynol, Fábio. **Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos**. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

Halton, Lucy; Aisu, **Delilah. Housingdiscrimination, spatialegregation, andchildren in streetsituations.** Disponível em:

<https://www.streetchildren.org/resources/housing-discrimination-spatial-segregation-and-children-in-street-situations/>. Acesso: 04 de agosto de 2024.

Harvey, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Henick, Angelica Cristina; Faria, Paula Maria Ferreira de. **História da infância no Brasil.**

Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131\\_8679.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf). Acesso em: 12 de outubro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Jaboatão dos Guararapes.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/jaboatao-dos-guararapes/panorama>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

Infosanbas. **Jaboatão dos Guararapes, PE.** Disponível em:

<https://infosanbas.org.br/municipio/jaboatao-dos-guararapes-pe/>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

Jean, Poupart. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.**

Petrópolis: Vozes, Partes II e, v. 3, p. 127, 2017.

Jesus, Neuza Francisca de. **O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).** Disponível em: Acesso em: 30 de abril de 2023.

Lefebvre, Henri. **A Re-Produção das Relações Sociais de Produção.** Porto: Publicações Escorpião, 1973.

Lis, Laís. **Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-ch>

egou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

Manzini Covre, Maria de Lourdes. **O que e cidadania**. I Maria de Lourdes Manzini Covre. - Sao Paulo: Brasiliense, 2002. - (Coleção primeiros passos ; 250).

Marcílio, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989 in: MIRANDA, Humberto (org) **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

Mattos, Hebe; Abreu, Martha. **História como performance: jongos, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos**. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele R. SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Pp. 221-236

Méndez, Emilio García. **Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: reflexões para uma nova agenda**. SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 1, Número 1, 1º semestre de 2004.

Miranda, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937**. Disponível em:  
<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-124416/meninos-moleques-menores-faces-da-infancia-no-recife-1927---1937>. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

Moraes, Katarina. **Novo Plano Diretor de Jaboatão explorará sistemas de drenagem e centralidades da cidade**. Disponível em:  
<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/10/15621910-novo-plano-diretor-de-jaboatao-explorara-sistemas-de-drenagem-e-centralidades-da-cidade.html>. Acessa em: 23 de maio de 2024.

Moura, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância : as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Nascimento, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: O Combate ao Infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832).** In: Miranda, Humberto (org). **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

Nascimento, José Almir do. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade.** Recife, 2018. 375 f: il; 30 cm.

Nascimento, José Almir do. **A educação como proteção integral à criança e ao adolescente** / José Almir do Nascimento – Curitiba : CRV, 2020. 478 p.

Nascimento, José A; Rosendo, Henrique dos S.; Silva, Anderson R. **Lugares sociais das Infâncias.** Recife: LAHIN, 2019.

Nunes, Brunella. **Prefeito de Colatina (ES) é exemplo de boa gestão e humildade.**

Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/prefeito-de-colatina-exemplo-gestao/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

Nunes, Deise Gonçalves. (2007). **A Infância dos pobres no Brasil da modernidade.** Revista Inter Ação, 27(1), 31-46. <https://doi.org/10.5216/ia.v27i1.1514>

Organizações das Nações Unidas Brasil. **A Carta das Nações Unidas.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas#:~:text=A%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20foi%20elaborada%20pelos%20representantes%20de,26%20de%20junho%20de%201945>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

Oliveira, Thalissa Corrêa de. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro.** Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença. Valença. Vol. 10, n. 2, p.339-358, 2013.

Organizações das Nações Unidas Brasil. **A Carta das Nações Unidas.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas#:~:text=A%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20foi%20elaborada%20pelos%20representantes%20de,26%20de%20junho%20de%201945>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

Pardo, Mariana Ribeiro e col. **Co-criando a cidade com crianças e adolescentes: articulações e reflexões a partir de experiências em espaços educativos.** Disponível em:

<http://anpur.org.br/xviiiinanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1082>. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

Piaget, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Porfirio, Francisco. **Ciência Política**. Uol. Disponível:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/ciencia-politica.htm>. Acesso em: 09 ago 2023.

Porfírio, Pablo Francisco. **História da Trajetória da Assistência às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. In: MIRANDA, Humberto (org). **Quer um conselho: a trajetória dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares no Brasil / Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Recife: Linceu, 2013.**

Publicações, Dsi. **Entenda o que é Administração Pública**. Disponível:

<https://dsipublicacoes.com.br/entenda-o-que-e-administracao-publica/#:~:text=A%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABblica%20%C3%A9%20considerada,%20moradia%20trabalho%20e%20cultura>. 21 jun 2022. Acesso em: 09 ago 2023

Priore, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Vol. 1: Colônia. São Paulo: Leya, 2016.

Priore, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

Rezende, Denis Alcides; Ultramari, Clovis. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. Revista de Administração Pública, v. 41, p. 255-271, 2007.

Rolnik, Raquel. **O que é cidade**/Raquel Rolnik. - São Paulo: Brasiliense, 2004. - (Coleção primeiros passos; 203). 6ª impressão da 3ª ed. de 1994. ISBN 85-11-012-3-6

Romanowski, Joana Paulin; Ens,Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

Santos, Boaventura De Sousa. **Um discurso sobre as ciências / Boaventura de Sousa Santos**. — 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

Sarmiento, Manuel Jacinto. **Infância e cidade: restrições e possibilidades**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, maio-ago. 2018.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Fernandes, Natália; Tomás, Catarina. **Políticas públicas e participação infantil**. Educação, Sociedade & Culturas, nº 25, 2007, 183-206

Science, Chico. Da lama ao caos. *in*: SCIENCE, Chico. **Da Lama Ao Caos** Recife: CHAOS, 1994. 1 CD. Faixa 7.

Silva, Cleiton Ferreira da. **Os mobilizadores precários : limites e perspectivas do MLB na conquista da moradia popular nas cidades de Recife e Jaboatão dos Guararapes-PE /** Cleiton Ferreira da Silva. – 2017. 282 f. : il. ; 30 cm

Silva, Daniel Neves. "**Segunda Guerra Mundial**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

Silva, Rodrigo Manoel Dias da. Silva; Denise Madeira de Castro e. **Cidade, Infância e Escolarização: um ensaio analítico**. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 18 - n. 1 - Itajaí, jan-mar 2018.

Souza, Lucas Marcelo Tomaz de. **Abaixo a ditadura: movimentos sociais no Brasil em 1968**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 1 junho. 2018 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print).

Souza, Marina Duarte de. **Marielle Franco: dois anos depois, deputadas mantêm vivo legado da vereadora no Rio**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/13/o-legado-de-marielle-franco-inspira-lutas-pelo-brasil-e-pelo-mundo>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

Tavares, Maria Tereza Goudar. **Infâncias e o direito à cidade em São Gonçalo: investigando a participação de crianças na cidade**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 40, p. 164-183, jul./set. 2020.

Universidade de São Paulo. **Direitos Humanos são para defender bandidos?** Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/mod/page/view.php?id=3007873#:~:text=Uma%20pessoa%20que%20comete%20crime,%C3%A0%20qual%20ela%20foi%20julgada.&text=%C3%89%20compreens%C3%ADvel%20do%20ser%20humano,leis%20para%20todas%20as%20pessoas.>  
Acesso em 29 de dezembro de 2022.

Vidal, Diogo Guedes; Dias, Ricardo Cunha; Seixas, Paulo Castro. **A cidade das crianças: Benefícios e oportunidades dos parques e jardins urbanos.** Disponível em: [www.cricity.pt](http://www.cricity.pt) / <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/cricity/index.html>. Acesso: 04 de agosto de 2024.

Vieira, Cleverton Elias. **Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da doutrina jurídica da proteção integral.** 2. ed. rev. - Florianópolis : Editora da UFSC, 2011. 228 p.179-189.

Vilela, Mirella Bezerra Rodrigues; Bonfim, Cristine; Medeiros, Zulma. **Mortalidade infantil por doenças infecciosas e parasitárias: reflexo das desigualdades sociais em um município do Nordeste do Brasil.** Rev. Bras. Saude Mater. Infant. [online]. 2008, vol.8, n.4, pp.445-461. ISSN 1806-9304. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292008000400011>.

Villaça, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169 –243.

Voitille, Nadine. **O Estatuto da Cidade.** Disponível em: <https://www.cliquearquitectura.com.br/artigo/o-estatuto-da-cidade.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2021.. v. 41, n. 2, p. 232-240, maio-ago. 2018.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1 - Tabela de levantamento das produções

*Quadro I:* Levantamento Catálogo de Teses e dissertações da CAPES sobre o tema objeto de estudo (2013-23)

<b>Autor/a</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>
Eduarda Albuquerque Costa	O Genius Loci na construção das cidades amigas da infância: uma análise do PMPI da cidade do Recife	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	2022
JuliãnaVenzon	Primeira infância melhor: interlocuções com os princípios de uma cidade educadora	Dissertação	Universidade de Passo Fundo	2022
Alexandre Maurício Matiello	Infância e cidade: dispositivos da arquitetura na identificação de territórios educativos	Tese	Universidade Federal do Rio Janeiro	2019
Avelaine do Rocio Mielniczki Fonseca	Infâncias aqui e lá: configurações sociais de crianças reassentadas na periferia de Curitiba	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	2019
Karla Nazareth-Tissot	A cidade da infância (re)visitada : a relação entre presente e passado sobre o futuro da nostalgia em Pelotas (RS)	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas	2017
Márcia Vilma Murillo	Educação das infâncias: as crianças narram sua cidade	Dissertação	Universidade de Santa Cruz do Sul	2013

**Fonte:** Elaborada pela autorcom dados do Catálogo de Teses e dissertações da CAPES.

## APÊNDICE 2 - Roteiro da entrevista



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO



P·P·G·D·H

**Universidade Federal de Pernambuco- UFPE**  
**Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos**  
**Orientadora: Ana Cláudia Rocha Cavalcanti**  
**Co-orientador: José Almir do Nascimento**

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

#### PARTE 1: AUTODEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS

01. Qual é seu nome completo?
02. Quando e onde você nasceu? Descreva sua habitação e como era a cidade onde cresceu.
03. Por que seus pais lhe deram esse nome?
04. Conte sobre seu pai (o nome dele, data e local de nascimento, os pais dele, etc.).
05. Fale sobre sua mãe (o nome dela, data e local de nascimento, os pais dela, etc.).
06. Que tipo de trabalho seus pais faziam?
07. Em quantos lugares você morou durante sua vida? Forneça uma breve descrição de cada lugar que já viveu e por que se mudou.
08. Se você frequentou a escola?
09. Onde você frequentou a escola? O que você achava da escola?
10. Quem foram alguns de seus amigos na escola? Como eles eram? O que eles fazem hoje?
11. Se você frequentou uma faculdade ou um ensino técnico, em qual escola estudou? O que você estudou? Que recordações você tem daqueles anos?
12. Compartilhe algumas histórias sobre seu cômputo.(Se tiver)
13. Quantos filhos você tem? Quais são os nomes deles? Compartilhe algumas recordações sobre cada um de seus filhos.(Se tiver)
14. Você trabalha? se sim, com que trabalha?
15. Quais foram alguns empregos que você teve ao longo de sua vida? Relate sobre algumas das experiências memoráveis que teve com esses empregos?

#### PARTE 2: OCUPAÇÃO E INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA

01. O que levou você a morar na ocupação?
02. Quais são suas lembranças na ocupação durante a sua infância/adolescência?
03. Quais foram alguns desafios que você teve de enfrentar?
04. Sobre a sua vizinhança na ocupação, como você lidava com as pessoas? Como eram as relações sociais? Tinham muitas crianças e ou adolescentes ?
05. Como surgiu a ocupação?
06. Descreva sua moradia na ocupação?
07. Descreva como era a ocupação?
08. Como era o envolvimento dos seus pais na luta pela moradia?

09. Você se lembra como os seus pais souberam sobre a ocupação?
10. Você tinha protagonismo na luta pela moradia?
11. Qual a sua visão sobre os movimentos sociais que lutam por moradia?
12. Cite algumas coisas que você gostava de fazer em seu momento de lazer na ocupação.
13. Como foi a educação na ocupação?
14. Tinha espaços educacionais como creche, escola, área de estudo e etc?
15. Existia uma importância para o protagonismo de crianças e adolescentes?
16. Qual a sua visão sobre a importância do protagonismo e envolvimento de crianças e adolescentes na ocupação?
17. Quando você era criança e/ou adolescente, quais eventos durante a ocupação mudaram sua vida?
18. Como você percebe a cidade de Jabotão dos Guararapes influenciando para a sua vida?
19. A cidade de Jabotão dos Guararapes é um município diferente de quando foi feita a realização da ocupação?
20. Como está a situação atual de onde ocorreu a ocupação?
21. Atualmente, existe alguma ocupação de luta por moradia que você conheça em Jabotão dos Guararapes?
22. Você e seus pais conseguiram a moradia através da ocupação?

### **PARTE 3: PROTAGONISMO INFANTO-ADOLESCENTE**

01. Qual a sua percepção do protagonismo infanto-adolescente?
02. Como fazer do protagonismo infanto-adolescente um recurso social para a superação de problemas e desafios da ocupação na cidade de Jabotão dos Guararapes?
03. O Protagonismo infanto-adolescente pode ser considerado um princípio educativo? Por quê? Existia esse incentivo pelo protagonismo infanto-adolescente?
04. Qual a importância do diálogo da cidade para a efetivação do protagonismo infanto-adolescente?
05. De que maneira a ocupação pode atuar na alteração e/ou ampliação dos campos de possibilidades do protagonismo infanto-adolescente para a construção da cidade de Jabotão dos Guararapes?
06. Qual é a relação dos movimentos sociais e a expansão dos direitos da cidadania em Jabotão dos Guararapes?
07. De que maneira os próprios protagonistas infanto-adolescentes da ocupação podem atuar para modificar em e/ou ampliar em seu campo de possibilidade para a construção de seu projeto de vida?
08. Se você pudesse voltar no tempo e fazer as coisas de novo, o que você mudaria?

## ANEXO

### ANEXO 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DIREITOS HUMANOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **As infâncias invisíveis da cidade: Trajetórias de lutas de pessoas que moraram nas ruas quando crianças e/ou adolescentes pelo direito à moradia em Jaboatão dos Guararapes-PE**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Lucas Paes do Amaral, residente na rua nova america, nº 166, Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP: 54.330-205. Telefone: (81) 9 8184-9541 e o e-mail: lucaspaes132@gmail.com.** Está sob a orientação de **Ana Cláudia Rocha Cavalcanti e José Almir do Nascimento, Telefones: (81) 9 9811-0333 e (81) 9 8127-9629, e-mails ana.rcavalcanti@ufpe.br e almir\_basio@hotmail.com.**

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

**Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:**

**OBJETIVO:** Almejamos trazer na pesquisa a realidade de Jaboatão dos Guararapes e sua proporção histórica e social, percebendo como impactos de diferenças socioeconômicas, políticas, higiênicas e entre outros assuntos podem virar debates para que muitas questões possam surgir e serem fomentadas, principalmente no campo da infância, percebendo elas como seres protagonistas e sujeitos históricos, sendo eles importantes no município para sua constituição cidadina, construindo pensamentos em que a infância não só está presente na instituições educacionais, mas também nos parques, praças, ruas, casas, bairros e entre outras localizações que compõem o município, em que teve muitas mudanças na vida das pessoas, onde a própria cidade criou significados diferentes para os seus moradores.

Desta forma, nossa pesquisa tem como **objetivo geral:**

- Compreender, através de trajetórias de vida, a percepção do direito à cidade de pessoas que moraram nas ruas de Jaboatão dos Guararapes-PE quando crianças e/ou adolescentes.

Já os objetivos específicos postulados, que auxiliarão atender ao que propomos são:

- Caracterizar a cidade como um direito social;
- Identificar os sentimentos e a ideia de pertencimento à cidade como patrimônio coletivo;

- Analisar a (auto)percepção de sujeitos-protagonistas durante a sua infância e/ou adolescência.

Por fim, a presente pesquisa se insere no campo da Cidadania, Movimentos Sociais e Diversidades, a partir do ponto de partida como o reconhecimento social e cultural, ou seja, da percepção sobre a situação de realidade de protagonismo e participação social, político, histórico e higiênico. Sendo assim, buscamos, nesta fundamentação teórica, dialogar com essa percepção de realidade social, tendo em mente a pluralidade histórica e social de Jaboaão dos Guararapes.

- **RISCOS:**

Como toda pesquisa que envolve seres humanos existem riscos, mas o nível desse estudo é "baixo risco". Mas esses riscos podem ser possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente. Mesmo que o tratamento seja realizado por profissional capacitado e experiente, inconvenientes podem ocorrer.

Desta forma, a participação desta pesquisa poderá expor os participantes a riscos mínimos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto sendo questionado e tentando lembrar ações, emoções, histórias e diversas questões emocionais que podem surgir durante as entrevistas, e ao lembrar algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Se isto ocorrer você poderá interromper a entrevista falando com o pesquisador que poderá retomá-los posteriormente, se assim o desejar.

Além dos riscos já mencionados, há a possibilidade do risco de quebra de sigilo, sendo este comum a todas as pesquisas realizadas com seres humanos. Neste sentido, salienta-se que, como medida de proteção, todos os dados coletados serão analisados em caráter científico, portanto, serão registrados sem menção aos dados de identificação do participante.

Todos os documentos relativos à pesquisa serão guardados em local restrito pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem dados que possibilitem a identificação dos participantes. Contudo, apesar da consciência da possibilidade destes riscos existirem, esta pesquisa buscará trabalhar de forma a evitar a sua ocorrência, bem como buscará não ferir a singularidade do participante, e sim, respeitá-lo em todas as suas dimensões. Se você se sentir prejudicado moralmente ou materialmente durante a realização do estudo, em decorrência da sua participação, sendo o dano devidamente comprovado como decorrente dessa pesquisa, você poderá requerer indenização, devendo essa ser paga pelas pesquisadoras, de acordo com a legislação vigente, conforme estabelecido pela Resolução CNS 466/12.

A devolutiva dos resultados da presente pesquisa ocorrerá por meio de apresentação e discussão aberta ao público a ser realizada na instituição onde ocorreu a pesquisa, após a conclusão da mesma em data a ser agendada. Vale ressaltar que tanto os seus dados de identificação, quanto a sua identidade serão mantidos em sigilo, apenas as pesquisadoras terão acesso. Caso os dados fornecidos necessitem ser utilizados em eventos ou artigos científicos, serão adotados códigos de identificação ou nomes fictícios. Você poderá questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa quando achar necessário, mesmo depois de realizada a entrevista, por meio do contato das pesquisadoras que constam no final deste documento

- **BENEFÍCIOS diretos/indiretos para os voluntários:**

Com relação aos benefícios proporcionados pela presente pesquisa, identifica-se a escuta individual no que se refere aos pensamentos, sentimentos e significados relacionados à vivência em relação às pessoas sobre processos de ocupação quando foram crianças e/ou adolescentes.

No que se refere aos benefícios indiretos, a médio e longo prazo, considera-se a possibilidade de os dados obtidos neste estudo proporcionarem conhecimentos científicos e subsídios teóricos e práticos na área de Direitos Humanos. É válido salientar que todas as informações serão resguardadas em sigilo, principalmente, por causa dos participantes. Já os benefícios para os integrantes desta pesquisa serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento em Direitos Humanos, bem como para novas pesquisas a serem desenvolvidas sobre essa temática.

Ao participar desta pesquisa a sra. (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as suas vivências dentro do processo de ocupação em Jaboaão dos Guararapes, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ampliado e mostrado a sociedade a importância da participação de crianças e adolescentes em diversos ambientes, principalmente, em processos de ocupações, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa que terão gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc, ficarão armazenados em **um computador pessoal**, sob a responsabilidade do **pesquisador**, no endereço **rua nova**

america, nº 166, Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP: 54.330-205, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

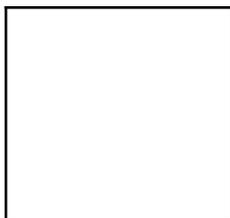
Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).**

\_\_\_\_\_  
(assinatura do pesquisador)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **As infâncias invisíveis da cidade: trajetórias de lutas de pessoas que moraram nas ruas quando crianças e/ou adolescentes pelo direito à moradia em Jaboatão dos Guararapes-PE**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.



Impressão digital (OPCIONAL)

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:
Assinatura:

Nome:
Assinatura: